

**Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Letras**

**Falando em música... Um ensaio sobre o papel dos fenômenos
linguísticos em uma epidemiologia de representações musicais**

Maurício Fernandes Neves Benfatti

**Curitiba
2010**

Maurício Fernandes Neves Benfatti

**Falando em música... Um ensaio sobre o papel dos fenômenos
linguísticos em uma epidemiologia de representações musicais**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Elena Godoi

**Curitiba
2010**

Catálogo da publicação

Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Benfatti, Maurício Fernandes Neves

Falando em música...Um ensaio sobre o papel dos fenômenos linguísticos em uma epidemiologia de representações musicais / Maurício Fernandes Neves Benfatti. – Curitiba, 2010.

173 f.

Orientadora: Profª Drª. Elena Godoi

Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Linguística – música. 2. Psicologia evolucionária – cognição. 3. Linguagem e cultura. 4. Comunicação – linguagem. 5. Linguagem – relevância. I. Título.

CDD 410



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

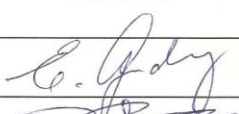


PARECER

Defesa de dissertação do mestrando MAURÍCIO FERNANDES NEVES BENFATTI para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados ELENA GODOI, RODRIGO TADEU GONÇALVES e SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS arguiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“Falando em música... Um ensaio sobre o papel dos fenômenos linguísticos em uma epidemiologia de representações musicais”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
ELENA GODOI		Aprovado
RODRIGO TADEU GONÇALVES		Aprovado
SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS		Aprovado

Curitiba, 25 de outubro de 2010



Prof.ª Dr.ª Maria José Foltran
Coordenadora

À minha mãe, Vilma Fernandes Neves

À minha esposa, Veridiana Barcelos

Amigas, companheiras e inspiradoras

AGRADECIMENTOS

À Elena Godoi, pela generosidade e predisposição em me ajudar em veredas tão profundas e instigantes; e também pela amizade; pelos papos e pelos rumos.

Ao Sebastião Lourenço dos Santos, por ter sido meu professor e amigo nessa jornada rumo à mente, a fronteira final; jamais me esquecerei das ‘aulas particulares’ na época em que eu, ingenuamente, acreditava que estruturas comunicavam.

À minha mãe, dona Vilma, que tanto leu e releu este trabalho, e que sempre acreditou nas coisas (interessantes ou estúpidas) que faço, e por sempre me submeter ao mais rigoroso escrutínio: o do amor.

À minha esposa, Veridiana, por ser linda, inteligente, meiga, companheira, esforçada, dedicada, mas principalmente, por estar sempre comigo para o que der e vier.

Ao meu irmão e à minha família, pela aventura coletiva de nossas histórias e genes.

Aos amigos Pedro Tozoni, por se manter parceiro até nos momentos em que o placar estava 0 x 10; Aristeu, pela parceria boteco-intelectual; Lucas, pelo Hardcore evolucionista; Paulo e Barp, porque há uma felicidade masoquista em compartilhar épocas de espinhos. Vini, André ‘Gabé’, Carlos ‘Coró’, Daniel (Biel), Cristian, Carol (Col) e Ana Paula, afinal, nós sabemos o que nós fizemos nos verões passados. Ao compadre Luciano Corbari, pelos queijos caprinos e pela camaradagem.

Ao Marcos Suzano, por ter feito um pandeiro mudar a minha vida; Ao Paulinho da Viola, por me ensinar que as coisas estão no mundo; Ao Elcinho e ao Gilson Corsalete, pelo milagre de terem me ensinado os ritmos brasileiros.

Aos professores José Borges Neto, Paulo Strogensky, Cleverson Carneiro, Clarissa Jordão, Jane Marie Spera, Teresa Cristina Wachowicz, Maria José Foltran; aos integrantes do grupo de pesquisa “Linguagem e Cultura”, da Universidade Federal do Paraná e a todos aqueles que me ajudaram a ser e me manter curioso. Mas em especial a Rodrigo Tadeu Gonçalves, pela rigorosa leitura deste trabalho e pela postura acadêmica inspiradora.

A Sperber & Wilson, pois não há comunicação sem que antes haja intenção.

“The great debate about whether humans are the only species to have language is based on a misconception of the nature of language. The debate is not really about whether other species than humans have language, but about whether they have languages which they use as mediums of communication.”

“O grande debate sobre se os seres humanos são a única espécie que possui linguagem é baseado em uma concepção errônea da natureza da linguagem. O debate não é sobre se outras espécies além dos humanos possuem linguagem, mas sim se possuem linguagens que utilizam como meios de comunicação.”

Sperber & Wilson

“As coisas estão no mundo/Só que eu preciso aprender.”

Paulinho da Viola

RESUMO

Falando em música... Um ensaio sobre o papel dos fenômenos linguísticos em uma epidemiologia de representações musicais

Esta dissertação foi concebida como uma investigação teórica acerca das relações entre representações verbais e musicais. Para tanto, nossa argumentação se apoiou em uma abordagem que aqui chamamos de teórico-relevante. Descrevemos este viés como uma convergência entre duas teorias: a teoria da relevância (SPERBER & WILSON, 1993, 1995, 2005) e a epidemiologia das representações (SPERBER, 1996, 2000). Estas concepções são complementares, visto que ambas são articuladas a partir de uma perspectiva cognitiva para os comportamentos culturais humanos. Além disso, ambas as teorias rejeitam o modelo tradicional das humanidades para os fenômenos comunicativos, segundo o qual, os significados comunicativos decorrem de processos de codificação/decodificação de informações. Neste trabalho, nós descrevemos como relevância é um conceito cognitivo necessário não só para a teorização adequada acerca da comunicação humana, mas também para que nós possamos compreendê-la como manifestação cultural. No primeiro capítulo, nós demonstramos como este percurso teórico é resultado de uma postura de naturalização do campo de estudos sobre o comportamento linguístico. Para este efeito, a abordagem computacional gerativa (CHOMSKY, 1957), a teoria modular da mente (FODOR, 1983) e a concepção evolucionista de cognição (COSMIDES & TOOBY, 1987) são vistas como desenvolvimentos científicos cruciais que possibilitaram a articulação do viés teórico-relevante. No segundo capítulo, nossa atenção recaiu sobre os modelos de transmissão cultural. Em especial, nós demonstramos que as ciências sociais aceitam passivamente que os fatores psicológicos não influenciam na descrição teórica de nossos comportamentos culturais. Nós nos apoiamos em argumentos oriundos da Psicologia Evolutiva (PINKER, 2004) e da Pragmática para advogarmos a favor de uma concepção massiva para a modularidade da mente, que possibilita explicar a diversidade cultural humana, sem que tenhamos que abdicar de uma teorização inatista da mente. No terceiro capítulo, descrevemos as manifestações verbais e musicais como fenômenos culturalmente comunicativos. Segundo nosso argumento, cultura deve ser compreendida como um sistema emergente resultante de microprocessos psicológicos que acarretam

em macroprocessos físicos. Assim, consideramos que há indícios de que, mesmo que a musicalidade humana seja incapaz de redundar em propriedades semânticas, sons musicais são linguagens comunicativas porque, no âmbito individual, podem ser interpretados como demonstrações públicas de intencionalidades comunicativas culturalmente reconhecíveis. Portanto, representações verbais (públicas ou mentais) são consideradas como ferramentas de construção de ambientes cognitivos, que possibilitam aos envolvidos no processo de comunicação a atuarem de forma a disseminar culturalmente as representações musicais (públicas ou mentais). Desta maneira, consideramos o viés teórico aqui apontado como pertinente para compreendermos como as representações musicais se distribuem, tanto como manifestações psicológicas quanto como em demonstrações explícitas. Isto torna plausível a assunção de que músicas são comunicativas por meio de micro e macro processos de disseminações representativas. Finalmente, nós argumentamos pela afirmação de que o conceito de atração cultural é um fator epidemiológico fundamental, além de ser mais adequado aos fenômenos culturais do que uma descrição de processos sociais de replicação de significados contidos em códigos.

Palavras-chave: Representação Musical; Teoria da Relevância; Epidemiologia das Representações; Psicologia Evolucionária.

ABSTRACT

Talking about music... An essay on the role of the linguistic phenomena in an epidemiology of musical representations

This dissertation was conceived as a theoretical research about the relationship between musical and verbal representations. For this purpose, our argumentation relied on an approach that we called as relevant-theoretical. We described this bias as a convergence between two theories: the relevance theory (SPERBER & WILSON, 1993, 1995, 2005) and the epidemiology of representations (SPERBER, 1996, 2000). These concepts are complementary, as both are articulated from a cognitive perspective on the human's cultural behaviors. Moreover, both theories reject the traditional model of the humanities to the communicative phenomenon, whereby the communicative meanings derive from process of encoding/decoding of information. In this work, we described how relevance is a cognitive concept required not only to an adequate theorizing on human communication, but also so to understand it as a cultural event. In the first chapter, we demonstrate how this theoretical path is the result of a posture of naturalization of the field of studies on the linguistic behavior. To this end, the computational generative approach (CHOMSKY, 1957), the modular theory of mind (FODOR, 1983) and an evolutionary conception of cognition (COSMIDES & TOOBY, 1987) are seen as crucial scientific developments that led to an articulation of a relevant-theoretical bias. In the second chapter, our attention falls on the models of cultural transmission. In particular, we demonstrated that the social sciences passively accept that psychological factors do not influence the theoretical description of our cultural behaviors. We rely on arguments from evolutionary psychology (PINKER, 2004) and pragmatics (SPERBER, 1996) to propose our account in favor of a concept for the massive modularity of mind, which allows us to explain human cultural diversity, without giving up an innate theory of mind. In the third chapter, we described the verbal and musical phenomena as culturally communicative. According to our argument, culture must be understood as an emergent system resulting from psychological microprocesses that entail physically structured macroprocesses. Therefore, we think there are evidences that, even the human musicality being unable to

result in semantic properties, musical sounds are communicative language because, at the individual range, they can be interpreted as demonstrations of communicative intentions culturally recognizable. Therefore, (mental or public) verbal representations are considered as tools to build the cognitive environments, enabling those involved in the communication process to act so as to disseminate in a cultural way the musical representations (mental or public). Thus, we considered the theoretical bias here pointed out as relevant to understanding how musical representations are distributed, as well as psychological manifestations as in explicit statements. This makes plausible the assumption that music is communicative by means of micro and macro processes of representative spreading. Finally, we argue that the concept of cultural attraction is a key epidemiological factor, besides being more appropriate to the cultural phenomenon than a description of social processes of replication of meanings contained in codes.

Keywords: Musical Representation; Relevance Theory; Epidemiology of Representations; Evolutionary Psychology.

FIGURAS

Figura 1 – Modularidade massiva e integração comunicativa	69
Figura 2 – Disseminação de memes: replicação (imitação de comportamento cultural) determina a distribuição dos memes.....	95
Figura 3 – Fragmento de cadeia causal de cultura.....	138
Figura 4 – Articulação causal de uma cadeia causal de cultura	140
Figura 5 – Imitação e comunicação	143
Figura 6 – Macroprocesso cultural resultante de microprocessos individuais com expectativas de relevância colaborativas	146

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
FIGURAS	ix
SUMÁRIO	x
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO: UM CAMINHO NATURALÍSTICO	22
1.1. Do verbo à mente: Características inatas da linguagem	22
1.1.1. Gerativismo e inatismo	30
1.1.2. O Naturalismo metodológico chomskyano	34
1.1.3. Chomsky, Fodor e a abordagem computacional	35
1.2. <i>Modularidade da mente</i>	36
1.2.1. A mente como sistema orgânico.....	39
1.2.2. Sistemas cognitivos periféricos e sistema cognitivo central	40
1.2.3. Integração conceitual modular: questão incongruente?	45
1.3. <i>Semântica, Pragmática e cognição</i>	46
1.3.1. Sobre a descrição lógica das línguas naturais e a linguagem verbal como ferramenta de comunicação: abismo ou ferramenta teórica?	48
1.3.2. Grice: Entre a lógica formal e o naturalismo cognitivo.....	51
1.4. Modularidade massiva: evolução e comunicação humana	56
1.4.1. Modularidade e relevância.....	57
CAPÍTULO 2 – A MENTE CULTURAL	71
2.1. O instinto linguístico e a capacidade à cultura.....	74
2.1.1. Estabilidade, diversidade e o ambiente cultural	85
2.2. Modelos Teóricos da Transmissão Cultural	91
2.2.1. Dawkins e o modelo memético	93
2.3. A epidemiologia das representações: criatividade e comunicação	97
2.3.1. Metarrepresentações	98
2.3.2. Representações mentais e representações públicas	100
2.3.3. Crenças e Metarrepresentação	105
2.3.4. Crenças Intuitivas e Crenças Reflexivas	107
CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA.....	113
3.1. Neurologia e comunicação musical	117
3.2. Música e atos de fala.....	123
3.3. A epidemiologia de representações musicais	127

3.3.1. Uma abordagem probabilística para a cultura humana	130
3.4. Aspectos psicológicos da distribuição de representações musicais.....	133
3.4.1. Cadeias causais de cultura	135
3.4.2. Articulação causal de uma cadeia causal de cultura.....	139
3.4.3. Imitação e comunicação	142
3.5. Elvis não morreu: subjetividade e comportamento cultural – a cultura como sistema emergente.....	144
3.5.1. Macroprocessos culturais de representações musicais	145
3.5.2. Microprocessos culturais	147
3.5.3. Relevância, dedução e a criatividade cultural	148
3.5.4. A cultura musical como sistema emergente	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação, a Linguística se mantém no centro de alguns dos principais debates científicos que elegeram o ser humano como objeto de estudo. Tal fato condiz com a importância que a linguagem verbal ocupa em diversos comportamentos praticados por seres humanos. A comunicação parece ser inerente ao sucesso das mais diferentes manifestações que a nossa espécie produz, porém, ao longo do século XX, a Linguística tem demonstrado dificuldades em lidar com a linguagem verbal considerando-a como uma ferramenta comunicativa. Talvez isto ocorra porque as relações comunicativas não podem ser reduzidas a relações linguísticas, dado o fato de que a eficácia comunicativa é um evento cultural que depende de interpretação inter-relacionada dos estados psicológicos dos interlocutores. No âmbito destas interações comunicativo-cognitivas, uma característica parece ser fundamental: a capacidade de integração lógico-causal de informações oriundas de outros domínios cognitivos, que é potencialmente enriquecedora dos significados linguísticos. Estas informações extralinguísticas que exercem papel fundamental na existência concreta e comunicativa das manifestações linguísticas tem recebido um nome que lhe favorece a pouca categorização: contexto. Este termo – embora crucial a toda ciência que lide com os comportamentos humanos – tem sido empregado como conceito coringa toda vez que uma análise depende de uma explicação psicológica para a comunicação humana.

Neste sentido, as humanidades têm recorrido a um artifício de via-dupla: primeiro, ignorar as relações cognitivas envolvidas na existência material dos artefatos comunicativos; e segundo, focar analiticamente as evidências empíricas da comunicação humana. Os argumentos para que a mente seja considerada inacessível ao pesquisador são inúmeros e não existem somente nas humanidades. Eles tornam o enfoque analítico uma consequência óbvia, visto que a ausência de mecanismos cognitivos intrínsecos ao modelo impossibilita uma concepção universalista a respeito de nossos comportamentos comunicativos. Portanto, segundo a concepção tradicional da comunicação humana, restaria ao pesquisador o papel de fazer, ele mesmo, a interpretação do artefato empiricamente observável. Análise semiótica, discursiva, dos atos de fala, entre tantas outras, são termos comuns quando buscamos pesquisas a respeito da comunicação humana. Também há em comum nelas o pressuposto de que nada existe de individual que acarrete causalidade aos fatos comunicativos

empiricamente observáveis. Para as abordagens analíticas, a comunicação é um fato social, cuja existência deve ser interpretada da maneira mais aguçada quanto possível. Outra característica compartilhada pelos vieses analíticos é a argumentação funcionalista acerca de seus repertórios teóricos, que servem de ferramentas para as respectivas análises. Mesmo abordagens teóricas de cunho naturalista pouco ousaram questionar as concepções teóricas tradicionais oriundas das humanidades. Como veremos detalhadamente, a ideia de que vivemos em um mar de memes (ideias) que nós incorporamos tende a considerar a comunicação como um fenômeno integralmente social que a *caixa preta* cognitiva incorpora¹. Porém, em detrimento de tais concepções, bilhões de seres humanos alheios a estas ferramentas analíticas exercem com propriedade e efetividade o *milagre da comunicação*.

Há uma alternativa para a questão. Entretanto, ela envolve a inclusão de um fator ainda estigmatizado no universo acadêmico. A cognição humana tem sido um objeto de estudos sistematicamente boicotado ao longo do desenvolvimento do quadro teórico atual das humanidades. O resultado, de forma generalizada, tem sido um incrível esforço interpretativo. Como se o fatiamento de partes empíricas do comportamento humano fossem redundar em uma possibilidade teórica ampla. Embora não desconsideremos a diversidade cultural como uma fonte de admiração por qualquer um que se debruce analiticamente sobre um evento, rejeitamos que esse deva ser o principal papel do pesquisador acerca de comportamentos humanos. Isto porque decorridas algumas décadas da chamada *revolução cognitiva*, os argumentos rumo a uma unidade teórica em detrimento das atuais divisões analíticas nos parecem ser mais instigantes e profícuos academicamente.

A Linguística ocupa papel de destaque nesta revolução ainda em curso. Primeiro com o pioneirismo da abordagem computacional gerativista de Noam Chomsky, mas, sobretudo pelos desdobramentos de inúmeros debates que alçaram a linguagem verbal a uma forma de lupa para os mecanismos mentais. Uma das abordagens teóricas que consideramos mais instigantes na contemporaneidade é a que chamaremos de teórico-relevante. Como nós a concebemos, ela é uma confluência de duas teorias, a Teoria da

¹ Este termo é recorrente em abordagens que consideram que a mente incorpora os significados das coisas do mundo. Voltaremos a comentá-lo em outros momentos, por enquanto, nos ateremos a considerá-lo como referente a estudos cognitivistas que não postulam teorizações inatas sobre cognição.

INTRODUÇÃO

Relevância e a Epidemiologia das Representações (respectivamente TR e ER daqui por diante). A primeira é uma alternativa cognitiva ao viés funcionalista da comunicação humana, já a segunda é uma teoria cognitiva sobre a distribuição das representações (ideias) em populações humanas. Ambas consideram as manifestações intencionais como fatos da vida cultural. A linguagem verbal, com suas particularidades, é vista como o resultado de uma organização mental intencional precedente, o que significa descrevê-la como uma ferramenta linguística de disseminação de estados mentais de organização das coisas do mundo. Ambas também consideram haver intencionalidades envolvidas no ato de interpretar as manifestações comunicativas. Desta forma, a existência material de um artefato cultural passa a ser vista como uma convergência entre estados psicológicos e manifestações físicas. Esta inclusão de fatores psicológicos no estudo das manifestações comunicativas expõe uma das facetas mais intrigantes e positivas da abordagem teórico-relevante: a transdisciplinaridade na investigação dos comportamentos culturais humanos.

Julgamos que a abordagem teórico-relevante é capaz de fornecer preciosas pistas acerca do tema deste trabalho: as relações entre os pensamentos linguísticos e os musicais, além de suas manifestações comunicativamente intencionais. Desta forma, consideramos que os desafios de uma Linguística de foco científico comunicativo envolvem o desenvolvimento de modelos teóricos que consigam conjugar de maneira integrada concepções oriundas das diversas ciências ligadas às humanidades. Porém, o pouco diálogo interdisciplinar em nada ajuda este objetivo. No entanto, as línguas naturais são ricas demonstrações das relações cognitivas que interlocutores devem desempenhar a fim de resolver adequadamente os desafios mentais impostos pela comunicação. Da mesma forma, evidenciam as relações causais que acarretam os fatos culturais. Isso nos indica que as línguas naturais fazem parte de um quebra-cabeça mais complexo.

Além de manifestações linguísticas e determinados símbolos específicos (como por exemplo: desenhos, pinturas e fotos), as manifestações culturais que seres humanos produzem são atos públicos desprovidos de conteúdo proposicional. Ou seja, são incapazes de descrever estados de coisas do mundo. As mais belas melodias, os ritmos mais dançantes e empolgantes, as coreografias mais precisas e revolucionárias são incapazes de eficácia numa tarefa lógico-referencial simples como a que contém uma

sentença como em – o céu é azul – tanto como em qualquer tarefa comunicativa que envolva relações lógicas explícitas. Contudo, não estamos afirmando que a natureza cultural das artes seja ilógica, mas sim, que a vagueza típica dos fatos artísticos requer uma investigação que extrapole o âmbito do fato cultural em si. Neste sentido, a linguagem parece cumprir um papel específico na promoção das coisas da vida cultural que nos cerca. Isso se deve ao fato de que assim como a linguagem, todo e qualquer fenômeno cultural possui uma natureza material dupla: tanto são fatos físicos, quanto mentais. A comunicação é, portanto, um mecanismo eficaz de disseminação de conhecimentos relacionáveis à existência de um fato cultural qualquer. Ao promover a cultura por meio de interações cognitivas, a vivência cultural exposta pela linguagem demonstra ser um claro indício para o que podemos chamar de evolução cultural.

O objetivo desta dissertação é o de promover a discussão sobre o papel da linguagem na disseminação de representações musicais. No primeiro capítulo, nós demonstraremos como este percurso teórico é resultado de uma postura de naturalização do campo de estudos sobre o comportamento linguístico. Para este efeito, a abordagem computacional gerativa (CHOMSKY, 1957), a teoria modular da mente (FODOR, 1983) e a concepção evolucionista de cognição (COSMIDES & TOOBY, 1987) serão vistas como desenvolvimentos científicos cruciais que possibilitaram a articulação do viés teórico-relevante. No segundo capítulo, nossa atenção se voltará aos modelos de transmissão cultural. Em especial, nós demonstraremos que as ciências humanas aceitam passivamente que os fatores psicológicos não influenciam na descrição teórica de nossos comportamentos culturais. Nós nos apoiaremos em argumentos oriundos da Psicologia Evolutiva (PINKER, 2004) e da Pragmática (SPERBER, 1996) para advogarmos a favor de uma concepção massiva para a modularidade da mente, que nos possibilitará conceber a diversidade cultural humana, sem que tenhamos que abdicar de uma teorização universalista da mente. No terceiro capítulo, descreveremos as manifestações verbais e musicais como fenômenos culturalmente comunicativos. Segundo nosso argumento, cultura deve ser compreendida como um sistema emergente resultante de microprocessos psicológicos que acarretam em macroprocessos físicos.

Este longo caminho que escolhemos, embora árduo, foi o que consideramos o mais adequado para formular o nosso objeto de estudo: a representação musical. Isso porque considerarmos (como já mencionamos) que representações só podem ser

INTRODUÇÃO

corretamente descritas se levarmos em conta que um dado elemento cultural possui tanto uma existência física e empiricamente perceptível, como uma existência mental nas pessoas que o compartilham. Nosso objetivo específico é o de compreender o papel da linguagem verbal acerca de representações musicais, para tanto, entendemos ser necessário descrever brevemente o leque de abordagens que fornecem evidências empíricas formulações teóricas adequadas ao atual estágio das ciências de cunho cognitivo. Só então nos sentiremos confortáveis em realizar o exame minucioso dos fenômenos que abordaremos. As teorias em que nos apoiamos nesta dissertação fornecem elementos suficientes para que possamos realizar a correta descrição do que vem a ser uma representação musical, bem como observar qual é o papel da comunicação verbal na formulação do universo cognitivo musical no qual ouvintes de música estão imersos, construindo-os. Em especial, iremos abordar como o Gerativismo, a Pragmática e a Psicologia Evolucionária aliadas às Ciências Cognitivas fornecem um panorama favorável à investigação teórica da comunicação como evento tanto físico quanto mental². A partir disso, demonstraremos como a natureza proposicional nula e semanticamente vaga das estruturas musicais se vale da construção criativa e interativa de discursos estéticos que conferem à música a característica comunicativa. A nossa hipótese é a de que a linguagem ajuda a construir não só a estética das músicas que nos rodeiam, mas também que constituem parte de uma relação causal que confere valores semânticos e pragmáticos à estética musical.³ Demonstraremos que falar de música, seja por meio direto (como em uma metacanção) ou por meio indireto (como em uma resenha), promove relações entre ambos os domínios cognitivos na formação individual de uma representação musical.

No nosso entender, a relevância deste trabalho reside em dar mais um curto e singelo passo rumo à desmistificação de uma suposta característica sobrenatural que

² Consideramos que a capacidade comunicativa de seres humanos recorre a um verdadeiro arsenal de linguagens, entre elas, a verbal. Na perspectiva que adotamos, as diversas linguagens possuem características diversas e exatamente por isso possibilitam que mais de uma linguagem seja utilizada por alguém de forma a expressar um determinado significado comunicativo. As canções são exemplos perfeitos disso, afinal, os interlocutores envolvidos na execução de uma canção não se concentram apenas em uma das linguagens envolvidas no ato comunicativo. Letra e música são intrínsecas à experiência comunicativa que envolva alguém que canta e alguém que ouça esta música.

³ A expressão estética musical é compreendida por nós da maneira mais ampla possível, incluindo desde as tradições seculares, passando pelos gêneros, estilos etc. Embora o objeto a ser explorado nessa dissertação seja típico da música chamada de popular, consideramos que as relações a serem discutidas aqui são observáveis em todas as manifestações musicais que são utilizadas como forma de comunicação.

determinadas ciências impõem à cultura em seus modelos teóricos. Pela abordagem que propomos, além de tudo, torna-se possível a construção de modelos que incluem ambos os interlocutores ao processo de construção de significados, deixando de caracterizar os indivíduos que vivem os fatos culturais como seres assujeitados. Julgamos este trabalho também pertinente ao projeto de conquista de um dos territórios científicos mais árduos impostos às ciências de maneira geral: a mente. Não que nos julguemos capazes de desenvolver um modelo mental que decifre o funcionamento cognitivo, porém consideramos que nossa abordagem colabora trazendo à tona diversas considerações que corroboram com uma teoria massiva acerca dos mecanismos mentais. Salientamos que esta é uma tarefa particularmente conflituosa, visto que a visão tradicional é normalmente aceita sem muitas discordâncias. Porém, demonstraremos que o modelo padrão (centrado no código) traz implicações indesejadas a um modelo que deseje compreender os fenômenos cognitivos como eventos materiais naturais e, portanto, passíveis de uma compreensão causal. Outra contribuição que acreditamos proporcionar com esta dissertação é o de corroborar a alternativa proposta pela TR e ER ao modelo simbólico clássico da comunicação humana, segundo o qual o significado é uma característica de manifestações públicas, destinando aos interlocutores o papel de atuarem apenas na codificação/decodificação de mensagens. Acreditamos que esta compreensão é errônea porque requer que a cultura parta da natureza e atinja à humanidade, enquanto, pelo que nos parece, a cultura é um fato que só existe como natural porque indivíduos humanos a produzem e a vivenciam por meio do compartilhamento de crenças.

Aparentemente, abordagem que mais buscou desenvolver um modelo comunicativo pautado na estrutura é o da Semiótica. Ela considera que um emissor codifica uma mensagem que é decodificada por um receptor. Porém, não só os semioticistas se deixam levar pela tentação de considerar a cultura humana (e nesse sentido entendemos a comunicação como uma forma de cultura) como um exemplo de fenômeno integralmente público. Intenções, emoções, sentimentos e todas as coisas oriundas da cognição são, frequentemente, desconsideradas em análises que se concentram no discurso e na manifestação do comportamento individual. Podemos encontrar posturas semelhantes na maioria das vertentes relativistas acerca do homem. De tal forma, as linguagens e a comunicação são idealizadas como a realidade

INTRODUÇÃO

sociocultural em si, e não como manifestações entre indivíduos sobre a realidade.

Convém lembrarmos também que o caminho que assumimos não se deve a uma posição rígida acerca da tensão entre empiristas e racionalistas, que durante o século XX tanto assolou as ciências que estudam a linguagem. Consideramos que posições radicais podem ambas produzir análises limitadas. Se o nosso objetivo é o de debater sobre a característica comunicativa na qual as línguas naturais se inserem, a mera descrição empírica impede a construção de um modelo cognitivo como o que nós propomos aqui. Assim como as abordagens lógico-empiristas alicerçadas na Filosofia Analítica demonstraram problemas para lidar com a natureza da comunicação, também a formalização racionalista e abstrata da linguagem produziu distorções a respeito do objeto.

Embora consideremos que qualquer pesquisa que vise lidar com aspectos cognitivos possua limitações intrínsecas no que tange a possibilidade de observação científica, assumimos os pressupostos básicos da TR, que argumenta a favor de um modelo empiricamente plausível para a comunicação humana. Para este efeito, é crucial darmos a devida importância tanto à manifestação cultural explícita, quanto aos mecanismos psicológicos envolvidos na interpretação significativa e na disseminação social destes fenômenos. Sobre isso, Sperber & Wilson (1995: 196) comentam:

[...] not every idealisation is legitimate. An idealisation is not legitimate if, in simplifying the data, it introduces some significant distortion which puts theoretical work in the wrong track. An example of such an illegitimate idealisation is the reduction of a language by pre-Chomskyan linguists to a finite corpus of utterances. [...] As a result, they have perpetuated a mistaken semiotic view of communication and in particular have deprived themselves of the ability to provide an adequate analysis of stylistics and poetic effects.⁴

Assim como Steven Pinker (1998) considera que a descrição teórica de mecanismos inatos não implica em renegar o papel da experiência, Howard Gardner

⁴ [...] “nem toda idealização é legítima. Uma idealização não é legítima se, ao simplificar os dados, ela introduz algumas distorções significativas que colocam o trabalho teórico no caminho errado. Um exemplo de uma idealização ilegítima é a redução de uma língua por lingüistas pré-chomskyanos a um corpus finito de enunciados. [...] Como resultado, eles perpetuaram uma visão semiótica equivocada da comunicação e, em particular, privaram-se da habilidade de fornecer uma análise adequada da estilística e de efeitos poéticos.”

(2003:99) comenta que:

Agora, graças à revolução cognitiva, e em consequência de obras influentes de teóricos como Fodor, o racionalismo está sendo levado mais a sério do que foi durante décadas. Provavelmente é justo dizer que a maioria dos cientistas cognitivistas não mais se preocupa em saber qual perspectiva que “vence” neste debate, e que o propósito da crítica de Fodor não é ressuscitar o racionalismo cartesiano, e sim demonstrar a falência da posição empirista. No entanto, na medida em que a ciência cognitiva continue a ganhar adeptos, a posição racionalista emergirá como essencialmente cada vez mais verossímil. A primazia do sujeito conhecedor – aquele que só adquire conhecimento em virtude da estruturação cognitiva prévia (senão de idéias inatas) – é agora amplamente aceita. Neste sentido pelo menos, a filosofia tende para uma posição racionalista, sustentada por trabalho empírico de várias disciplinas.⁵

Especificamente em relação ao conhecimento linguístico, Noam Chomsky (1967, 1965) demonstrou quão limitada pode ser uma abordagem apenas empírica e funcionalista, como no caso do Behaviorismo. Assim, o próprio modelo gerativo proposto pelo linguista acabou por se tornar, em parte, em uma dos grandes argumentos a favor do estudo teórico do papel da cognição no comportamento linguístico. O que demonstra que, embora Chomsky e Fodor pareçam se colocar como críticos radicais ao empirismo, muito de suas pesquisas embasam o argumento para uma observação indireta dos fenômenos cognitivos, numa forma de empirismo indireto. Neste sentido, a observação empírica não deve servir como base para pesquisas analíticas e interpretativas, mas sim, como base de investigação dos mecanismos mentais envolvidos na existência material de artefatos culturais. Segundo Gardner (2003: 67), o panorama contemporâneo das ciências da cognição é favorável a este equilíbrio entre empirismo e racionalismo:

Tanto Platão como Descartes adotaram o pólo racionalista, enquanto muitos empiristas posteriores reagiram a ele. Em nossa época, os behavioristas aderiram ao empirismo, enquanto os cognitivistas tendem a adotar alguma forma de racionalismo ou uma mistura

⁵ As aspas são do autor. Todas as citações em língua estrangeira serão transcritas no próprio texto, as traduções foram feitas por nós e serão inseridas em nota de rodapé.

INTRODUÇÃO

racionalista-empirista.

Compreendemos que a abordagem que aqui propomos é eficaz em oportunizar novas trincheiras a serem abertas dentro das ciências sociais em geral. Nesta jornada a ser explorada, o papel do pesquisador deixa o de ser o produtor de interpretações dos fatos culturais e passa a ser o de compreender os mecanismos gerais pelos quais a cultura se torna efetiva e funcional. Não queremos com isso limitar a ação do pesquisador ou reduzir a área de atuação. Apenas esperamos que a perspectiva que aqui apontamos se demonstre verdadeiramente tão produtiva rumo a uma descrição causal da cognição e da cultura, a ponto de não necessitarmos especular, sem posse de evidências, acerca dos significados das coisas culturais do mundo.

Ao propor uma análise sobre o papel da linguagem em epidemiologias de representações musicais, buscamos acrescentar alguns metros na construção do caminho que conduz a tão empolgante jornada científica que é a de compreender o homem e suas exclusivas características cognitivas, que tornam a nossa espécie capaz de produzir fatos culturais tão surpreendentes como a linguagem e a ciência. Não queremos com isso parecer presunçosos. Sabemos que há muito que ser alcançado para que este caminho cumpra sua missão de oferecer uma visão abrangente disso que ocorre sob a alcunha de humanidades, sem que com isso tenhamos que renegar uma óbvia existência natural dos fenômenos culturais humanos. Recorrendo à célebre diferenciação entre problema e mistério proposta por Chomsky (1975), acreditamos que estamos ajudando a transformar os comportamentos comunicativos e cognitivos em um problema científico palpável, visto que as abordagens tradicionais costumam a lidar com eles como se eles fossem mistérios academicamente intangíveis.

“An epidemiology of representations does not study representations, it studies
distributions of representation.”

“Uma epidemiologia das representações não estuda representações, estuda distribuições
de representações.”

Dan Sperber

CAPÍTULO 1 – LINGUÍSTICA E COGNIÇÃO: UM CAMINHO NATURALÍSTICO

Neste capítulo serão descritos os caminhos teóricos que possibilitaram a abordagem na qual este trabalho se apoiará: a Epidemiologia das Representações (que será devidamente abordada no segundo capítulo). Para tanto, apresentaremos uma revisão das principais concepções que colaboraram para a naturalização do campo de estudo da Linguística. Este trajeto remete primeiramente aos estudos de Noam Chomsky, que vinculou a Linguística a uma visão mentalista acerca da natureza das línguas naturais. Posteriormente buscaremos descrever como a abordagem chomskyana colaborou para a teoria modular da mente formulada por Jerry Fodor. Por fim, argumentaremos como a Teoria da Relevância postula uma teoria empiricamente plausível para a comunicação humana, tendo em vista as relações causais de expressões linguísticas.

1.1. Do verbo à mente: Características inatas da linguagem

Seres humanos são biologicamente programados a produzir e a consumir (interpretar) artefatos culturais. Atribuímos crenças e significados para tudo o que produzimos e percebemos nos ambientes que nos rodeiam. Cantamos, consumimos músicas das mais diversas maneiras, cozinhamos nossos alimentos, assistimos a filmes e peças de teatro, torcemos por agremiações esportivas etc. Por sermos capazes de transmitir informações ao longo das gerações, somos capazes de adaptar os mais diferentes tipos de ambiente às nossas necessidades. A linguagem verbal cumpre um papel fundamental na transmissão de informações, e, não obstante, deve ter um papel de destaque para o sucesso adaptativo de nossa espécie. A capacidade de construir uma história evolutiva cultural é algo bastante específico da nossa espécie. As várias conquistas da humanidade são culturais, das melhorias nas técnicas de caça aos modernos mecanismos de comunicação. O fato de sermos uma espécie intrinsecamente cultural sugere que a capacidade da cultura seja inata. Assim como a linguagem verbal é uma habilidade universal da espécie humana e não um privilégio de determinadas populações, a capacidade de produzir e de consumir fatos culturais é uma característica de nossa espécie.

A linguagem é o principal mecanismo de troca de informações entre seres humanos. Embora gestos, símbolos não linguísticos e outras manifestações possam ser usados com finalidades comunicativas, é inegável a centralidade da linguagem verbal na comunicação humana. A troca de informações é fator crucial do desenvolvimento da vida cultural (levando-se em consideração que um fato cultural é todo e qualquer ato ao qual pelo menos dois indivíduos compartilham uma crença). Uma crença individual que nunca foi comunicada a ninguém é apenas um pensamento. A partir do momento em que há a manifestação comunicativa em um ato publicamente ostensivo, este pensamento passa a ser público para as pessoas a quem ele foi exposto. Consideramos, portanto, que a linguagem verbal tem grande importância na rede de relações causais que tornam possível que uma ideia seja compartilhada por inúmeras pessoas. Também é uma das principais evidências de que somos seres extremamente hábeis no processo de transmitir informações. Ela torna possível tanto o tipo de cultura que nos permite construir moradias, quanto a cultura de assar suflês, serem disseminados em diferentes populações. A linguagem nos possibilita não apenas a disseminação de informações, mas também é crucial no fato de que nossa cultura evolui. Nossos ancestrais (muito embora compartilhassem das mesmas características genéticas que nós) não construíam casas com as características das atuais, nem assavam suflês como nós fazemos nos dias de hoje.

A comunicação é também o meio mais claro de transmissão cultural que torna possível o fato de criarmos ambientes culturalmente adaptados à nossa interpretação do mundo. Porém, somos capazes de produzir inúmeros produtos culturais que não são meramente linguísticos. Atualmente seres humanos praticam inúmeros esportes, produzem manifestações gráficas, músicas, danças, e promovem inúmeras outras articulações sociais comunicativas. Nossa intenção não é a de promover a discussão sobre a transmissão de fatos culturais neste texto, e sim é a de descrever o que pensamos ser um percurso de naturalização do campo de estudos da Linguística atual. Com isso temos o intuito de justificar uma abordagem não interpretativa de um fato cultural específico: a transmissão de conceitos musicais. Portanto, não buscamos fazer uma análise enviesada do que é comunicado em uma determinada canção: em vez disso, pretendemos fazer uma análise dos mecanismos linguísticos envolvidos na disseminação de uma ideia sobre um conceito musical.

Desde a Sintaxe Gerativa proposta por Noam Chomsky, novas frentes se abrem

no intuito de entender a linguagem verbal como parte do organismo humano. A questão é problemática porque obriga a buscar compreender o funcionamento de um órgão bastante enigmático: a mente. Afinal, não se trata apenas de conhecer a neurociência do cérebro, mas sim de compreender como ele sedia as diversas habilidades cognitivas que nos são peculiares. O desenvolvimento da Linguística durante o século XX trouxe várias colaborações na compreensão da mente humana. Da impossibilidade de observação epistemológica imposta por Ferdinand de Saussure (1973) à formulação de várias teorias de cunho cognitivo, o desafio é sempre o mesmo, o de observar indiretamente o objeto de estudo. É necessário articular abordagens que lidem com evidências, como no caso do gerativismo, que parte da observação do fato de a linguagem verbal estar presente em todos os povos como um indício suficiente para supor que haja um órgão mental que processe as informações linguísticas

Lidando com concepções de diversas áreas e propondo uma leitura transdisciplinar,⁶ Sperber & Wilson (1993, 1995, 1997, 2002, 2005) desenvolveram uma teoria linguística fruto de observações empiricamente plausíveis e transdisciplinares a respeito da comunicação verbal humana. A TR é resultado de um esforço em compreender a comunicação humana nos termos de seus efeitos comunicativos e, conseqüentemente, cognitivos. A noção chomskyana de inatismo das estruturas mentais de processamento linguístico; a formulação de Jerry Fodor (1983) de modularidade da mente; e um século de observações empíricas sobre a descrição lógica de sentenças de línguas naturais em contextos comunicativos, deram à TR a possibilidade de descrever os mecanismos básicos pelos quais a comunicação humana se efetiva por meio de sua manifestação verbal. Não obstante, o desenvolvimento de tal abordagem tornou possível a formulação de uma teoria da transmissão cultural baseada nas evidências empíricas fornecidas, em parte, pela Linguística: a Epidemiologia das Representações (ER). Tal perspectiva teórica sugerida por Sperber (1996, 2000, 2009)

⁶ Podemos incluir várias áreas e disciplinas científicas entre as que fornecem importantes colaborações ao desenvolvimento da abordagem teórico-relevante. Contudo, consideramos que entre as que mais se destacam estão: a Semântica, a Filosofia Analítica e a Filosofia da Linguagem – porque, afinal, as relações lógico-causais de sentenças são, tanto para a TR quanto para a ER, valiosas ferramentas de escrutínio, que proporcionam evidências indiretas da atuação mental; a Filosofia da Mente e o Gerativismo – pela concepção modular e orgânica (biológica) da mente; por fim, a Psicologia Evolutiva e a Psicolinguística – por corroborarem a hipótese, pautada no evolucionismo, de uma modularidade massiva da mente. Cada uma destas intrincadas relações teórico-conceituais serão abordadas ao longo do presente trabalho. Porém, adiantamos que o nosso principal interesse recairá, sempre que possível, sobre os mecanismos cognitivos que podem ser indiretamente observáveis quando se recruta o escrutínio acadêmico para lidar com a comunicação humana.

surge dentro das observações e postulações oriundas da Pragmática da TR, mas se expande a aspectos mais amplos e não contemplados pelas ciências de cunho linguístico.

Nossa intenção neste primeiro momento é a de demonstrar que tanto a TR, quanto a ER são teorias oriundas de um projeto científico de naturalização das ciências humanas. Esta descrição é crucial para desenvolvermos a linha de raciocínio que intencionamos, pois é tal abordagem naturalística que explica epistemologicamente uma teoria da transmissão cultural e, portanto, o papel de representações verbais na disseminação de culturas musicais.

Como objetivo central de nosso estudo, buscaremos descrever um fato linguístico peculiar: a representação verbal sobre representações musicais. Demonstraremos que do ponto de vista comunicativo, as expectativas de relevância destes fenômenos estão intrinsecamente ligadas ao processamento de informações musicais. Expressões como “Rock pesado”, “melodia suave”, “harmonias sofisticadas” e tantas outras que designam diferentes fatos musicais são manifestações que, por um lado, necessitam de conhecimento musical prévio capaz de ser relacionado a tais representações linguísticas, e por outro, demonstram que a vagueza da informação musical está predisposta ao enriquecimento significativo. Isto indica que representações musicais são *outputs* de processos comunicativos iniciados pela percepção sonora do estímulo musical, porém, potencialmente modificados e enriquecidos (não só) pela experiência linguística. A hipótese que consideramos mais plausível para este fato é a visão defendida por Sperber (1996) de que uma concepção de processos mentais modulares para a cultura pode lançar luz ao fenômeno da integração das diversas informações oriundas dos diferentes aparatos cognitivos.

Esta posição é encontrada na formulação da ER, mas a própria concepção da TR aponta para um caminho no qual a integração de informações processadas modularmente é concebida como característica inata dos seres humanos. Há vantagens importantes que a organização mental modular pode proporcionar, entre elas, a economia de esforço no processamento comunicativo. Sperber (Ibidem: 114) observa que:

Deirdre Wilson and I have argued that the effect-effort balance in the processing of any piece of information determines its degree of

relevance (Sperber and Wilson 1986/1995). We claim that human cognitive processes are geared to the maximization of relevance. Most factors of relevance are highly idiosyncratic, and have to do with the individual's unique location in time and space. Some facts of relevance, however, are rooted in genetically determined aspects of human psychology. Thus, the processing of stimuli for which exists a specialized module requires comparatively less effort and is potentially more relevant.⁷

Esta descrição de relevância se deve ao fato de o autor compreender que a atuação cognitiva humana não seria possível se não fosse a existência de módulos mentais que têm, como *inputs* de seus processos, *outputs* previamente processados e representados (isso inclui, por exemplo, uma representação final vaga acerca de uma piada, ou seja, um *output* de um processo comunicativo que não obteve êxito em reconstituir de forma relevante os estados mentais intencionais envolvidos na enunciação da piada). Assim, Sperber sugere que a função de uma estrutura mental modular complexa é a de fornecer não apenas a comunicação humana, mas também a capacidade de gerar interpretações complexas dos fatos observados no mundo. A busca por informações relevantes e de suas relevâncias ótimas é, portanto, característica básica de sistemas modulares mentais complexos. Ainda no mesmo texto, o autor descreve que relevância também é um conceito essencial para compreender como novas informações relevantes tomam lugar na cognição humana:

Relevance provides the motivation both for storing and for transmitting the information. [...] On a modular view of conceptual processes, these beliefs, which are stable across all population, are those which play a central role in the modular organization and processing of knowledge. Thus information that either enriches or contradicts these basic modular beliefs stands a greater chance of cultural success.⁸ (Ibidem: 140)

⁷ “Deirdre Wilson e eu temos argumentado que o saldo entre o esforço e o efeito no processamento de qualquer fragmento de informação determina o seu grau de relevância (SPERBER & WISLON, 1986, 1995). Defendemos que os processos cognitivos humanos são orientados para a maximização da relevância. A maioria dos fatores sobre relevância são altamente idiossincráticos, e têm a ver com a localização única do indivíduo no tempo e no espaço. Alguns fatos acerca de relevância, no entanto, estão enraizados em aspectos geneticamente determinados da psicologia humana. Assim, o processamento de estímulos para os quais existe um módulo especializado exige um esforço comparativamente menor e é potencialmente mais relevante.”

⁸ “A relevância fornece a motivação tanto para armazenar quanto para transmitir as informações. [...] Numa visão modular dos processos conceituais, essas crenças, que são estáveis em toda a população, são aquelas que desempenham um papel central na organização modular e no processamento do

A abordagem apontada aqui é resultado de um longo percurso em busca da compreensão da comunicação humana nos termos de suas relações lógico-causais efetiva, isto é, observáveis no processamento de línguas naturais. A Linguística tem fornecido farto material teórico e empírico para a formulação da mente humana como objeto possível de reflexão científica. Dentro deste aspecto, há a necessidade de limitar a observação da linguagem verbal às relações naturais e funcionais da linguagem verbal. Isto não implica em uma abordagem funcionalista (tal como concebida por Peirce ou Jakobson), mas sim em buscar compreender mecanismos gerais da cognição humana. O que quer dizer que o estudo da comunicação humana não deve ater-se a descrever significados de estruturas produzidas com a finalidade de comunicar algo, mas sim, descrever os mecanismos pelos quais tais estruturas tornam-se efetivamente comunicativas. Portanto, para nós, a diferença de uma abordagem cognitiva de uma funcionalista para a comunicação humana reside nas posturas frente ao objeto e às respectivas teorizações. Enquanto no paradigma científico funcionalista, o pesquisador considera a teoria uma ferramenta para a análise (ou seja, a teoria é funcional); o paradigma cognitivo não considera a teoria como um meio para um fim analítico, mas sim como o próprio campo de atuação do pesquisador. Isso quer dizer que conceber as linguagens diversas em função de seus usos comunicativos não equivale, de forma alguma, a considerar que uma teoria cognitiva da comunicação tenha de ser uma ferramenta aplicativa funcional.

A concepção que visamos expor no presente trabalho é, muito embora se pautem em uma visão inatista e modular da mente, discordante de alguns dos principais conceitos formulados tanto por Chomsky quanto por Fodor. Para Chomsky, a função de um órgão mental específico à linguagem verbal tem como função a capacidade de estruturar sintaticamente informações linguísticas por meio do reconhecimento gramatical de sentenças⁹ (que, como já dissemos, não é o caso das abordagens da TR e

conhecimento. Assim, qualquer informação que enriquece ou contradiz essas crenças modulares básicas representa uma chance maior de sucesso cultural.”

⁹ A centralidade da estruturação sintática no processamento linguístico é marcante na obra de Chomsky. Tanto que as relações semânticas são deixadas de lado nos modelos cognitivos defendidos por Chomsky, inclusive, a postulação do projeto minimalista elimina a discussão da interface semântico/pragmática a respeito da cognição comunicativa. Para o autor, a recursividade por si só se torna explicativa da flexibilidade característica da atuação mental humana. Para mais detalhes sobre a centralidade das relações sintáticas na cognitiva chomskyana, ver Chomsky (1957, 1967, 1965, 1981). Para mais detalhes

da ER). Já para Fodor (1983), módulos mentais são órgãos mentais que processam isoladamente os estímulos oriundos do mundo, sendo que a articulação entre os *outputs* gerados não é fruto de ação modular. Para ele, a mente possui processos modulares periféricos, que podem ser observados à luz das ciências cognitivas, e processos centrais intangíveis à especulação científica. Em Sperber & Wilson (1995: 66) temos a seguinte descrição:

Fodor points out that while something is known about the operation of the perceptual systems, very little is known about the so-called central thought processes, which integrate information derived from the perceptual systems with information stored in memory, and perform a variety of inferential tasks. [...] We do not entirely share this pessimism.¹⁰

Buscamos, pois, com nosso trabalho, compreender como ocorre a integração entre processamentos mentais de informações linguísticas e de informações musicais. A hipótese que apontamos é a de que a comunicação correlativa entre estes domínios é possível porque seres humanos possuem estruturas mentais destinadas a processar estímulos previamente processados e conceituados. Este módulo mental, chamado por Sperber de módulo cultural, teria a capacidade intrínseca de se utilizar de representações oriundas dos mais diversos módulos conceituais de forma a possibilitar a articulação de representações sobre representações. Tal capacidade metarrepresentativa pode ser indiretamente observada em canções que falam de canções, ou em textos verbais que falem de músicas (só para citar exemplos que se situam no âmbito exclusivamente linguístico e musical). Estas manifestações comunicativas emanam a capacidade de relacionar conhecimentos oriundos de aparatos cognitivos diferentes. Esperamos, portanto, que ao descrever o papel da habilidade metarrepresentativa de construir conceitos verbais a respeito de conceitos musicais na disseminação de musicalidades, estejamos somando argumentos à abordagem modular proposta tanto na ER, quanto na TR.

sobre esta questão pelo viés da abordagem minimalista, ver Chomsky (1982, 1986, 1995, 2005); Hauser, Chomsky & Fitch (2002).

¹⁰ “Fodor aponta que, enquanto algo é sabido a respeito do funcionamento dos sistemas de percepção, muito pouco se sabe sobre os chamados processos centrais do pensamento, que integram informação proveniente dos sistemas de percepção com as informações armazenadas na memória e executam uma variedade de tarefas inferenciais. [...] Nós não compartilhamos totalmente deste pessimismo.”

A Linguística atual é fruto de inúmeros caminhos traçados por diversas abordagens e teorias que buscam compreender as características da manifestação verbal humana. Algumas dessas teorias abstraem a realidade da manifestação linguística a padrões fonéticos; outras tratam de observar as relações lógicas entre manifestações verbais e as coisas do mundo; há as teorias linguísticas focadas em observar relações ideológicas adjacentes a discursos verbais; mas, primordialmente a Linguística obteve extremado êxito em observar as relações estruturais existentes nas manifestações linguísticas. Tal característica é elemento crucial da própria elaboração da Linguística como ciência por Saussure, mas também é crucial em teorias posteriores, como a de Chomsky.

Nosso objetivo neste capítulo é o de ilustrar como os fundamentos epistemológicos apontados por Chomsky deram origem (mesmo que de maneira não intencional) a uma tradição, cada vez mais forte na Linguística contemporânea, de descrever a faculdade mental envolvida na linguagem verbal não apenas como mera capacidade de estruturar sintaticamente sentenças, mas sim como uma capacidade de fornecer de maneira rica e complexa indícios e intenções comunicativas adjacentes ao ato verbal.¹¹

Tal trajetória de naturalização do campo de estudos da Linguística será exposta por meio da descrição dos trabalhos oriundos da abordagem pragmática proposta pelo antropólogo Dan Sperber e pela linguista Deirdre Wilson e da perspectiva cognitiva do psicolinguista Steven Pinker. Estas abordagens nos proporcionam outra maneira de observar as relações causais (naturalísticas) envolvidas na linguagem verbal. Não consideraremos a estruturação sintática como consequência (e nem como causa) das manifestações verbais comunicativas, mas como parte de um processo mais amplo, o que nos possibilita a faculdade mental de atribuir estados mentais complexos a outrem. O fato de atribuímos relações causais aos estímulos que percebemos é uma das mais importantes características da cognição humana. Portanto, não consideramos a linguagem verbal humana como uma habilidade mental isolada e dissociada das outras

¹¹ Neste sentido, não faltam críticos às posições relacionadas ao programa minimalista. Em geral, não é colocada em questão a importância que a recursividade exerce na cognição humana, mas o que é posto à prova é a concepção de que a recursividade é a única característica que difere a linguagem humana das formas de troca de informações entre indivíduos de outras espécies. Par uma crítica detalhada ao minimalismo chomskyano a partir de uma abordagem evolutiva da cognição, ver Pinker & Jackendoff (2005).

capacidades mentais que nos fazem humanos. Pelo contrário, nós a consideramos um ótimo indício para observarmos uma capacidade mental ainda mais significativa (e espetacular) em termos evolutivos: a de construirmos interpretações complexas sobre o mundo no qual vivemos.

Todavia, ao buscarmos uma abordagem naturalística para a Linguística estamos dispostos a propor um caminho que não só é controverso na Linguística como também o é nas ciências naturais. Tais controvérsias dizem principalmente respeito a uma suposta incapacidade científica de observação não intrusiva das inter-relações mentais ocorridas ao longo do processamento comunicativo de línguas naturais.

A Linguística rompe esse hiato dogmático a partir das descrições chomskianas acerca das capacidades cognitivas envolvidas no processamento de línguas naturais. As ideias propostas por Chomsky, quando foram por inicialmente propostas, também divergiam fortemente das teorizações acadêmicas sobre a cognição humana. Assim, no nosso entender, este estudioso inaugurou uma via de abordagem sobre o comportamento linguístico que não só era contrária aos modelos reducionistas propostos pela Psicologia contemporânea à época do surgimento da teoria gerativa¹² (CHOMSKY, 1967), mas também inaugurou uma abordagem que era vista com descrença na Linguística.

1.1.1. Gerativismo e inatismo

A posição racionalista de Chomsky é justificada por meio de sua abordagem inatista para o processamento da linguagem verbal. Para o autor, a aquisição da linguagem é uma questão que envolve mecanismos inatos de reconhecimento e de criação de sentenças válidas. O grande diferencial da abordagem gerativa responde pelo nome de abordagem computacional. Esta perspectiva inaugurada por Chomsky entra diretamente em conflito com abordagens anticognitivas, mas mesmo teóricos cognitivistas, à época do surgimento da teoria gerativa, optavam uma abordagem para a mente que é chamada por Pinker (2004) de *tábula rasa*. Segundo esta abordagem, a psicologia humana não é necessariamente negada, mas, por ser moldada pela interação social, não há a necessidade de compreender o que há de inato a respeito da cognição. A

¹² Como o modelo behaviorista proposto por Skinner, que embora pautado em uma concepção causal do comportamento humano, restringe extremamente a análise a ações humanas a reações físicas de estímulos, sem se preocupar com os processos mentais envolvidos na questão.

mente é uma caixa preta que existe biologicamente. Porém, seu funcionamento é considerado inacessível empiricamente. A única observação plausível que restaria ao pesquisador seria considerar que para cada comportamento individual há uma manifestação inerente do aprendizado proporcionado pelo convívio social.

A explicação computacional dos mecanismos de apreensão e criação relativos à linguagem verbal é o cerne da revolução cognitiva. Esta convergência teórico-cognitiva contemporânea retira o foco do estudo do comportamento humano das relações sociais e o transfere para o âmbito gerativo/criativo individual. Ao comentar o caráter errôneo da tábula rasa, Pinker (2004: 61-62) afirma:

[...] essa impressão tornou-se obsoleta por obra da teoria computacional da mente, que era quase inconcebível na época do surgimento da tábula rasa. A linguagem é o epítome do comportamento criativo e variável. A maioria das emissões vocais são combinações novinhas em folha de palavras, nunca antes enunciadas na história da humanidade. Não somos como bonecas falantes que têm uma lista fixa de respostas verbais gravadas e embutidas no corpo. [...] Alguma coisa na cabeça tem de ser capaz de gerar não só qualquer combinação de palavras, mas também combinações de palavras altamente sistemáticas.

A tábula rasa é típica de abordagens que não postulam um papel para a cognição nos modelos teóricos sobre o comportamento humano. As abordagens comunicativas que se voltam ao discurso são, na linguística, um exemplo disso. A subjetividade é teoricamente renegada. Vertentes analíticas costumam a considerar que os significados comunicativos se impõem num fluxo de informações que vai do ambiente ao indivíduo e de maneira determinística o afeta. A negação da constituição inata da mente é o que Pinker (2004) chama de “negação da natureza humana”. Mas mesmo um dos pioneiros do estudo da cognição deixou de postular um papel para os mecanismos inatos envolvidos na construção do pensamento. Para o epistemólogo e cognitivista suíço Jean Piaget, a cognição é uma construção social. Segundo este autor, o conhecimento de um ser humano está ligado a processos cognitivos que se iniciam com os estímulos que este ser humano passa a receber a partir do momento em que nasce. A estruturação do conhecimento (ou dos esquemas mentais) ocorre de acordo com etapas sucessivas nas quais o aparelho sensorio-motor individual entra em contato com eventos incongruentes. O conhecimento individual dos seres humanos seria, portanto, uma

sucessão de fenômenos cognitivos que o autor denominou como: assimilação, acomodação e equilibração (PIAGET, 2001).

No âmago destes processos estaria uma característica central da cognição humana: o de *aprender a aprender* (para utilizar uma expressão recorrente nos textos da corrente teórica conhecida por construtivismo, à qual Piaget é normalmente vinculado como um dos fundadores). Em outras palavras, os esquemas mentais (conhecimento) seriam resultantes de uma organização cognitiva não vinculada a características inatas (a não ser pelas sensório-motoras).

A cada percepção de quaisquer estímulos incompreensíveis aos esquemas previamente formulados, a cognição desenvolveria caminhos para a assimilação (portanto, intimamente ligada à percepção) de tais estímulos, de forma a tornar possível a acomodação de tal estímulo. Este processo seria possível através de dois mecanismos: o de criação de um novo esquema, e o de modificação de esquemas já existentes. Para Piaget, a construção de um novo conhecimento se torna completo ao passo em que um estímulo passa a ser pré-dizível, através de um equilíbrio de expectativas em relação a um tipo de estímulo previamente assimilado e acomodado (PIAGET, 2001; INHELDER & PIAGET, 1999). Além disso, este autor considera que a cognição humana está predisposta a quatro estágios de desenvolvimento chamados por ele de: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Ou seja, para Piaget, a construção do conhecimento se dá através de processos regulatórios do organismo. É na relação entre organismo e ambiente que a construção do conhecimento se dá.

Assim como já mencionamos, na abordagem piagetiana não é observado um espaço para a concepção do papel das estruturas inatas responsáveis pela construção do conhecimento. Sobre isso, Eichler & Fagundes (2005: 256) apontam que:

[...] conforme Piaget (1978/1987), [...] não existiriam no homem estruturas cognitivas a priori ou inatas. Somente o funcionamento da inteligência seria hereditário, engendrando as estruturas a partir da organização de ações sucessivas exercidas sobre os objetos físicos e, depois, mentais. Por isso, ele compreende que o problema epistemológico central do debate é entender como se efetuam as criações cognitivas e porque, resultando de construções não pré-determinadas, elas podem se tornar logicamente necessárias durante a ontogênese.

A concepção chomskyana se opõe a tal abordagem, principalmente no que diz

respeito à aquisição da linguagem. A construção do conhecimento linguístico, para Chomsky, não é apenas uma característica social, mas sim, primordialmente, uma habilidade inata em que seres humanos estão envolvidos desde o momento em que vêm ao mundo. Esta oposição de concepções é uma questão que assume papel central nos modelos cognitivos em oposição. Em Piatelli-Palmerini (1980: 168), Chomsky destaca que:

There is no question at all that the child is doing many things before he learns language. The question that has to be raised is what is the relationship between the things the child is doing prior to the development of language and the particular aspects of the structure of the system that develops.¹³

Não é nossa intenção expor a fundo as posições e questões envolvidas nas celeumas envolvendo os teóricos, mais do que isso, o nosso desejo em opor estas duas concepções é o de expor o caminho, repleto de resistências acadêmicas, que Chomsky optou ao buscar naturalizar o campo de estudos da Linguística. Trajetória que está intimamente ligada à negação da concepção de que a mente humana está dissociada do resto do organismo humano. Em outras palavras, a abordagem chomskyana tem como princípio a rejeição ao dualismo entre mente e corpo. Para o autor, é necessário unificar o que se sabe a respeito da mente e da linguagem às atividades cerebrais correspondentes. Segundo o linguista, esta relação ainda ocorre de maneira inócua:

The current situation is that we have good and improving theories of some aspects of language and mind, but only rudimentary ideas about the relation of any of this to the brain.¹⁴ (Chomsky, 1995: 11)

Sobre a dualidade (inclusive teórica), Chomsky (1995: 12) ainda observa que: “*A naturalistic approach to language and mind will seek to improve each approach,*

¹³ “Não há nenhuma dúvida de que a criança está fazendo muitas coisas antes que ela aprenda uma língua. A questão que deve ser levantada é qual é a relação entre as coisas que a criança está fazendo antes do desenvolvimento da linguagem e os aspectos específicos da estrutura do sistema que se desenvolve.”

¹⁴ “A situação atual é que temos boas e melhores teorias sobre alguns aspectos da linguagem e da mente, mas apenas ideias rudimentares sobre a relação de qualquer um destes aspectos com o cérebro.”

hoping for more meaningful unification”.¹⁵ A maneira pela qual o autor propõe seu programa naturalístico para o processamento das línguas naturais envolve a descrição de uma faculdade da linguagem, estreitamente relacionada às características inatas envolvidas na aquisição da linguagem. Um dos seus principais argumentos é a universalidade da linguagem. Não interessa quão diferente sejam as culturas humanas, todos os povos falam línguas naturais e que, muito embora elas possuam manifestações variadas, se estruturam de maneira semelhante. É o que se evidencia na famosa distinção entre princípios e parâmetros das línguas naturais proposto pelo gerativismo:

Uma assunção plausível na atualidade é que os princípios de linguagem são fixos e inatos, e que a variação é restrita na maneira indicada. Cada língua, então, é (virtualmente) determinada por uma escolha de valores para parâmetros lexicais. (Chomsky, 2005: 218).

Estes mecanismos básicos de observação científica estão na base do naturalismo metodológico proposto por Chomsky, e cuja intenção é a de descrever as habilidades mentais como frutos de comportamentos internos provocados por estímulos externos.

1.1.2. O Naturalismo metodológico chomskyano

Como exposto acima, o projeto mentalista de Chomsky está ligado a uma concepção unificadora entre processos mentais e biológicos relacionados à linguagem. A faculdade da linguagem é descrita pelo autor como uma característica comum a todos os seres humanos. Em Chomsky (2005: 149) encontramos a seguinte teorização:

O cérebro tem um componente – chamemos isso de “a faculdade da linguagem” – dedicado à língua e ao seu uso. Para cada indivíduo, a faculdade da linguagem tem um estado inicial determinado pela capacitação biológica. Deixando de lado patologias sérias, tais estados são tão similares entre as espécies que, de maneira razoável, podemos abstrair o estado inicial da faculdade da linguagem como uma propriedade humana comum.¹⁶

¹⁵ “Uma abordagem naturalista da linguagem e da mente procurará melhorar a cada abordagem, na esperança de mais unificação significativa.”

¹⁶ O grifo é do autor.

Desta forma, Chomsky espera que seja possível abordar a linguagem a partir de uma perspectiva biológica, a partir de um estágio inicial inato e compartilhado. Assim, a característica gerativa da faculdade da linguagem é a base para um modelo computacional dos processamentos linguísticos. Este estágio inicial é o que costuma ser chamado de “gramática universal”. A partir desta capacidade perceptiva das manifestações linguísticas em seu ambiente, é que um recém nascido, por meio de processos mentais de parametrização, começa a aprender a falar e organizar sua língua materna.

Para a abordagem gerativista, a centralidade da cognição humana reside na sintaxe, e no fato de que a faculdade da linguagem é especializada em distinguir e conceituar sentenças a partir do reconhecimento das que são bem ou mal formadas sintaticamente. Portanto, não há diferenças em relação aos mecanismos cognitivos envolvidos na linguagem entre um garoto analfabeto, e outro, da mesma idade, porém letrado. Certamente, a manifestação verbal de ambos será muito diferenciada, porém, do ponto de vista cognitivo, a diferença na fala de ambos se deve aos diferentes parâmetros linguísticos aos quais certamente foram expostos.

Nosso interesse em explorar estas características da abordagem gerativa de Chomsky é o de promover uma revisão das principais concepções oriundas da Linguística e que estão relacionadas a um dos principais conceitos da Pragmática promovida por Sperber & Wilson através da TR: o conceito de modularidade da mente. Há um interesse especial em promover o debate a respeito das inter-relações dos resultados dos processamentos provenientes dos diversos módulos mentais. Esta discussão é importante para que possamos compreender as diferenças entre a visão de Sperber & Wilson em relação às proposições seminais de Jerry Fodor sobre a teoria modular da mente. Mas antes de nos concentrarmos nas discussões iniciadas a partir das hipóteses de Fodor, nós vamos nos concentrar em compreender as fortes relações entre a teoria gerativa de Chomsky e a teoria modular de Fodor.

1.1.3. Chomsky, Fodor e a abordagem computacional

Muito embora existam divergências teóricas a serem apontadas entre as abordagens mentalistas de Chomsky e Fodor, os projetos científicos de ambos exibem

semelhanças e empatia mútuas. O fato de Chomsky ter descrito a faculdade da linguagem como uma característica humana inata, nos termos de um órgão mental dedicado à linguagem verbal, é crucial na formulação de Fodor sobre o funcionamento do *mentalês*, a linguagem da mente.

Aparentemente, assim como Chomsky, Fodor também compreende a mente como um sistema natural e biológico; o dualismo entre mente e corpo também não existe. Porém, se o objetivo da empreitada gerativa é inserir a linguagem em um estudo naturalístico, na abordagem fodoriana, o interesse é o de descrever a linguagem da mente. O que está em jogo para ambos é a observação da mente como uma estrutura biológica. Porém, não há, em nenhum deles, um vínculo maior com qualquer concepção naturalística mais ampla, que remeta à evolução da mente humana. O naturalismo de Chomsky e de Fodor é, portanto, moderado.

A maior contribuição de Chomsky e de Fodor aos estudos mais atuais nas ciências cognitivas está em um legado já apontado, o fim da dualidade entre mecanismos mentais e mecanismos biológicos. Para Fodor, a abordagem computacional do gerativismo foi uma base de sustentação para uma teoria computacional da mente humana que não fosse especificamente voltada à linguagem, mas sim a todos os mecanismos mentais que são inatos, os módulos mentais. Na maneira pela qual o autor compreende o funcionamento mental há a distinção entre dois níveis de processamentos mentais, periférico e central. O periférico seria encapsulado, inato e computacional, enquanto o central seria oposto em relação a essas características.

1.2. Modularidade da mente

Para formular uma teoria do funcionamento da mente, como já vimos, Fodor se apoiou na abordagem computacional e gerativa proposta por Chomsky. O desafio de postular uma teoria filosófica acerca da mente se impõe ao modelo fodoriano através da analogia da mente com a organização de máquinas computacionais idealizadas (Fodor, 1983). Para tanto, em ‘Modularity of mind’ (1983), Fodor faz uma distinção de quatro diferentes modelos filosóficos sobre a mente. É através do contraste destes quatro modelos que o autor expõe seus argumentos em relação à estrutura modular da mente.

O primeiro modelo descrito é por ele chamado de neocartesiano. O autor inclui Chomsky como representante do pensamento de linha neocartesiana, que observa a

estrutura da mente como sendo equivalente à estrutura do pensamento.

As practically everybody knows, Descartes' doctrine of innate ideas is with us again and is (especially under Chomsky's tutelage) explicitly construed as a theory about how the mind is (initially, intrinsically, genetically) structured into psychological faculties or "organs."¹⁷ (FODOR, 1983: 3)

Para Fodor, restam questões a serem resolvidas no modelo neocartesiano de Chomsky. Principalmente em relação a um fato específico: determinadas habilidades essenciais da cognição humana não correspondiam a um específico tipo de estrutura mental, mas sim a várias. A memória, por exemplo, recorre a diferentes capacidades inatas. Quando nos lembramos de um doce, lembramos de diversos estímulos vivenciados: o gosto, a imagem, a textura etc.

O que surge a partir da concepção fodoriana é o questionamento sobre a prevalência do conteúdo proposicional como manifestação da mente. Para Fodor, as faculdades mentais são observáveis a partir dos efeitos que originam. Assim, o autor afirma assevera:

Neocartesians individuate faculties by reference to their typical propositional contents [...] By contrast, according to the present account, a faculty is individuated **by reference to its typical effects**, which is to say that it is functionally individuated.¹⁸ (Ibidem: 10)

Desta forma, comportamentos mentais semelhantes à memória, tais como: a imaginação, a percepção, a atenção etc. fornecem a base para o que o autor chama de faculdades horizontais, que são a segunda abordagem sobre a mente que Fodor analisa. Ao observar que há faculdades mentais que são manifestas não pelo conteúdo, mas sim pelo efeito, Fodor expõe a mente como funcionalmente estrutural. É um passo decisivo

¹⁷ “Como praticamente todo mundo sabe, a doutrina de Descartes sobre as ideias inatas está conosco novamente e é (em especial sob a tutela de Chomsky) explicitamente entendida como uma teoria sobre como a mente é (inicialmente, intrinsecamente, geneticamente) estruturada em faculdades psicológicas ou “órgãos”.”

¹⁸ “Neocartesianos individualizaram as faculdades por referência ao seu conteúdo proposicional típico [...] Por outro lado, de acordo com a explicação atual, uma faculdade é individualizada **por referência aos seus efeitos típicos**, o que quer dizer que é funcionalmente individualizada.”

Os grifos são do autor.

para sua formulação da modularidade da mente. Embora esta concepção seja embasada em uma teoria da mente de senso-comum, ela está no centro da distinção entre comportamentos mentais que não são inatos, os horizontais, e os comportamentos mentais inatos, os verticais.

O autor compreende ser necessário evocar uma terceira abordagem que dá origem ao conceito de faculdades verticais como estruturas mentais. Para explicar o conceito de faculdades verticais, o autor expõe uma terceira abordagem, vinculada a Franz Joseph Gall, visto que ele também rejeita que características da mente como as faculdades mentais sejam, de fato, faculdades. Esta negação reside no fato de que tais características da mente humana, como a memória, não se manifestam de maneira idêntica em todos os domínios mentais em que ocorrem. Em outras palavras, tais habilidades mentais não são específicas a um único domínio, da mesma forma que se manifestam de maneiras diferentes em domínios mentais diferentes. As manifestações horizontais da mente são tidas como individualizadas, já as habilidades verticais são genéticas e, portanto, compartilhadas por todos os seres humanos. Ao expor os argumentos de Gall sobre assunto, Fodor diz:

Gall's major argument against horizontal faculties turns on the idea that if there is only **one** faculty of (say) memory, then if somebody is good at remembering **any** sort of thing, he ought to be good at remembering **every** sort of thing.¹⁹ (Ibidem: 17)

Portanto, a abordagem que Fodor aponta não rejeita um papel para as habilidades horizontais na cognição humana, mas considera que tais características não fazem parte das estruturas inatas da cognição. O que demonstra que, embora a princípio Fodor advogue uma posição não dualista, para o filósofo, parte do processamento cognitivo de seres humanos não deve ser compreendida como fato biológico. Embora esta proposição seja aparentemente ambígua, é por meio dela que o filósofo propõe a solução à visão nativista proposta por Chomsky. A partir deste raciocínio, os processos horizontais são tidos como processos que têm como ponto de partida o resultado dos

¹⁹ “O principal argumento de Gall contra faculdades horizontais gira em torno da ideia de que se houver apenas uma faculdade de (digamos) memória, então se alguém é bom em lembrar qualquer tipo de coisa, ele deve ser bom em lembrar-se de todo o tipo de coisa.”

Os grifos são do autor.

processamentos verticais. Desta forma, os *inputs* iniciais de um processamento mental são computados, oferecendo *outputs* aos sistemas horizontais. Estes, por sua vez, não se limitam a atuar de maneira isolada em domínios específicos caracterizados como verdadeiros órgãos mentais.

O último modelo a ser exposto por Fodor é o do associacionismo, visto como uma abordagem reducionista. Para teóricos desta abordagem, a compreensão das faculdades mentais é desnecessária, visto que a mente não é tida como uma rede de relações causais, mas sim de relações associativas entre ideias e comportamentos. A única habilidade mental é a de fazer tais associações. Fodor diferencia duas vertentes diferentes de associacionismo, a clássica (que rejeita a computação mental) e a computacional (que considera que computações ocorrem somente após as associações). A rejeição sistemática dos modelos associacionistas leva Fodor a determinados questionamentos que o fazem optar pela abordagem computacional.

Ao fim da exposição dos quatro modelos apontados para a estrutura da mente, Fodor reúne argumentos e posições que julga necessários para a formalização de seu próprio conceito de mente. A teoria modular que o filósofo propôs considera que tanto os aspectos inatos, quanto os individualizados e os adquiridos podem ser explicados por meio de um fluxo de informações que vai da periferia ao centro da mente. Sendo que a atuação periférica é modular; enquanto a central, não.

1.2.1. A mente como sistema orgânico

Como anteriormente apontado, para Fodor, nem todos os processamentos da mente são frutos de órgãos mentais. A analogia entre a mente humana como conjunto de órgãos mentais leva em consideração a distinção entre habilidades horizontais e verticais. Para formular o papel de cada tipo de habilidade cognitiva, o filósofo postula dois diferentes sistemas que formariam a mente: os sistemas periféricos, formados por órgãos mentais, processadores de estímulos oriundos do meio; e o sistema cognitivo central, que relaciona os *outputs* dos órgãos mentais a outras informações previamente processadas.

A busca de uma taxonomia funcional dos mecanismos cognitivos toma como base, para o autor, algumas observações feitas na descrição dos quatro modelos teóricos

já abordados para a mente humana:

- (a) That the set of processors for which the modularity view currently seems most convincing is coextensive with a functionally definable subset of the cognitive systems.
- (b) That there is some (more or less a prior) reason to believe that cognitive systems which do **not** belong to that functionally defined subset may be, in important respects, **non**modular (e.g., mediated by horizontal faculties). And finally,
- (c) I shall make some depressed remarks along the following lines: though the putatively nonmodular processes include some of the ones that we would most like to know about (thought, for example, and the fixation of belief), our cognitive science has in fact made approximately no progress in studying these processes, and this may well be **because** of their nonmodularity.²⁰ (Ibidem: 38)

Temos aí as bases do posicionamento fodoriano: em (a) o autor postula que o grupo de tarefas mentais tidas como modulares são como um subgrupo de funcionalmente definível de sistemas cognitivos; em (b) temos a noção de faculdades horizontais como não-modulares; e em (c) Fodor demonstra descrença em relação aos conhecimentos científicos relacionados aos processos horizontais. Como bem se pode observar, nem todos os mecanismos mentais podem ser explicados porque os processamentos de faculdades horizontais não podem ser observados como órgãos. Em outras palavras, Fodor postula que a base de uma teoria modular da mente deve ser encontrada na compreensão dos processos verticais.

1.2.2. Sistemas cognitivos periféricos e sistema cognitivo central

A distinção que Fodor faz entre os dois tipos de sistemas mentais leva o autor argumentar sobre uma taxonomia funcional dos mecanismos cognitivos. Tal distinção

²⁰ “(a) Que o conjunto de processadores para o qual o ponto de vista da modularidade atualmente parece mais convincente é co-extensivo com um subconjunto funcional definível dos sistemas cognitivos. (b) Que há alguma razão (mais ou menos uma prévia) para acreditar que os sistemas cognitivos que **não** pertencem a esse subconjunto funcional definido podem ser, em aspectos importantes, **não** modulares (por exemplo, mediados por faculdades horizontais). E, finalmente, (c) Devo fazer algumas acabrunhadas observações por meio das seguintes linhas: embora os processos supostamente não modulares incluam alguns dos que mais gostaria de saber a respeito (por exemplo, o pensamento e a fixação de crenças), a nossa ciência cognitiva tem, de fato, feito cerca de nenhum progresso no estudo desses processos, e isso pode muito bem ser **por causa** de sua não modularidade.”

Os grifos são do autor.

leva em consideração as maneiras pelas quais os diferentes mecanismos mentais são funcionalmente estruturados. Para o autor, o sistema mental de entrada de informações, o periférico, possui uma série de características claras, conhecidas pela ciência e plausíveis de teorização. Porém, de acordo com este pensamento, outras estruturas e mecanismos inerentes à mente permanecem incógnitos do ponto de vista científico. Estas características que escurecem uma visão global do funcionamento verbal são típicas do sistema central da cognição humana.

A elaboração de Fodor para a modularidade da mente toma como inatas apenas as estruturas mentais que se organizam de modo encapsulado. O que quer dizer que as atividades do mecanismo central não são compartilhadas geneticamente pelos seres humanos. Resta, portanto, às ciências cognitivas o papel de desvendar os misteriosos mecanismos mentais que não são encapsulados. Para entendermos o que vem a ser a distinção entre estes dois tipos de sistemas mentais é necessário que compreendamos os princípios que Fodor advoga como fundadores das ciências cognitivas atuais.

Para o autor, módulos mentais são estruturas que correspondem a funcionalidades específicas e gerais a todos os seres humanos. A mente é vista como uma coleção de órgãos mentais, que possuem um sistema de entrada de informações organizado modularmente e um mecanismo central difuso e de funcionamento obscuro. Neste sentido, a faculdade da linguagem não é tida como um órgão mental, mas sim como um módulo do organismo mental. Este organismo, organizado por módulos diferenciados tem como características básicas o fato de produzir processamentos das informações de entrada, para posteriormente serem despejadas para o sistema central. Os *inputs* dos sistemas periféricos são estímulos oriundos do meio, já os *inputs* do sistema central são os *outputs* processados pelos módulos.

Segundo Fodor, as características dos sistemas de entrada são as seguintes:

- I. Sistemas de entrada são de domínio específico: esta afirmação está relacionada diretamente ao tipo de pensamento que faz com que Chomsky considere a existência de um órgão específico para a linguagem. Significa que um módulo mental específico para a linguagem processa tão somente estímulos linguísticos. Então, cada faculdade psicológica corresponde ao processamento de cada tipo de estímulo e os domínios que lhe competem. Sobre isso, Fodor afirma:

The interesting notion of domain specificity [...] is Gall's idea that there are distinct psychological mechanisms –vertical faculties– corresponding to distinct stimulus domains. It is this latter claim that's now at issue.²¹ (Ibidem: 48)

- II. A operação de sistemas de entrada é obrigatória: a mente, quando é estimulada, não pode evitar os processamentos de tais sistemas porque segundo o autor:

You can't help hearing an utterance of a sentence (in a language you know) as an utterance of a sentence, and you can't help seeing a visual array as consisting of objects distributed in three-dimensional space. Similarly, *mutatis mutandis*, for the other perceptual modes: you can't, for instance, help feeling what you run your fingers over as the surface of an object.²² (Ibidem: 52)

- III. Só há um acesso central limitado às representações mentais que os sistemas centrais computam: os processos conscientes, que são realizados pelo sistema central, só acessam os outputs dos processamentos dos sistemas de entrada. Pois:

[...] only such representations as constitute the final consequences of input processing are fully and freely available to the cognitive processes that eventuate in the voluntary determination of overt behavior.²³ (Ibidem: 56)

- IV. Sistemas de entrada são rápidos: os processamentos que os sistemas de entrada produzem são descritos como alguns dos processos mais rápidos da psicologia humana. O reconhecimento de uma sentença e a percepção de

²¹ “A noção interessante de especificidade de domínio [...] é a ideia de Gall de que existem diferentes mecanismos psicológicos –faculdades verticais – correspondentes aos domínios de estímulos distintos. É esta última alegação que está agora em questão.”

²² “Você não pode deixar de ouvir a enunciação de uma frase (em uma língua que você conhece) como um enunciado de uma frase, e você não pode deixar de ver uma matriz visual como um conjunto de objetos distribuídos no espaço tridimensional. Da mesma forma, *mutatis mutandis*, para os outros modos de percepção: você não pode, por exemplo, deixar de sentir que você corre os dedos sobre a superfície de um objeto.”

²³ “[...] apenas aquelas representações, como constituem as últimas consequências de processamento de entrada são plena e livremente disponíveis para os processos cognitivos que acontecem na determinação do comportamento voluntário evidente.”

estímulos em geral é um processo que nos parece instantâneo, porém, inferir coisas a partir dos *outputs* dos sistemas de entrada é um processo lento. Para Fodor, a explicação para esta característica deve-se ao fato de que os processamentos de sistemas de entrada são obrigatórios. A grande vantagem de sistemas cognitivos obrigatórios e rápidos é o de fornecer muitas informações processadas com um menor esforço mental, ou seja, com um menor grau. Como Fodor (Ibidem: 64) explica:

Automatic responses are, in a certain sense, deeply unintelligent [...] But what you save by indulging in this sort of stupidity is **not having to make up your mind**.²⁴

- V. Sistemas de entrada são encapsulados: o que quer dizer que *a linguagem do pensamento* tem um fluxo de informações único, do tipo de baixo para cima (*bottom-to-up*), dos sistemas periféricos ao sistema central. Os sistemas de entrada enviam *outputs* para o processamento central, porém, informações oriundas do sistema central são impenetráveis nos módulos mentais. Segundo o autor é esta característica que define um módulo: “*The informational encapsulation of the input systems is [...] the essence of their modularity*” (Ibidem: 71).²⁵

Além destas características principais apontadas pelo o autor, há outras características decorrentes das hipóteses descritas até agora:

- VI. Analisadores de entrada têm *outputs* superficiais.
- VII. Sistemas de entrada estão associados a uma arquitetura neural fixa.
- VIII. Sistemas de entrada apresentam características e padrões específicos de repartição.
- IX. A ontogenia dos sistemas de entrada exhibe um ritmo e sequenciamento característico.

A distinção que Fodor propõe entre sistemas periféricos e sistema central está

²⁴ “Respostas automáticas são profundamente não inteligentes, em certo sentido, [...] Mas o que você economiza entregando-se a este tipo de estupidez é **não ter que se decidir**.”

Os grifos são do autor.

²⁵ “O encapsulamento dos sistemas de informação de entrada é [...] a essência de sua modularidade.”

pautada na diferenciação entre observação e inferência. Enquanto módulos mentais observam os estímulos, os processamentos centrais interpretam o que os módulos observam. Portanto, o fato de inferências resultarem de integração entre estímulos oriundos de diferentes módulos mentais demonstra que há atividades mentais que não são encapsuladas. Esta característica intrínseca de relacionar informações oriundas dos diversos módulos é, para o autor, um fato que inviabiliza a modularidade dos sistemas centrais da cognição humana:

Briefly, my argument is going to be this: we have seen that much of what is typical of the input systems is more or less directly a product of their informational encapsulation. By contrast, I'll claim that central systems are, in important respects, **un**encapsulated, and that it is primarily for this reason that they are not plausibly viewed as modular.²⁶ (Ibidem: 103)

Esta questão demonstra o tom pessimista do autor a respeito de qualquer programa científico destinado à compreensão de mecanismos por ele considerados não modulares da cognição, pois, segundo Fodor (Ibidem: 38), “*it is only the modular cognitive systems that we have any serious hope of understanding*”.²⁷ Assim, além de não modulares, processamentos centrais não são encapsulados, não são rápidos, não influenciam os domínios cognitivos e não são relacionáveis a partes específicas do cérebro.

Na forma pela qual o filósofo descreve a linguagem da mente fica claro que há questões incongruentes, afinal, a teorização da mente fica restrita à explicação da computação de estímulos. Sabemos que os *outputs* finais de um processo cognitivo não se restringem somente à percepção de estímulos. Fodor tinha a exata noção de que a sua teoria da modularidade da mente implicava em limites para a compreensão da mente, porém, a plasticidade mental é tão intrínseca aos processos mentais que não há como excluí-la da teorização. Fodor, embora não tenha excluído a plasticidade totalmente de sua teoria, não explica como a integração entre informações processadas por diferentes

²⁶ “Resumidamente, meu argumento vai ser o seguinte: vimos que muito do que é típico dos sistemas de entrada é mais ou menos diretamente um produto de seu encapsulamento informacional. Em contraste, eu vou afirmar que os sistemas centrais são, em muitos aspectos, **não** encapsulados, e que é principalmente por esta razão que eles não são vistos plausivelmente como modulares.”

O grifo é do autor.

²⁷ “São apenas os sistemas cognitivos modulares que temos qualquer esperança séria de entender.”

módulos ocorre.²⁸ O motivo pelo qual o filósofo toma essa posição se deve a uma descrença pessoal de que tal fenômeno possa a vir ser explicado cientificamente, o que torna a proposta de entender a mente como algo concreto e natural um desafio quase insuperável pelo viés até agora apontado.

1.2.3. Integração conceitual modular: questão incongruente?

Para debatermos as questões incongruentes do modelo teórico de Fodor, vamos lançar mão de algumas conclusões a respeito da linguagem verbal em contextos comunicativos. Para tanto, devemos ter em conta o que vem a ser a plasticidade da mente a qual nos referimos anteriormente.

A mente humana é plástica em dois sentidos: primeiro porque o cérebro tem, mesmo que de maneira restrita, a capacidade de reorganização de determinadas capacidades mentais quando determinadas regiões cerebrais são lesionadas; e segundo porque, como o próprio Fodor reconhece, estímulos não são processados de maneira satisfatória simplesmente pelo processamento perceptivo de um estímulo. Ele reconhece que os elementos mais sofisticados da cognição humana estão relacionados à capacidade de a mente, de alguma forma, poder inter-relacionar informações processadas. Porém, suas hipóteses se demonstram incongruentes com as conclusões que as pesquisas inseridas na interface semântico/pragmática têm sugerido. Uma abordagem evolutiva sobre a mente também não corrobora os principais conceitos propostos por Fodor. Afinal, a comunicação humana tem características dinâmicas que não condizem com uma expectativa de um processamento central lento e assistemático. A todo instante somos bombardeados por estímulos potencialmente comunicativos. Qualquer estímulo comunicativo está diretamente relacionado aos contextos nos quais se insere, e muito embora a comunicação humana necessite de processamentos que tornem os estímulos formadores de contextos comunicativos relacionáveis ao comunicado em si, a comunicação humana não está necessariamente ligada a onerosos processos cognitivos de conscientização.²⁹

²⁸ Para mais detalhes sobre a posição do autor em relação a essa questão, ver Fodor (1988, 2000, 2005).

²⁹ O que não significa que todo tipo de processamento cognitivo seja meramente uma resposta automática ao estímulo. Como todos bem sabemos, nem todo o conhecimento que possuímos é alcançado com pouco

As questões que ficam abertas no modelo teórico fodoriano dizem respeito à característica instintiva dos processos mentais. Na maneira pela qual a modularidade da mente foi inicialmente formulada pelo filósofo, os processamentos mentais mais sofisticados dependem de uma espécie de ‘tomada de consciência’. Mas será que uma plasticidade mental entre domínios cognitivos diferentes exige conscientização? Em outras palavras, será que para obtermos um *output* comunicativo satisfatório nós temos que parar uma conversa e pensar a respeito de cada sentença com que nos deparamos? Em algumas vertentes atuais das ciências cognitivas encontramos teóricos que rejeitam esta afirmação central da teoria de Fodor. A Psicologia Evolucionária, a TR e a ER estão entre elas. Nestas abordagens, a cognição humana é proposta como fruto de processos intuitivos, que ocorrem por meio de especializações selecionadas por pressões evolutivas e que tornaram a mente humana um sofisticado e complexo sistema destinado a solucionar problemas igualmente sofisticados. Para entendermos o que este tipo de proposta acrescenta à discussão linguística sobre a comunicação humana, nós passaremos a lidar com os debates que deram origem à abordagem da Pragmática proposta por Sperber & Wilson.

1.3. *Semântica, Pragmática e cognição*

A Semântica é uma das disciplinas linguísticas mais bem sucedidas atualmente e, muito embora não seja tarefa fácil delimitar todos os campos de sua atuação, podemos colocar que a principal tarefa da Semântica seja a de observar e descrever as relações lógicas existentes em uma sentença. É necessário que se diga que as relações lógicas aqui em questão não dizem respeito a uma lógica da comunicação humana, mas sim à lógica observável nas relações linguísticas *a priori*. Ou seja, a Semântica não visa compreender como uma sentença se torna comunicativa em um ato comunicativo, o que também depende de uma lógica *a posteriori*.

O fato de sentenças terem relações lógicas independentemente do que querem

esforço cognitivo. Interpretar e compreender uma teoria satisfatoriamente, por exemplo, leva tempo e consome um bocado de energia mental. Porém, como ficará mais claro adiante, consideramos plausível que haja mecanismos regulatórios, que impedem que concentremos toda a energia mental que dispomos na tentativa de buscar ‘enxergar’ a figura final de um quebra-cabeça comunicativo, sem que tenhamos acesso a elementos contextuais necessários à completa interpretação, quer dizer, sem que tenhamos encaixado a maior parte das peças, não podemos ter certeza da imagem que nos será exposta.

dizer em atos comunicativos é um tanto estarrecedor em relação à natureza da linguagem. Isto indica que a linguagem verbal tem relações distintas em sua natureza *per se* quando contrastada com a natureza cognitiva que uma sentença assume em determinado contexto comunicativo. Uma sentença isolada de seus contextos comunicativos normalmente tem relações lógicas bem distantes das relações que são observadas em uma sentença em um específico uso comunicativo. Isso não significa que a lógica *a priori* de uma sentença seja irrelevante para um comunicado, pelo contrário, a comunicação verbal (e as relações lógicas obtidas através de um ato comunicativo) depende da distinção correta das relações lógicas da sentença isoladamente. Porém, inúmeras informações são levadas em conta na compreensão comunicativa de uma sentença. Um enunciado acarreta infindáveis relações lógicas que não são oriundas apenas da sentença em si, mas também das relações que essa sentença é capaz de produzir com outras informações que não são do domínio da linguística.³⁰ Uma simples sentença como ‘eu amo você’ pode produzir inúmeros significados comunicativos em situações diversas. Pode se tratar de uma genuína demonstração de afeto (como as relações lógicas inerentes exclusivamente à sentença sugerem), mas pode também ser uma ironia, uma mentira ou qualquer outra forma de um querer dizer relacionado comunicativamente a esta sentença. As relações possíveis em uma proposição que se utilize desta sentença dependem dos indivíduos envolvidos no ato comunicativo e da maneira pela qual estes indivíduos relacionam seus conhecimentos de mundo no ato comunicativo em questão. Ou seja, a comunicação tem uma natureza idiossincrática notável. No entanto, não queremos dizer que só esta característica deva ser constatada. Consideramos que a Pragmática tem como base a descrição da lógica fornecida pela Semântica a respeito da relação entre linguagem e as coisas do mundo. É comum críticas de pragmaticistas mal formuladas em relação à empreitada lógica da Semântica e da Filosofia Analítica. Não são raros comentários argumentando que a lógica não dá

³⁰ O reconhecimento de intenções em expressões faciais, as informações provenientes da memória, os sentimentos envolvidos no ato comunicativo são exemplos de informações de domínio extralinguístico e que compõem típicos cenários contextuais envolvidos na enunciação de sentenças de conteúdo amoroso. Até mesmo as informações linguísticas previamente processadas, quando são recrutadas como informações contextuais necessárias, não são acessíveis em recorrência a um órgão da linguagem, visto que são informações que compõem o *background* comunicativo, ou seja, são de domínio da memória e não da linguagem. Este tipo de questão, frequentemente abordada pela Pragmática, demonstra os motivos pelos quais a transdisciplinaridade é advogada como um passo fundamental rumo à consolidação teórica das vertentes cognitivas, tais como a da TR.

conta da linguagem em uso. Consideramos que é a devida descrição da lógica que torna possível a empreitada principal da Pragmática: a comunicação humana.³¹

É a partir da consolidação da Semântica que o modelo clássico da Teoria da Comunicação³² começa a dar sinais de incongruência. Uma breve especulação semântica a respeito de significados linguísticos nos demonstra que a comunicação humana não deve ser observada como mero mecanismo de codificação e decodificação simbólica de sentidos. A utilização simbólica é apenas um dos mecanismos comunicativos efetivos. E isso fica bem claro ao longo de um debate quase secular sobre o abismo existente entre a forma lógica de uma sentença e o querer dizer comunicativo contextualizado de uma sentença.

1.3.1. Sobre a descrição lógica das línguas naturais e a linguagem verbal como ferramenta de comunicação: abismo ou ferramenta teórica?

A Semântica é uma disciplina científica com diversas ramificações. Todas, porém, partem de uma metodologia diferenciada da lógica aristotélica. A lógica formal ganhou novos horizontes a partir dos estudos do filósofo e matemático alemão Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1978, 1952) e do filósofo inglês Bertrand Arthur William Russell (1919, 1905). Se para a lógica aristotélica, duas premissas estruturam uma verdade não evidente nelas; para a abordagem que remonta a Frege e Russell, a lógica pode ser observada não só na relação entre duas sentenças, mas também é elemento intrínseco de uma dada sentença. Como podemos notar nos exemplos a seguir, em uma abordagem aristotélica (1a) e (1b) são premissas para inferir (1c):

(1) (a) Artur é brasileiro.

(b) Todo brasileiro é guerreiro.

(c) Artur é guerreiro.

Já para a abordagem russelliana, a lógica pode ser descrita através da análise de uma única sentença, como por exemplo:

³¹ Para mais detalhes sobre a interface semântico/pragmática, ver Blakemore (1987); Fiddick; Cosmides & Tooby (2000); Frege (1978); Grice (1957, 1975, 1980); Moura (2000); Sperber & Wilson (1993, 1995, 2002, 2005); Wilson (1994, 2000, 2002); Wilson & Carston (2007, 2006); Wilson & Wharton (2006); Wilson & Sperber (1981, 1986, 2002).

³² Para um modelo geral da Teoria da Comunicação pelo viés padrão das Ciências Sociais, ver Pierce 1980.

(2) O rei da França é calvo.

Em (2) é possível inferir que: existe um indivíduo que é rei da França; que existe somente um indivíduo que é rei da França; e que se há um rei da França, então ele é calvo. As concepções de Frege e de Russell, embora divergentes em certos aspectos, apontam para a sentença como foco da lógica. Porém, embora este percurso tenha resolvido questões conflituosas para a filosofia e para a lógica, outros pontos problemáticos acabaram sendo levantados a partir desta nova perspectiva. O problema mais evidente em (2) é o fato de a verificação das condições de verdade de tal sentença não ser possível.

De certa forma, o debate acerca da lógica e da linguagem proposto por ambos alçou questões linguísticas ao centro do pensamento filosófico do século XX. A Semântica torna-se uma disciplina científica extremamente ativa nesta nova abordagem sobre as relações entre o raciocínio, as coisas do mundo, a linguagem e a lógica. A sentença passou a ser um objeto científico rigorosamente escrutinado. As intensas discussões e abordagens a respeito do significado linguístico se desenvolveram em inúmeros caminhos.

Porém, por mais que as abordagens semânticas tenham se fragmentado, em alguns casos, facilmente observamos um abismo entre as descrições lógicas do significado de uma sentença e os verdadeiros intuitos comunicativos existentes na elaboração da sentença. Além disso, determinadas sentenças por si só impossibilitam uma análise lógica de suas relações linguísticas. Problemas quanto à lógica e o significado linguístico podem ser observados, por exemplo, em (2). Afinal, se a referência semântica atribuída a ‘rei da França’ de fato for apenas linguística, tal sentença não diz nada a respeito do mundo, pois, não há atualmente ninguém que possa ser denominado ‘o rei da França’. Há também elementos linguísticos naturalmente vagos, como os dêiticos, que são expressões que servem para referenciar elementos que não se encontram na sentença, e são dependentes de contextos extralinguísticos para a correta associação referencial. Os dêiticos são elementos frequentes em sentenças comunicativas, nas quais a interação entre os envolvidos nos comunicados é essencial para a correta referência pessoal, espacial ou temporal de uma expressão. É o que podemos descrever no caso das seguintes sentenças:

(3) (a) Esse indivíduo deveria estar preso.

- (b) Aquela escola é muito conceituada.
- (c) Naquele dia eu fui para casa cedo.
- (d) Volto logo.

Uma análise semântica não pode estabelecer de quem se fala em (3a), que lugar se menciona em (3b) e de que dia se fala em (3c), da mesma forma que em (3d) fica evidente a necessidade de informação contextual extralinguística para a adequada compreensão comunicativa. Em outras palavras, o fato de a comunicação verbal humana ser inundada de expressões dêiticas dificulta a Semântica tratar de comunicação humana. A comunicação humana não se restringe a sentenças isoladas; sentenças em uso lançam mão de vários fatores extralinguísticos.

Os dêiticos são apenas uma pequena demonstração de que o abismo existente entre forma lógica e o querer dizer de uma sentença são constantes na comunicação humana. Além da noção de vagueza semântica evidenciada pelos dêiticos, expressões metafóricas e as relações emocionais individuais envolvidas na comunicação humana são deixadas de lado pela Semântica formal, dando brecha ao surgimento de novas posturas teóricas relacionadas ao significado linguístico³³.

A Pragmática está entre as ciências que visam compreender o significado linguístico levando em conta não apenas as relações semânticas dentro de sentenças, mas sim, as manifestações intencionais expressas por meio de sentenças. Isso fica claro na definição de Pragmática encontrada em Godoi & Ribeiro (2006):

Uma das ciências que, por definição, estuda o significado linguístico, tanto de palavras, como de orações ou de enunciados no contexto – portanto, usado no ato de comunicação – é a pragmática linguística. O significado, por ser intencional, depende das circunstâncias mentais e sociais em que se produz. Em outras palavras, podemos dizer que a pragmática estuda os princípios regulares que guiam e regem os processos de comunicação verbal. Uma das idéias centrais da pragmática linguística é que, para interpretar um enunciado (ou um discurso, ou um texto), os interlocutores têm uma série de expectativas, que permitem decifrar os significados transmitidos – intencionalmente – nas trocas verbais. O interessante é que algumas dessas expectativas pouco ou nada têm a ver com a informação (no

³³ Utilizaremos o termo ‘significado linguístico’ em detrimento de ‘sentido linguístico’, termo frequentemente utilizado pelas teorias tradicionais da comunicação. Isto porque consideramos a noção tradicional de comunicação linguística imprópria para os caminhos aqui adotados. Como ficará claro posteriormente, a TR se opõe ao modelo codificação/decodificação propostos principalmente pela Semiótica.

sentido mais estrito), mas antes com a maneira de como se realiza a ação lingüística para manter relações – boas, de preferência, – entre os interlocutores. (p.61)

Os trabalhos do filósofo Herbert Paul Grice foram extremamente importantes para o desenvolvimento da Pragmática, que cada vez mais se firma como influente e próspero caminho para a investigação da comunicação humana sem negligenciar as relações contextuais envolvidas na comunicação. Grice foi o pioneiro em relacionar a manifestação comunicativa por meio de uma sentença como uma expectativa compartilhada entre falantes e ouvintes.

1.3.2. Grice: Entre a lógica formal e o naturalismo cognitivo

A filosofia da conversação proposta por Grice teve inúmeras implicações não só na filosofia, mas principalmente a Linguística incorporou a abordagem sugerida pelo autor. A Pragmática é a disciplina linguística que mais recorre aos argumentos e hipóteses sugeridas por Grice. Textos como ‘Querer dizer’ (1957) e ‘Lógica e conversação’ (1980) são intrínsecos ao posterior desenvolvimento de teorias que visam compreender a comunicação humana e as delicadas relações lógicas que se estabelecem a partir de uma sentença em uso comunicativo.

A teoria conversacional de Grice tornou-se uma teoria extremamente influente nas ciências contemporâneas de viés comunicativo. Entre outras coisas, ela abre caminho para um tipo de análise que não se contenta apenas em ter as sentenças como objeto de estudo, afinal, elas são partes de estruturas mais amplas comunicativamente. Uma fala (ou um texto, no caso da linguagem escrita) não é apenas um aglomerado de sentenças que possuem relações semânticas isoladamente. O que o texto de Grice busca nos chamar a atenção é o fato de que elas não devem ser analisadas apenas em relação ao que expressam linguisticamente, mas que devem ser analisadas principalmente em relação ao que querem dizer em um âmbito comunicativo.

Para Grice, o fenômeno da vagueza linguística é intrínseco à comunicação verbal e não uma exceção, ou seja, o filósofo compreende que a restrição da análise linguística a uma análise descontextualizada torna o resultado da análise um desvio da real condição de existência material de sentenças quando em um contexto

comunicacional determinado. O que está no cerne da questão da lógica para o filósofo são os intuitos comunicativos envolvidos em uma interação verbal.

Muito embora Grice não possa ser compreendido como um filósofo cognitivista, suas posições estão no centro das teorias cognitivas. O fato é que mesmo tendo evitado ao máximo expor conceitos de maneira a tornar evidente o cunho mentalista de suas posições, Grice tornou possível um debate sobre a comunicação verbal que está muito além das materializações linguísticas de uma sentença. O que encontramos na teoria conversacional griceana é uma inovadora concepção a respeito da lógica tendo em vista não apenas o evento linguístico, mas também a manifestação linguística de um querer dizer.

O ponto central da abordagem griceana está na concepção cooperativa a respeito de indivíduos envolvidos em um ato comunicativo. Falantes e ouvintes são vistos como membros de uma maneira de agir específica dos fenômenos comunicativos. Falantes são ostensivos por natureza, da mesma forma que ouvintes são intrinsecamente inferenciais. A abordagem ostensivo-inferencial da comunicação humana inaugurada por Grice pressupõe que dizeres não devem ser analisados apenas linguisticamente, pois são partes de uma tática comunicativa que inclui a expressão verbal. As estratégias comunicativas são, portanto, não dependentes única e exclusivamente de codificação linguística. Um falante é ostensivo ao proferir uma sentença no sentido de concluir que esta é capaz de comunicar um querer dizer específico a uma plateia específica. Por sua vez, um ouvinte julga o que lhe foi dito não apenas em relação aos conteúdos linguísticos: o julgamento se dá em relação ao que o falante quis dizer ao proferir a ele (ouvinte) o enunciado em questão em um dado ato comunicativo.

John Langshaw Austin (1962) também foi crucial para os fundamentos da Pragmática ao formular sua filosofia da linguagem, considerando que todo enunciado é um ato, e John Rogers Searle (1984) formulou o passo posterior ao teorizar as concepções de Austin em uma teoria dos atos de fala. Dentro deste aspecto, Grice foi o responsável por tornar a Pragmática em um projeto científico específico, que busca eliminar o abismo entre forma lógica e uma sentença comunicativa em termos de uma característica específica dos atos comunicativos humanos. As divergências que surgem entre a notação lógica e o comunicado em uma sentença ganham o viés da intencionalidade comunicativa.

Os pressupostos da teoria conversacional griceana se situam em um meio termo

entre a concepção lógica e a noção cognitiva. Ao mesmo tempo em que o autor não trata a comunicação humana como ilógica, faz isso tendo em vista que humanos atuam mentalmente em relação à linguagem. Como já apontado, este estudioso nunca se ligou diretamente a uma visão mentalista. Em vez disso, optou por uma concepção cooperativa baseada no bom senso, traduzida teoricamente por meio da concepção do princípio cooperativo e das máximas conversacionais. Em conjunto, as máximas e o princípio cooperativo podem ser vistos como um acordo entre cavalheiros que rege a conversação humana, sem que o abismo entre sentença e expressão verbal impossibilite a comunicação.

É a partir da observação de que falantes e ouvintes se comprometem em colaborar uns com os outros no propósito de efetivar o ato comunicativo em que estão engajados, que Grice define os conceitos de implicaturas convencionais e conversacionais. As convencionais são as que surgem como resultado do reconhecimento de um significado intrínseco à sentença, como por exemplo, o que podemos encontrar nos versos de Paulinho da Viola: “Pode guardar as panelas/Que hoje o dinheiro não deu”. Embora o conteúdo das sentenças informe que é para a esposa guardar as panelas e que ele está sem dinheiro, é implícito que não há comida a ser preparada.

Há enunciados que implicam em determinados significados que não estão implícitos na sentença. Como exemplo, podemos citar uma frase ambígua tal como:

(4) José Serra é um político muito competente.

Suponhamos que a pessoa que tenha dito esta sentença seja um morador de São Luiz de Paraitinga que notoriamente ache que o governo do estado de São Paulo tenha agido de forma negligente e com descaso com as vítimas das enchentes ocorridas em Janeiro de 2010. Se for do conhecimento dos ouvintes desta sentença que o governador de São Paulo era na ocasião José Serra, político que costuma se autointitular como competente, eles terão indícios suficientes para compreender o enunciado de forma irônica, supondo que quem a proferiu julga José Serra um político incompetente.

Desta forma, o princípio da cooperação é a uma característica própria da conversação. Ela garante que (4) seja um enunciado lógico, mesmo que queira dizer o oposto do que foi dito. O princípio formulado por Grice diz o seguinte: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo

propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado" (Grice, 1980: 86). Ou seja, o falante empenha esforço para fazer uma contribuição comunicativa, imaginando que a intenção comunicativa do ato possa ser reconhecida pelos ouvintes.

Grice pressupõe ser razoável esperar que os membros de uma conversação observem alguns parâmetros básicos. Presumiu que estes parâmetros poderiam ser descritos de acordo com quatro categorias conversacionais e, evocando o filósofo alemão Immanuel Kant, chamou-as de: quantidade, qualidade, relação e modo. A filosofia da conversação proposta por Grice tem como preceito básico o desejo mútuo dos membros da conversação em efetivar a comunicação por meio da linguagem. Falantes e ouvintes são capazes de estabelecer a comunicação efetiva não apenas por que compartilham um código, do qual mensagens são codificadas e decodificadas, mas também porque compartilham inúmeras formas de conhecimento acerca do que é comunicado. O modelo clássico da comunicação humana centralizado em códigos linguísticos possui alguns pontos críticos difíceis de serem solucionados. Como por exemplo, as chamadas figuras da linguagem dos estudos retóricos. O autor propõe um modelo comunicativo que se opõe ao modelo clássico, o abismo entre o querer dizer comunicativo de uma sentença e o que é expresso por meio das relações linguísticas é preenchido pelo empenho dos indivíduos envolvidos no ato comunicativo em promover ao máximo os efeitos a serem causados.

Das quatro categorias conversacionais descritas pelo filósofo decorrem determinadas supermáximas e máximas conversacionais, apontadas abaixo. Segundo o autor, falantes devem observar determinados aspectos da linguagem ao escolher a maneira pela qual as sentenças são apresentadas aos ouvintes. Grice concentra seus esforços na intuição comunicativa dos falantes. Aos ouvintes, o autor apenas supõe que lhes fica reservado o papel de utilizarem de seu próprio conhecimento comunicativo intuitivo para pressupor a intenção do falante. A transgressão de uma máxima ou supermáxima é responsável por criar o abismo comunicativo, que é preenchido pela maneira ostensiva pela qual o falante se expõe. Ou seja, ouvintes preenchem as lacunas, supondo que há uma intenção comunicativa revelada linguisticamente. As definições das quatro categorias e suas respectivas máximas conversacionais são as seguintes:

A categoria de quantidade diz respeito à quantidade de informação a ser transmitida em uma sentença. Para Grice, a postulação desta categoria deve supor a

proposição de duas máximas:

- I. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto lhe for requerido (para o propósito corrente da conversação).
- II. Não faça sua contribuição mais informativa do que lhe é requerido.

A categoria de qualidade relaciona-se com a maneira de transmitir a veracidade dos fatos a serem comunicados³⁴. Possui uma supermáxima – “trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira” – da qual decorrem duas máximas:

- I. Não diga o que você acredita ser falso.
- II. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

Quanto à categoria de Relação, foi a que Grice mais explicitou a necessidade de maior compreensão, devido aos possíveis poderes explanatórios oferecidos (e pouco explorados) pela noção de relevância conversacional.³⁵ Possui apenas uma máxima – seja relevante.

Por fim, a categoria de modo diz respeito à maneira que a sentença é apresentada ao ouvinte. Dela segue-se a supermáxima – seja claro – e as seguintes máximas:

- I. Evite obscuridade de expressão.
- II. Evite ambiguidades.
- III. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
- IV. Seja ordenado.

Muito embora o filósofo não tenha diretamente ligado seu modelo a alguma

³⁴ Vale lembrar que a mentira não recai sobre este caso, pois mesmo que mentiras sejam a enunciação de inverdades, elas são proferidas por falantes que têm como intuito o reconhecimento de suas asserções como verdadeiras. Ou seja, mentir não é um rompimento com as máximas da categoria de qualidade, muito pelo contrário, é uma estratégia de quem visa enganar os ouvintes. Se o falante obtiver êxito, para seus ouvintes, o enunciado será verdadeiro, o reconhecimento da trapaça não é o reconhecimento de uma intenção comunicativa. O reconhecimento da trapaça pode ser compreendido melhor como um procedimento do ouvinte e não do falante. Grice estava mais preocupado em teorizar sobre as estratégias dos falantes, portanto, se os ouvintes detectam um enunciado mentiroso, isso se deve a um insucesso e não a uma ruptura de máxima por parte do falante. Ou seja, a capacidade de detectar a mentira é uma característica cognitiva de ouvintes que nada tem a ver com a formulação de enunciados por parte de falantes. Para informações mais detalhadas sobre o mecanismo de detecção de mentira, ver: Cosmides et al. (2005); Ermer, Cosmides & Tooby (2007); Sperber & Girotto (2006).

³⁵ A TR é uma teoria que surge de maneira a elucidar alguns dos problemas apontados por Sperber & Wilson (1995, 2005), ao modelo inferencial da comunicação proposto por Grice. Não por coincidência, o ponto central da TR é justamente a relevância, que mesmo Grice considerava demasiadamente complexo. Parece haver consenso indicando a relevância como característica cognitiva fundamental da comunicação. Dascal (1975) já apontava para isso.

teoria cognitiva, toda a descrição da comunicação feita por ele deve corresponder a capacidades mentais. Afinal, o código linguístico (que também é uma capacidade cognitiva) é concebido como uma maneira pela qual as intenções comunicativas são expressas e interpretadas. Dizer que existe um querer dizer adjacente a uma manifestação linguística corresponde a compreender que a expressão de uma sentença é uma porta de acesso à mente do falante. A principal contribuição da filosofia da conversação de Grice à compreensão da cognição humana reside exatamente em propor um modelo diferente para compreender a comunicação humana, que leva em consideração alguns dos fatores ignorados por modelos pautados no código.

Atualmente há inúmeros modelos cognitivos baseados na manifestação linguística, porém, nos concentraremos em dois modelos específicos, que tornam possível a observação da comunicação humana como evento natural, sendo a mente o órgão que sedia o evento biológico da comunicação. Como anteriormente indicado, Sperber & Wilson se aprofundaram nas questões problemáticas sugeridas por Grice e o caminho que eles escolheram foi cognitivo. Já o psicólogo e linguista canadense Steven Pinker relaciona aspectos da Psicologia Evolucionária a uma abordagem modular da linguagem. Embora os autores da TR a tenham inicialmente concebido ligada ao modelo fodoriano da mente, atualmente a TR propõe um modelo diferenciado chamado de modularidade massiva (que em inúmeros aspectos corrobora a visão de Pinker). No próximo tópico, demonstraremos os principais conceitos que relacionam a evolução da mente humana às habilidades cognitivas intrínsecas aos comportamentos comunicativos universalmente utilizados por seres humanos.

1.4. Modularidade massiva: evolução e comunicação humana

Fodor propôs a teoria modular da mente pressupondo que as habilidades perceptivas são modulares e periféricas, enquanto as atividades cognitivas mais elaboradas são processadas de maneira misteriosa por um sistema central responsável por inter-relacionar estímulos percebidos por módulos mentais diversos. O conceito de modularidade massiva se opõe ao modelo seminal de Fodor. A proposta é a de que deve haver módulos específicos para relacionar diferentes *outputs* previamente processados por módulos perceptivos. O que fica explicitado nessa nova abordagem é que Fodor propôs uma teoria que somente em parte é uma teoria modular, e só a atividade

periférica assim é descrita. Segundo Sperber, o nome da obra de Fodor, ‘Modularity of mind’, é paradoxal e não condiz com o modelo exposto, visto que: “*In its centre and bulk, Fodor’s mind is decidedly non-modular*” (SPERBER, 1996: 119).³⁶

De certa forma, a abordagem massiva para os módulos mentais retoma um conceito chomskyano, o de que um órgão mental deve resolver todos os problemas linguísticos de maneira independente. A concepção em questão identifica a característica modular da mente não a partir de regiões específicas do cérebro. Ao contrário de uma visão encapsulada, as habilidades cognitivas de seres humanos são tidas como redes neurais que relacionam módulos perceptivos, módulos conceituais e módulos culturais (Ibidem). Módulos perceptivos atuam como Fodor descreve, reconhecendo estímulos externos, porém os conceituais e os culturais teriam como *inputs* de seus processos *outputs* de processamentos prévios realizados pelos diferentes módulos mentais.

1.4.1. Modularidade e relevância

A TR, ao contrário das proposições de Grice, concentra suas observações no ouvinte, e tem um viés explicitamente cognitivo. Em vez de um Princípio Cooperativo como o formulado por Grice, o Princípio Cognitivo da Relevância formulado por Sperber e Wilson propõe que a cognição humana é voltada para a maximização da relevância dos estímulos. Esta característica cognitiva associa-se a uma característica comunicativa chamada pelos autores de Princípio Comunicativo da Relevância, que considera que cada estímulo ostensivo carrega em si a presunção de sua relevância ótima. Tais princípios devem ser encarados como habilidades cognitivas que tornam a comunicação humana plausível, apesar do abismo entre o querer dizer e o dito. Em outras palavras, a TR pressupõe que a interpretação comunicativa de sentenças é um mecanismo cognitivo automático e intrínseco ao ato de nos comunicarmos linguisticamente. Portanto, a modularidade da mente tal como proposta por Fodor inviabilizaria a TR como abordagem cognitiva, pois para este filósofo a interpretação

³⁶ “Em seu núcleo e em sua estrutura, a mente de Fodor é decididamente não modular.”

linguística dependeria da atuação central lenta e assistemática.³⁷

A abordagem cognitiva da TR propõe a modularidade massiva como resultado direto de uma aproximação à Psicologia Evolucionária proposta pelo antropólogo John Tooby e pela bióloga Leda Cosmides. Segundo a teoria psicológica desenvolvida pela dupla, a mente pode ser compreendida como resultado de um processo evolutivo que a dotou da capacidade de responder a determinados problemas cognitivos de maneira específica e satisfatória. Ao longo da evolução de nossa espécie, nossos ancestrais foram expostos a problemas que moldaram a nossa mente por meio de pressões evolutivas. Isso inclui a habilidade linguística: nós, seres humanos, possuímos módulos linguísticos porque somos capazes de processar sentenças linguísticas satisfatoriamente não apenas do ponto de vista da percepção do estímulo linguístico, mas também porque interpretamos sentenças de maneira eficaz, conceituando os estímulos percebidos e relacionando os conceitos que formamos às crenças culturalmente adquiridas.³⁸

Sperber (1996) faz uma descrição empiricamente plausível para a evolução de módulos conceituais e culturais, a partir da ideia de economia de esforço. Para exemplificarmos um processo evolutivo plausível para uma modularidade mental massiva, suponhamos que uma espécie de animal tenha como inimigos naturais elefantes e uma espécie de ave de rapina. Assim como o autor, chamaremos esta espécie ancestral de ‘org’. Os ‘orgs’ fogem todas as vezes que percebem algum estímulo, mesmo que vago e ambíguo que indique a presença de elefantes e da ave predadora. Parte do sucesso evolutivo dos ‘orgs’ está intimamente relacionado à fuga que empreendem. Porém, fugas acarretam perda de energia de várias formas e além do mais, responder a um estímulo vago não necessariamente significa eficácia e competência.

³⁷ Em Fodor (2001), o autor faz uma resenha do livro ‘Evolution and human mind: modularity, language and meta-cognition’ (2000), de Peter Carruthers & Andrew Chamberlin. Neste trabalho, de maneira sintética, fica exposto o pessimismo em relação ao projeto cognitivo que ele chama de “*New Synthesis* – Nova Síntese” (FODOR, 2001: 624). A visão de modularidade massiva é brevemente atacada e jocosamente apelidada de “*Swiss Army Knife* – Canivete Suíço” (Ibidem, 625). Sperber & Origgi, Carruthers & Hopkins entre outros são severamente criticados. Até mesmo Pinker (que nem sequer era autor de algum dos textos que compõem o livro resenhado), foi contestado, mas em relação a esse autor, Fodor já havia escrito, um ano antes, um livro inteiro de crítica. Fodor (2000) desde o título (“The mind doesn’t work that way: the scope and limits of computational psychology”) destina-se inteiramente a atacar a visão modular proposta em Pinker (1998). Fodor (2000) acabou gerando uma réplica de Pinker (2005), que, por sua vez, acarretou uma réplica de Fodor (2005). Ambas foram publicadas no mesmo periódico, no mesmo volume, um na sequência do outro. Como abordaremos no próximo capítulo, Fodor parece empenhado em rejeitar qualquer abordagem evolutiva sobre a mente.

³⁸ Para mais detalhes sobre a abordagem proposta pela Psicologia Evolucionária, ver Cosmides & Tooby (1987, 1989, 1994, 1997); Tooby & Cosmides (1989, 1992, 1998a, 2005); Pinker (1998, 2002, 2004).

Suponhamos ainda que alguns descendentes dos ‘orgs’ sofram uma mutação que os torne capazes de discernir e associar mais de um tipo de estímulo antes de irromperem em fuga. Estes descendentes passam a poupar mais energia em relação aos ‘orgs’ ancestrais, pois não fogem todas as vezes que ouvem um barulho, ou veem um vulto que apenas pareçam com imagens ou sons produzidos por elefantes e a ave predadora. Isto porque estes indivíduos só fogem quando percebem de maneira inter-relacionada imagens e sons produzidos por um destes inimigos naturais. Se estes descendentes forem capazes de se reproduzir entre si e transmitir os genes responsáveis por este módulo conceitual, podemos chamá-los de ‘paraorgs’, pois possuirão genes correspondentes a características diferentes das dos ‘orgs’, bem como comportamentos diferenciados e possivelmente mais eficazes, tendo em vista os contextos expostos. É provável, que num cenário de competição por território em alguma época de escassez venha a favorecer os ‘paraorgs’ em eventuais disputas, pois estes gastam menos energia efetuando fugas inúteis, visto que são mais eficientes em seus ambientes. Sobra-lhes energia para ser gasta com outras atividades, como por exemplo, o estreitamento de laços familiares ou maior investimento em reprodução. Convém notarmos que esta habilidade de inter-relacionar estímulos oriundos de módulos perceptivos diferentes decorre de uma habilidade de relacionar *outputs* diversos. A fuga não é mais decorrente de um instinto disparado pela percepção, mas sim algo realizado por meio da formação interna (mental) de um conceito de situação de perigo. A descrição do processo de evolução e de seleção de módulos mentais conceituais é empiricamente plausível, pois apresenta um panorama bastante eficaz para compreender como pressões evolutivas devem ter moldado a mente de humanos a resolverem problemas das maneiras como fazemos.

Segundo Sperber, um conceito é o que resulta da percepção de um estímulo, ou seja, ouvir o som de um trovão e pensar que o raio ocorreu próximo ao local onde estamos é um processo perceptivo, e inferir que pode chover em breve é um processo conceitual. Processos perceptivos têm como gatilho algum estímulo percebido, já os conceituais possuem conceitos como gatilhos. Inferimos que pode chover quando escutamos trovões porque temos o conceito de trovão intimamente relacionado ao conceito de chuva.

Além dos processos mentais perceptivos e conceituais, Sperber argumenta a favor dos processos culturais como processos específicos da cognição humana.

Diferentes crenças a respeito da chuva são difundidas em diferentes populações humanas, assim como possuímos uma gama infinita de concepções sobre as quais as diversas populações constroem crenças. Para um agricultor católico, a chuva pode significar uma intenção divina; já entre ateus e agnósticos, a chuva tende a ser vista como resultado de processos naturais que culminam com a precipitação de água (visão que também pode ser perfeitamente compartilhada por teístas), mas sem que tenha um propósito benevolente divino, planejado por uma entidade superior.

Estes três tipos de processos (perceptivos, conceituais e culturais) são intimamente ligados e relacionados, portanto, diferentemente do que Fodor propõe, percepção, conceituação e obtenção cultural de crenças a respeito de um tipo de estímulo são mecanismos indissociáveis do comportamento cognitivo interpretativo humano. Não é um processo lento o que ocorre quando um agricultor crente em um deus benevolente julga estar sendo privilegiado com a bondade divina quando ele percebe que começa a chover bem na época adequada ao plantio.

Segundo Sperber (1996), uma modularidade massiva formada por redes neurais existentes entre módulos perceptivos, conceituais e culturais eliminam dois problemas sérios do modelo fodoriano, a integração de conceitos oriundos de diferentes módulos, e a diversidade cultural, que não é explicada por Fodor. Como já exposto, diferentes povos têm crenças diferentes acerca dos fatos culturais. A concepção modular de Sperber sugere que os três diferentes tipos de módulos não só são inter-relacionados, variando individualmente o grau de inter-relação específica entre eles, como também supõe que somos pré-programados a disseminar fatos culturais. Portanto, a modularidade da mente deixa de ser obscura e incongruente com a diversidade cultural e com relação à integração de informações oriundas de domínios cognitivos diferentes.

Um módulo mental deixa de se concebido como uma área específica do cérebro destinada à função de processar estímulo percebido em um conceito mental capaz de ser aproveitado pela linguagem da mente. O que a modularidade massiva da mente propõe é que um módulo mental é uma rede neural que não se encontra fixa a um local, mas sim espalhada pelo cérebro, porém inter-relacionada por meio de circuitos neurais fixos. A questão que surge é a seguinte: será que é possível que haja redes neurais específicas para lidar com *inputs* que não sejam externos à mente, mas sim previamente processados por módulos perceptivos? Uma resposta afirmativa à questão é um passo considerável em um caminho de naturalização dos estudos relacionados à cultura

humana. A produção cultural humana deixará de ser um objeto de estudo isolado da existência biológica dos seres humanos. Porém, se a hipótese de uma modularidade massiva, que sugere que seres humanos possuem mentes pré-adaptadas a obter e a lidar com fatos culturais se provar errônea, voltaremos ao ponto inicial no intuito de compreender o comportamento natural não só da mente humana, mas também no de elucidar a cultura humana dentro de uma perspectiva naturalística, ou seja, dentro de um modelo empiricamente plausível de relações causais.

A linguagem parece fornecer evidências de que a modularidade massiva é necessária para que a comunicação verbal seja um mecanismo eficiente. Da Filosofia Analítica ao desenvolvimento da Semântica como uma disciplina linguística, aos estudos linguísticos da Pragmática e da Linguística Cognitiva, são fartos os exemplos de que seres humanos, desde o momento em que nascem, passam a observar e a adquirir comportamentos linguísticos que extrapolam a mera relação linguística. Utilizamos sentenças que linguisticamente não fazem sentido todo o tempo, porém, sempre que fazemos isso estamos querendo dizer algo plenamente plausível do ponto de vista comunicativo.

Se a modularidade da mente não for massiva e Fodor estiver certo, a aquisição da linguagem é uma relação sem causalidade. Se a mente humana não for intuitivamente capaz de conceituar um estímulo externo e de relacionar este conceito a crenças previamente adquiridas, o fato de um bebê sem problemas cognitivos distinguir um *input* sonoro como um *input* linguístico e diferenciá-lo dos inúmeros *inputs* sonoros que ele percebe do meio é algo praticamente mágico. De alguma forma é necessário que as crianças conceituem corretamente os sons verbais dos não verbais, e as crianças fazem isso inacreditavelmente rápido. Não só aprendem os padrões acústicos das palavras, mas intuem o que aqueles sons significam.³⁹

Uma boa maneira de compreender o funcionamento da mente humana em relação à cultura humana é buscarmos uma engenharia reversa (para utilizar um termo ao estilo do psicólogo canadense Steven Pinker) da mente cultural. Descrever uma

³⁹ Há um crescente número de pesquisas que corroboram a ideia de que o ritmo da prosódia e o reconhecimento de expressões faciais são habilidades com as quais nascemos e nos utilizamos para intuir os significados proposicionais das expressões linguísticas às quais somos expostos. Detalhes sobre o reconhecimento de expressões faciais por infantes humanos podem ser obtidos em Kanwisher, McDermott, Chun (1997); Gauthier & Nelson (2001); Slater & Quinn (2001); Bushnell (2001); de Haan, Pascalis & Johnson (2002); Bonatti et al. (2002); Slater (2002).

engenharia reversa corresponde a observar um artefato produzido pelo homem que tem funções específicas e desvendar como este objeto foi articulado. Empresas de tecnologia fazem isso a todo instante quando seus concorrentes lançam algum produto inovador. Os fatos culturais são artefatos articulados por seres humanos e devem, portanto, ser fatos passíveis de serem compreendidos por meio de uma engenharia reversa da mente cultural. Quando nos referimos a uma mente cultural, fazemos menção ao fato de que em todos os povos, as populações humanas são eficazes em produzir e consumir informações culturais. Percebemos coisas do mundo as quais conceituamos e relacionamos às crenças que nos passaram e que, de uma forma ou de outra, julgamos pertinentes.

A linguagem verbal não apenas é um fato cultural, mas também parece ser do ponto de vista evolutivo, o mecanismo mais eficaz pelo qual fazemos com que todos os fatos culturais que produzimos sejam conceituados e vivenciados. É a linguagem verbal que nos torna capazes de nos adaptarmos aos diferentes meios, afinal, seres humanos vivem em todas as partes do planeta, até mesmo nas condições ambientais mais extremas. Grande parte de nossa capacidade de adaptação se deve ao fato de que moldamos os ambientes em que vivemos. Aprendemos a cultivar e a colher os alimentos que necessitamos, sabemos como adequar a temperatura do ambiente à temperatura ideal aos nossos corpos, construímos moradias perfeitamente adaptadas às nossas necessidades, e como resultado disso nossa espécie é extremamente bem sucedida.⁴⁰

Porém, nosso sucesso evolutivo não está somente associado ao nosso alto grau de refinamento na disseminação de fatos culturais. Além de sermos capazes de precisão ao transmitir ideias, somos capazes de produzir fatos culturais evolutivamente. Não somos os únicos animais sociais que dependem da troca de informações para garantir a sobrevivência do grupo. Mas somos os únicos seres que, a cada geração, produzem novos mecanismos de coletar alimentos, produzir moradias e formas de locomoção. A linguagem verbal não permite apenas a transmissão de conhecimento, mas também a

⁴⁰ Hermann e colaboradores (2007) demonstram, por meio de testes cognitivos, que crianças diferem de infantes de chimpanzés e de orangotangos não porque possuem habilidades cognitivas gerais diferenciadas, mas sim porque apresentam comportamento social extremamente mais saliente do que o de infantes símios. Adolphs (2009) também correlaciona as adaptações que seres humanos promovem no meio ambiente ao resultado de uma habilidade social diferenciada, da qual a linguagem é um típico exemplo.

acumulação, isso porque a escrita favorece a permanência de um conhecimento de maneira acumulativa. Novos conhecimentos são armazenados a novas gerações por meio de documentos escritos, por sua vez, as novas gerações produzem novos conhecimentos articulados a partir dos conhecimentos acumulados por antigas gerações, e disseminados por documentos escritos. Os novos conhecimentos produzidos pelas gerações mais novas são disseminados para as próximas gerações também por documentos escritos, e assim sucessivamente. O fato é que a escrita nos permite acumular conhecimento de tal forma, que não é necessário conhecer cada uma das concepções sobre construção civil que a humanidade já produziu para que possamos, atualmente, nos utilizar dos benefícios que a evolução cultural nos proporciona em termos de construção de moradias. O filósofo Daniel Dennett, ao comentar a importância da linguagem na disseminação do que ele (e principalmente Richard Dawkins) chama de meme (que comentaremos mais profundamente no segundo capítulo), afirma que:

Human language, first spoken and then, very recently, written, is surely the principal medium of cultural transmission, creating the infosphere in which cultural evolution occurs. Speaking and hearing, writing and reading—these are the underlying technologies of transmission and replication most analogous to the technologies of DNA and RNA in the biosphere. I needn't bother reviewing the familiar facts about the recent explosive proliferation of these media via the memes for movable type, radio and television, xerography, computers, fax machines, and electronic mail. We are all well aware that today we live awash in a sea of paper-borne memes, breathing in an atmosphere of electronically-borne memes.⁴¹ (DENNETT, 1996: 347).

Em resumo, a nossa espécie é dependente de laços sociais culturalmente moldados e transmitidos. O surgimento e a disseminação de novas ideias nos auxiliam a nos tornar cada vez mais adaptados aos meios existentes na Terra. O nosso sucesso

⁴¹ A linguagem humana, em primeiro lugar falada e, em seguida, muito recentemente, escrita, é certamente o principal meio de transmissão cultural, criando a infosfera em que ocorre a evolução cultural. Fala e audição, escrita e leitura – essas são as tecnologias de base de transmissão e replicação mais análogas às tecnologias de DNA e RNA na biosfera. Eu não preciso me incomodar em rever os fatos conhecidos sobre a recente proliferação explosiva destes meios através dos memes de tipo móvel, rádio e televisão, xerox, computadores, aparelhos de fax e correio eletrônico. Estamos todos conscientes que vivemos hoje inundados por um mar de memes de papéis suportados, respirando uma atmosfera de memes eletronicamente carregados.

reprodutivo pode ser medido de maneira simples: a cada ano da história da humanidade as populações humanas aumentam em números absolutos, mesmo que isso represente um desafio para o equilíbrio ecológico de nosso planeta, e este fato revela a imensa capacidade de nossa espécie em moldar as condições da natureza para que se adéquem às nossas necessidades. É uma façanha admirável, especialmente se pensarmos que o crescimento populacional foi imenso nos últimos duzentos anos. Não há como desvencilhar o enorme sucesso reprodutivo atual de nossa espécie do imenso sucesso do desenvolvimento das formas de comunicação atuais.

A linguagem verbal parece portar uma característica fundamental a esse sucesso na disseminação de ideias: a semântica. Por mais vaga, ambígua ou dependente do contexto que uma sentença possa ser, é de longe a manifestação humana mais precisa em relação a significados estruturalmente expressos em manifestações comunicativamente ostensivas. Tomemos por comparação a manifestação musical. Músicas são atividades culturais presentes nos mais diversos grupos humanos e não há sociedades que não as produzam. Porém, sabemos pouco sobre as intenções comunicativas existentes em uma música. Por mais prenhes de emoções e sentimentos que sejam as músicas, elas nada nos informam a respeito das coisas do mundo. Porém, isso não quer dizer que músicas não sejam predispostas a crenças. Fazemos isso toda hora, nos apropriamos de melodias, harmonias e ritmos criando ou emprestando representações sobre músicas. O fato de utilizarmos a linguagem para transmitir crenças a respeito das coisas do mundo (inclusive as culturais) não significa que a linguagem estruture o pensamento. A cognição musical tem suas peculiaridades e seria um erro reduzi-la a uma correlação linguística.

Andar, pensar matematicamente, reconhecer intenções em expressões faciais etc. são só alguns exemplos de tarefas cognitivas complexas que recém nascidos desenvolvem antes de adquirirem a linguagem de maneira eficaz. O que buscamos demonstrar é que a linguagem é o gatilho para outra atividade intrínseca a humanos: transmitir crenças sobre as coisas do mundo. O fato de a linguagem verbal nos proporcionar a disseminação de crenças é o que torna nossa cultura possível. Nossos artefatos culturais não existem isolados em suas respectivas materializações. Uma bola de futebol, culturalmente falando, não é nada se nada soubermos a respeito dela, tal como a garrafa de Coca-Cola do filme “Os deuses devem estar loucos” não representava uma garrafa de refrigerante para os seres humanos da tribo africana isolada retratada na

película. Não é uma questão de inteligência, mas apenas de crenças culturalmente transmitidas e adquiridas a respeito de um artefato feito por homens. Albert Einstein provavelmente não teria a menor ideia do que poderia vir a ser um simples *pen drive* se tivesse visto um.

Portanto, a partir da observação de que a linguagem verbal é um fato cultural que torna os demais fatos culturais humanos e fatos comunicativamente efetivos, buscaremos demonstrar que a comunicação verbal é essencial na existência de músicas como fatos culturais. Não queremos reduzir o fenômeno da música a um fato culturalmente mediado pela linguagem verbal. O que pretendemos é observar a importância que a linguagem verbal ocupa na disseminação de músicas enquanto fatos culturais, e não meramente sonoros. Vale lembrar, por exemplo, que determinadas manifestações musicais são consideradas por determinadas populações humanas como barulho. Todos nós já ouvimos alguém mencionar determinada música como exemplo de barulho.

Outro fato curioso é que não é necessário que sejamos músicos para que apreciemos música, e isto sugere algo muito curioso: aparentemente temos módulos mentais inatos para conceituar sons musicais, ao passo que temos que adquirir uma rede neural capaz de articular sons musicais. Todos nós, ouvintes de música, somos capazes de conceituar músicas que ouvimos de maneira razoavelmente simples. Basta escutar a mesma música algumas vezes e associá-la a um intérprete, para que as informações se tornem indissociáveis. Da mesma forma, basta escutar uma nova interpretação de uma música em questão, que saberemos que a música não está sendo executada por quem nós aprendemos a conceituá-la (um caso específico é o da música erudita, que normalmente associamos a compositores, e não a orquestras intérpretes). Se a associação entre conceito e percepção não fosse inata e espontânea, não seríamos capazes de sermos bons ouvintes de música sem sermos bons executores de música.

A disseminação cultural de uma sonoridade musical se deve a sermos capazes de adquirir conceitos musicais que se articulam não só aos *inputs* sonoros. Qualquer informação a respeito de uma sonoridade musicalmente identificável é parte da concepção cultural que faremos de tal música. Podemos não ter a menor ideia de quem é o intérprete da Bossa Nova a qual estamos a escutar, porém somos capazes de atribuir inúmeras relações causais à existência daquela Bossa Nova quando estamos a escutá-la. Isso, obviamente, se tivermos crenças relacionadas à Bossa Nova, senão, o *input*

musical se tornará um desafio cognitivo, que visará conhecer crenças a respeito de tal sonoridade.

Estas observações consideram a cultura humana como o resultado de relações causais processadas pela mente humana, vista como um vasto aparelho destinado a resolver problemas adaptativos enfrentados pela nossa espécie, e superados evolutivamente por meio de uma modularidade massiva entre diferentes redes neurais ocupadas em perceber o mundo, conceituar as coisas percebidas do mundo e disseminar crenças acerca das coisas conceituáveis do mundo.

Algumas das redes neurais que possuímos são biologicamente ativadas, outras são ativadas ao longo de nossas experiências culturais. Podemos fazer uma analogia em relação ao mapa de uma cidade que tenha determinadas atividades necessárias à própria sobrevivência espalhadas pelos quatro cantos de seu perímetro. Em uma cidade cognitiva devemos ser capazes, logo ao nascermos, de nos dirigirmos, vez ou outra, até os lugares de alimentação primários em nossas vidas, os seios de nossas mães. Ao irmos ao encontro do nosso primeiro alimento, damos de cara, literalmente, com o cruzamento de ruas que nos oferece audições dos primeiros sons verbais associados às imagens das feições das pessoas ao nosso redor, mormente nossas mães. Recém nascidos chorando estão automaticamente se lançando nas ruas da fome, da mesma forma que estão automaticamente buscando reconhecer os sentimentos expressos nos sons e feições oferecidos pela presença materna, ou de quem quer que chegue com uma mamadeira e leite quente. É como se nascêssemos sabendo os caminhos que nos levariam a estes primeiros destinos. Contudo, à medida que nos tornamos fisicamente mais aptos à vivência na cidade, vamos sendo expostos a caminhos aos quais não fomos previamente programados a percorrer. Vamos construindo mentalmente rotas para estes lugares. As ruas já existiam, o que inexistia era uma necessidade de chegar àquele determinado lugar, ou de perfazer um determinado caminho. Como somos seres curiosos, vamos percorrendo os caminhos desta vasta cidade cognitiva, aprendendo a traçar rotas específicas que tornem os trajetos mais significativos e eficazes.

Uma rota insignificante pode se tornar uma rota importante de maneira abrupta. Imagine, por exemplo, que você acabou de conhecer uma pessoa que o atraia bastante, mas que possui um hábito que você não está acostumado, como o de dançar. Mesmo que a pessoa que lhe interessa goste de dançar as mesmas músicas que você gosta de ouvir, você terá que descobrir um caminho que inter-relacione a esquina sonora da

música com esquina motora da dança. Quando temos que chegar a um lugar em um bairro no qual nunca fomos, muitas vezes pegamos caminhos mais longos, mas conseguimos chegar. Quer dizer, mesmo que sejamos ineficientes, conseguimos realizar a tarefa. Na medida em que o tempo passa e somos obrigados a traçar o mesmo itinerário várias vezes, somos instintivamente obrigados a descobrir caminhos mais eficazes para solucionar o problema de deslocamento com o mínimo de dispêndio de energia. Em resumo, gastamos menos energia e somos mais eficazes. É o mesmo que ocorre quando aprendemos a dançar. A cada vez que dançamos encontramos caminhos mais eficazes nas nossas redes neurais para inter-relacionar música aos movimentos corporais adequados.

Do ponto de vista evolutivo não faz sentido elaborar uma concepção de mente que não explique satisfatoriamente a diversidade cultural. Como somos seres intuitivamente produtores e consumidores de fatos culturais, é de se esperar que um mecanismo inato para lidar com fatos culturais seja passível de descrição. No próximo capítulo indicaremos como a TR prevê que enunciados são fatos culturais capazes de promover relações mentais causais. Também descreveremos os diferentes tipos de crenças disseminados por seres humanos, além de como as crenças pessoais se inserem em mecanismos cognitivos causais. Para isso, tivemos primeiro que traçar um panorama das abordagens naturalísticas acerca do fenômeno da manifestação verbal. Vimos que a abordagem gerativa chomskyana possibilitou a descrição de uma faculdade mental específica para a computação da linguagem verbal. Esta postura seminal nos possibilita a adoção de uma abordagem não dualística a respeito da cognição humana, a mente se torna parte do corpo humano. Verificamos que Fodor se apoiou em Chomsky para formular uma teoria geral da mente modular. Esta abordagem exclui aspectos evolutivos da mente, pois volta a considerar que embora parte da cognição humana seja modular e inata, afirma também que expressiva parcela da cognição humana seja um processo misterioso individualmente moldado. Por fim, identificamos que, à luz de teorias evolutivas, novas abordagens sugerem um modelo mental empiricamente plausível, pelo viés da modularidade massiva. A mente passa a ser descrita como uma característica selecionada por meio de pressões evolutivas que esculpiram módulos mentais conceituais e culturais em mentes humanas. Esta adaptação tornou a humanidade capaz de produzir e consumir fatos culturais. A diversidade cultural deixa de ser um problema para modelos modulares da mente e torna-se um dos grandes triunfos adaptativos de

nossa espécie.

Podemos observar que um comportamento cultural aparentemente banal, como um motorista buzinando para um pedestre, necessita de um comportamento cognitivo encapsulado e massivo, na visualização ao esquema contido na figura que está logo a seguir. Nela, os círculos pontilhados representam esferas mentais de causalidade para os seguintes comportamentos: I – Um motorista percebe um transeunte desatento em situação de perigo; II – O motorista buzina para iniciar um ato de comunicação; e III – O transeunte interpreta a buzina como demonstrativo de uma manifestação de alerta. As figuras que possuem ângulos retos representam fatos públicos; enquanto as figuras elípticas, fatos mentais. As setas representam fluxos de informações (enriquecidas ou não). Voltaremos a este exemplo posteriormente, por enquanto nos ateremos ao fato de que tal descrição permite vislumbrar os efeitos plausíveis referentes à evolução de uma modularidade massiva integradora de conteúdo informativo, conceitual e cultural. Diretamente, uma mente modular massiva seria capaz não só de gerar sentenças e de perceber rapidamente as coisas do mundo, mas também seria hábil em promover interpretações tão mais relevantes quanto for possível (dado um determinado contexto) acerca das coisas do mundo. Em outras palavras, não só a linguagem seria uma característica cognitiva resultante de evolução biológica, mas também as culturas humanas seriam fruto da evolução de uma capacidade cognitiva geradora e interpretadora de cultura. Visualizemos, pois, o esquema ilustrativo:

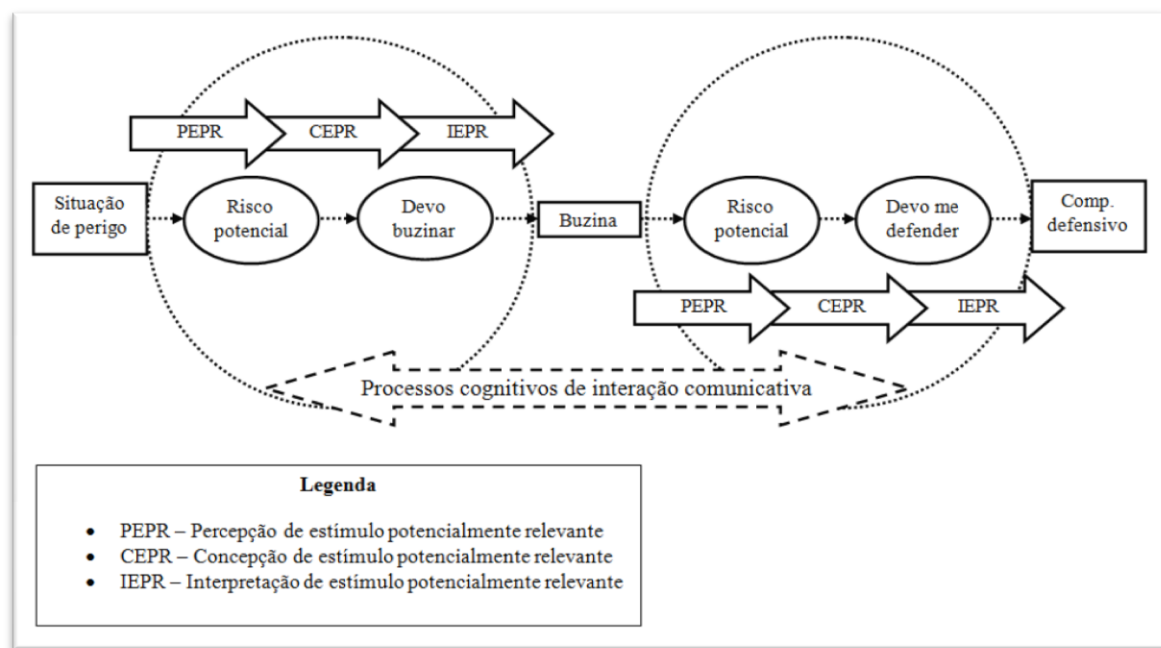


Figura 1 – Modularidade massiva e integração comunicativa

Parte das reflexões expostas neste primeiro capítulo se deve às searas inauguradas pela Linguística. Ao ampliar a linguagem verbal como objeto de estudo, a Linguística incluiu a mente humana como parte de seu objeto de estudo. Para a compreensão profunda a respeito da existência de fatos linguísticos, a mente torna-se uma discussão crucial. Embora paradoxal em relação às bases da Linguística, a caixa preta mental se ilumina na medida em que passamos a observar a linguagem como fruto de um aparato biológico especializado em produzir cultura e dela se alimentar. É o que passaremos descrever no próximo capítulo.

“Dizer que os diferentes modos de conhecer são inatos não equivale a dizer que o conhecimento é inato. Obviamente, temos de aprender sobre bumerangues, borboletas e advogados.”

Steven Pinker

CAPÍTULO 2 – A MENTE CULTURAL

Até agora temos nos empenhado em demonstrar que um programa naturalístico para as ciências relacionadas à Linguística é um caminho plausível e desejável. Partiremos para outra etapa deste trabalho e passaremos a descrever as teorias que embasarão a nossa análise. Devemos alertar para o fato de que ela extrapola o âmbito das análises linguísticas. Isso porque o nosso intuito é o de descrever a importância do fenômeno verbal na disseminação de músicas como fenômenos culturais.

Para tanto, faz-se necessária a apresentação de uma abordagem transdisciplinar para a linguagem humana. Todas as teorias evocadas por este trabalho são permeadas por um viés em comum, o da cognição, e lidam de maneira complementar com a cultura humana. A TR tem sido descrita por nós como uma teoria linguística de cunho cognitivo. Por também ser uma teoria comunicativa, é uma ferramenta adequada a lidar com aspectos gerais da cognição envolvida na comunicação humana. A concepção de linguagem como instinto, tal como proposta por Pinker (1998, 2002, 2004, 2005) é uma teoria cognitiva estreitamente relacionada à Psicologia Evolucionária fundamentada por Tooby & Cosmides (1990, 1992, 1998a, 2005; Cosmides & Tooby 1987, 1994). Consideramos que estas três abordagens se complementam e possibilitam que a linguagem seja compreendida como fato intrínseco ao nosso sucesso evolutivo. Por fim, veremos como a ER proposta por Sperber amplia o objeto observacional da linguística, tomando por base as observações empíricas acerca das características comunicativas da cognição humana, para a formulação de uma abordagem antropológica naturalística para a disseminação da cultura.

Esperamos que, percorrendo este caminho, as inter-relações entre os fenômenos linguísticos e os fenômenos musicais sejam expostas de maneira a proporcionar conclusões científicas válidas. Como já mencionamos no primeiro capítulo, não iremos utilizar as teorias escolhidas como ferramentas de análise para fatos culturais específicos. Nosso interesse reside em formular uma descrição para a linguagem que demonstre a eficácia da comunicação verbal na disseminação de representações musicais. No próximo capítulo demonstraremos inúmeras evidências, oriundas de pesquisas empíricas, que módulos mentais linguísticos possuem redes neurais correlatas a módulos musicais. Em especial, veremos que sintaxe e ritmo parecem estar intimamente associados, tanto na aquisição da linguagem por infantes, quanto no

processamento sintático de sentenças por adultos. Há também evidências neurológicas de que músicas podem ativar mecanismos cerebrais envolvidos no processamento de estruturas semanticamente portadoras de conteúdo proposicional. Porém, neste capítulo iremos nos concentrar em demonstrar como as mentes humanas foram pré-programadas a exercer forças modificadoras na natureza funcional das coisas do mundo. Consideraremos a hipótese de que ao menos dois processos exaptativos⁴² devem ser seriamente levados em conta em uma abordagem naturalística para o comportamento cultural: I – a cultura é uma adaptação evolutiva que possibilita a arte, uma exaptação e, II – a principal habilidade da evolução de um módulo cultural é a de promover exaptações, modificando a funcionalidade de estruturas naturais.

Estas hipóteses foram consideradas por causa do tipo de considerações que temos que efetuar a fim de promover o debate adequado sobre o que vem a ser uma teoria de disseminação de representações. Os modelos que serão ponderados são ambos resultados de aproximações naturalísticas aos fenômenos culturais. Porém, há diferenças cruciais entre os conceitos que aqui serão apresentados. Consideramos que a diferença entre os modelos se deve ao fato de apenas um deles dar a devida proporção às características criativas, imaginativas e enriquecedoras de significados (forças exaptativas) que o fator idiossincrático das representações humanas determina na existência de coisas culturais. Desta forma, o amplo acervo de evidências empíricas sobre a linguagem da TR fornece à ER uma caracterização de cultura muito mais apropriada ao tipo de fenômeno a ser analisado do que a abordagem seminal oferecida pelo viés memético, que desconsidera o alto grau de envolvimento individual na existência de um fato cultural.

Para cumprirmos nossos objetivos, primeiro observaremos como a descrição de um instinto da linguagem toma parte da discussão, considerando que a habilidade inata de inter-relacionar conceitos é adjacente ao instinto linguístico. Demonstraremos que este fato está intimamente associado não só ao instinto da linguagem, mas também é

⁴² O termo exaptação – cunhado pelos paleontólogos e evolucionistas Stephen Jay Gould e Elizabeth S. Vrba (1982) – remete a um conceito proposto inicialmente por Friedrich Nietzsche (1998). O termo, em evolucionismo, é utilizado para explicar características funcionais que não foram desenhadas pela evolução para a função que exercem. A escrita, por exemplo, é fruto de uma exaptação. Isso porque a escrita não é uma das características que promoveram a seleção da mão humana. Ou seja, exaptações são adaptações biológicas que sofreram pressões evolutivas relacionadas a outras funções que não são relacionadas à função que a característica exerce atualmente.

intrínseco ao instinto cultural humano. Em um segundo momento, iremos nos debruçar sobre outro instinto básico da cognição humana, a maximização das expectativas de relevância dos estímulos, ou seja, o Princípio Cognitivo da Relevância. Demonstraremos também que não só enunciados geram expectativas de relevância, mas que a percepção e a conceituação adequada de qualquer fato cultural dependem de tal instinto investigativo. Descreveremos ainda como a TR compreende a capacidade metarrepresentativa como uma característica peculiar da mente humana. Isso quer dizer que a TR abre caminho a um estudo epidemiológico da disseminação de ideias. Isso porque a habilidade de *ler mentes* é descrita como inerente aos atos comunicativos.⁴³ Uma interpretação de um enunciado é tida como a representação do ouvinte a uma representação pública de uma representação mental do falante.

Nada há de sobrenatural relacionado com a leitura mental investigada pela TR. Esta é uma característica da mente humana verificável em enunciados metarrepresentativos. Um enunciado como – Ana acha que João não gosta da professora de Latim – envolve, obrigatoriamente, um encadeamento lógico-causal complexo, no qual ambos os interlocutores se veem diante de uma situação comunicativa na qual o falante pensa que Ana pensa que João pensa algo sobre a professora de Latim. Enunciados como estes podem ter encadeamentos infinitos e são representações públicas sobre representações mentais de outrem. Este aspecto avaliativo e interpretativo acerca das concepções mentais alheias é intrínseco à comunicação humana e é notado pela TR.

Esta trincheira aberta pela TR foi mais amplamente vasculhada na formulação da

⁴³ Baron-Cohen (1995) descreve a habilidade mental de ‘ler mentes’ e a associa à comunicação. O autor descreve como o autismo aparenta estar relacionado à ausência de mecanismos para formar teorias da mente. Em parte, as evidências empíricas descritas pelo autor corroboram aspectos importantes da TR. Segundo Sperber & Wilson (2005: 250):

O elo entre leitura da mente e comunicação é confirmado pela abundância de evidências desenvolvimentais e neuropsicológicas. Todavia, a própria leitura da mente tem sido analisada por diferentes meios. Filósofos descrevem-na frequentemente como um exercício de raciocínio reflexivo (um processo central de pensamento, nos termos de Fodor), e muitas das observações de Grice sobre Pragmática são consistentes com isso.

Debates sobre as implicações da teoria da mente para a TR podem ser encontrados em Sperber & Wilson (2002); Wilson (2000). Além disso, Premack & Woodruff (1978) discutem se somente humanos possuem uma teoria da mente.

ER, modelo pelo qual as representações públicas e mentais são detalhadas a partir de um programa naturalístico para as ciências sociais. Vale lembrar que Sperber (1996, 2000) formula a ER a partir de rejeições a modelos que expõem a temática em termos de uma metáfora entre cultura e gene. Para ele, embora sejamos seres dotados biologicamente de aparatos para produzir e consumir cultura, a metáfora biológica para a evolução cultural tem limites. Embora seja uma teoria de cunho antropológico, a Linguística e as Ciências Cognitivas fornecem as evidências para um modelo no qual os fatores de disseminação cultural são observados a partir do inovador conceito de atração, em detrimento do conceito de replicação proposto no modelo memético e evolutivo de Dawkins (1976, 1982, 1986, 2006) e também defendido pelo filósofo Daniel Dennett (1996, 1998, 2000, 2001). O modelo proposto por Robert Boyd e Peter J. Richerson (1985, 2005; Richerson & Boyd 2004) embora tenha peculiaridades e resolva boa parte dos problemas ignorados pelas analogias biológicas, será considerado como uma abordagem similar à memética por não se preocupar com o caráter idiossincrático da cognição humana envolvido na cultura. Mas isso ocorre porque eles não têm a intenção de lidar com a questão da disseminação de ideias, mas sim em compreender como a cultura integra o mundo das coisas naturais.

2.1. O instinto linguístico e a capacidade à cultura

Já foi mencionado que o trabalho de Pinker é estreitamente vinculado à Psicologia Evolucionária. Agora, resta-nos descrever as implicações desta relação. Vamos considerar o tipo de questão levantada a partir da observação da mente como fruto da evolução. O viés evolucionário para a cognição considera que as diferentes espécies de animais sofreram pressões evolutivas diferentes e por meio da seleção natural, desenvolveram características únicas que garantem a elas o sucesso evolutivo. Existe uma compreensão errônea acerca da evolução segundo a qual evolução equivale à melhoria. Tal forma de compreensão tende a considerar algumas espécies melhores do que outras, sendo a nossa a melhor de todas. A evolução não é uma escalada rumo à inteligência humana. Ao contrário disso, a evolução é melhor compreendida nos termos de uma árvore evolutiva em que na ponta de cada galho estão as espécies existentes atualmente, tendo cada uma delas alcançado o sucesso evolutivo.

Desta maneira, algumas das adaptações que fazem parte do sucesso evolutivo

das espécies atuais são cognitivas. Isso quer dizer que assim como a mente humana foi moldada pela evolução para resolver problemas de maneira a nos tornar adaptáveis aos meios em que vivemos, a mente dos outros animais foi selecionada caso a caso a resolver demandas cognitivas de maneira igualmente satisfatória. Daí deriva-se um conceito mais amplo de cognição que pode ser entendida como a maneira pela qual animais percebem e processam informações do meio de forma a garantir sua sobrevivência da maneira mais relevante quanto possível. Embora seja uma obviedade, vale salientar que até mesmo os mais primitivos animais, como os vírus e bactérias, são eficazes em tarefas cognitivas concebidas desta maneira. Afinal, todos os animais percebem, de uma forma ou de outra, coisas do mundo que lhe são úteis.⁴⁴

Mesmo quando consideramos uma característica como a visão, que é compartilhada, por exemplo, pela maioria dos mamíferos, sabemos que as características visuais entre os mamíferos diferem de acordo com as espécies, há inclusive animais incapazes de se utilizarem da visão para promover a sua localização, como os morcegos, que desenvolveram a ecolocalização como estratégia similar à da visão. O sonar dos morcegos é um sentido que lhes proporciona o reconhecimento da localização do indivíduo em relação às presas e objetos em geral. Eles são animais que possuem hábitos noturnos e frequentam ambientes naturalmente desprovidos de luz. A visão pouco lhes ajuda em suas tarefas diárias, as pressões evolutivas que atuaram sobre os ancestrais dos morcegos atuais moldaram por meio de seleções sucessivas a habilidade de localização por meio de emissão de ondas ultra-sônicas e da percepção do eco desta onda ao refletir em algum objeto. A análise de diversos dados computados por este mecanismo permite aos morcegos serem adaptados à vida nos ambientes em que vivem.

A partir de uma perspectiva evolucionista, Pinker descreve o instinto da linguagem por meio de uma analogia entre a habilidade humana da linguagem com a habilidade de aranhas tecerem teias. Segundo ele:

A linguagem é uma habilidade complexa e especializada, que se desenvolve espontaneamente na criança, sem qualquer esforço consciente ou instrução formal, que se manifesta sem que se perceba uma lógica subjacente, que é qualitativamente a mesma em todo

⁴⁴ Podemos inclusive questionar se os vegetais e plantas também possuem cognição, afinal, até mesmo uma semente possui mecanismos de perceber as condições ambientais.

indivíduo, e que difere de capacidades mais gerais de processamento de informações ou de comportamento inteligente. Por esses motivos, alguns cognitivistas descreveram a linguagem como uma faculdade psicológica, um órgão mental, um sistema mental ou um módulo computacional. Mas prefiro o simples e banal termo “instinto”. Ele transmite a idéia de que as pessoas sabem falar mais ou menos da mesma maneira que as aranhas sabem tecer teias. (PINKER, 1994: 18)

Um instinto para a linguagem equivale a dizer que seres humanos não apenas são capazes de lidar computacionalmente (tal como descrito por Chomsky) de modo a gerar sentenças e perceber sentenças, pois uma adaptação verdadeira do ponto de vista cognitivo é moldada ao longo da evolução para a resolução de problemas. Da mesma forma que morcegos utilizam de diversas informações captadas do meio através de um biosonar para resolver um problema de localização e que aranhas utilizam diversas habilidades inatas para tecer teias, seres humanos se comunicam por meio da linguagem. O problema solucionado pela adaptação de um instinto da linguagem é o da comunicação humana, conceito muito mais amplo do que o de uma habilidade inata para o processamento sintático.

Paralelamente a esta abordagem observacional acerca da linguagem, de forma semelhante, Sperber (2000: 117) faz uma analogia evolutiva entre a característica única da comunicação humana com a ecolocalização dos morcegos:

Just as bats are unique in their ability to use echolocation, so are humans unique in their ability to use metarepresentations. Other primates may have some rather rudimentary metarepresentational capacities. We humans are massive users of metarepresentations, and of quite complex ones at that. We have no difficulty, for instance, in processing a three-tiered metarepresentations such as that expressed in (1).

Peter thinks that Mary said that it is implausible that pigs fly.

The fact that humans are expert users of metarepresentations is, I would argue, as important in understanding human behavior, as the fact that bats are expert users of echolocation is in understanding bat behavior.⁴⁵

⁴⁵ “Assim como os morcegos são únicos em sua capacidade de usar a ecolocalização, os seres humanos são únicos em sua capacidade de usar metarrepresentações. Outros primatas podem ter algumas capacidades metarrepresentacionais bastante rudimentares. Nós, seres humanos, somos usuários massivos de metarrepresentações, e de umas muito mais complexas que aquelas. Nós não temos nenhuma dificuldade, por exemplo, em processar uma metarrepresentação de três camadas, tal como expresso em (1).

Embora haja intuições diferentes nos trabalhos de Sperber e Pinker, é notável a semelhança entre os argumentos e conceitos expostos nas abordagens que defendem. Como aprofundaremos neste capítulo, enquanto Pinker visa construir um modelo para a mente e se utiliza de uma engenharia reversa da mente por meio da linguagem,⁴⁶ a abordagem de Sperber & Wilson conduz a teorias sobre os mecanismos cognitivos que garantem a comunicação humana. Embora ambas as abordagens se apoiem no mesmo rol de ciências para elaborar suas respectivas perspectivas, Pinker busca fazer uma descrição geral do funcionamento mental, enquanto Sperber e Wilson formularam uma teoria descritiva dos mecanismos cognitivos da comunicação.

Para deixar mais clara a diferença entre as abordagens, vamos utilizar a distinção proposta por Marcelo Dascal e José Borges Neto entre objeto observacional e objeto teórico:

O objeto observacional de uma teoria científica é o conjunto de fenômenos, a porção de realidade, que a teoria assume como seu objeto; o objeto teórico é a construção (o modelo) que o cientista idealiza como representação do objeto observacional. Por exemplo, a sintaxe estruturalista e a sintaxe gerativista, em princípio, podem ter o mesmo objeto observacional (o conjunto de sentenças bem-formadas que podem ser ditas em alguma língua); os objetos teóricos, no entanto, podem ser bastante diferentes: a sintaxe estruturalista vê as sentenças como cadeias estruturadas de palavras (ou morfemas) e sua tarefa é revelar essas estruturas, enquanto a sintaxe gerativista vê as sentenças como o resultado da aplicação de regras internalizadas (inatas, em parte). (BORGES NETO, 2010: edição eletrônica)

O mesmo pensamento elaborado pela dupla e exposto por Borges Neto pode ser aplicado nas teorias linguísticas de cunho cognitivo e que tem como objeto observacional a comunicação humana. As perspectivas teóricas propostas diferem ligeiramente em seus objetos observacionais, embora ambas sejam cognitivistas. Pinker espera observar a arquitetura mental utilizando-se da linguagem como produto da

Peter pensa que Mary disse que é improvável que os porcos voem.

O fato de que os seres humanos são usuários especialistas de metarrepresentações é, eu diria, tão importante para a compreensão do comportamento humano, como o fato de que os morcegos são usuários especialistas de ecolocalização é para compreender o comportamento dos morcegos.”

⁴⁶ Em Pinker (1998) o autor descreve os mecanismos de engenharia reversa da mente e inclui uma análise evolucionista para a linguagem como elemento fundamental desta metodologia de descrição da linguagem como objeto de estudo.

maquinaria mental, enquanto Sperber & Wilson buscam descrever mecanismos cognitivos que permitem que a comunicação se efetive. O resultado é que as abordagens expostas chegam a modelos diferentes, ou seja, como consequência, os objetos teóricos também diferem.

Contudo, diferir não significa invalidar, afinal, no caso em questão os modelos teóricos expostos parecem se complementar. De um lado há uma teoria ampla a respeito da mente humana, caracterizando-a como a sede de um conjunto de instintos que nos levam a solucionar problemas pelas maneiras que fazemos; por outro, uma abordagem ampla sobre a comunicação que descreve mecanismos básicos da cognição humana. Em consenso há a ideia de que inferências são necessárias para tornar funcionais os *inputs* de sistemas cognitivos. Da mesma maneira que a linguagem requer inter-relações entre domínios diferentes, diversos outros tipos estímulos exigem esta habilidade. Por exemplo, um módulo visual deve permitir que inferências sejam feitas a partir de um estímulo visual. Ver uma placa de trânsito e obedecer (ou não) à sinalização requer respostas rápidas e modulares. Como podemos observar, a noção fodoriana de que um sistema cognitivo inferencial não ‘invade’ módulos perceptivos também é incorreta. Afinal, vivemos em meios hipersaturados de informações potencialmente importantes, e, se nossas mentes não tivessem um mecanismo capaz de selecionar instintivamente as informações potencialmente mais relevantes, para se concentrarem em poucas, mas produtivas informações, nós seríamos condenados à inação. Daríamos a mesma importância para todos os estímulos ao nosso redor e teríamos sérias dificuldades em realizar as tarefas mais banais. A TR fornece uma resposta bastante satisfatória a essa questão, visto que a relevância parece ser um instinto geral da mente, e não apenas um princípio inferencial alheio à ação de módulos perceptivos.

A noção de que a mente possui mecanismos inferenciais é oriunda da Psicologia Evolucionária. Nos termos da TR, relevância é vista como um comportamento inato da mente, que visa obter o máximo de inferências válidas de um estímulo, com o mínimo de processamento mental. Já para Pinker, a linguagem é instintiva e fruto da mente. As afinidades de ambas as abordagens com a Psicologia Evolucionária ficam evidentes em Ermer et. al. (2006: 197):

There seems to be little doubt that the evolved architecture of the mind contains some inferential systems that are (relatively) content-free and domain-general, although even in these cases the inferential procedures involved appear specialized for solving particular adaptive

problems.⁴⁷

Segundo Tooby & Cosmides, é uma falácia não pressupor mecanismos de integração conceitual tal como as ciências sociais geralmente fazem. Teorizar a cultura humana sem conceber estruturas mentais apropriadas a isso é ignorar o que as ciências cognitivas conhecem a respeito do mesmo objeto. Além disso, estes autores argumentam que modelos pautados nessa descrição não poderiam ter sido originados pelo processo evolutivo, inviabilizando tais modelos de psicologia. Em Tooby & Cosmides (1992: 49), temos as seguintes afirmações:

[...] (1) the Standard Social Science Model's analysis of developmental or "nature-nurture" issues is erroneous; (2) the general-purpose, content-free psychology central to the SSSM could not have been produced by the evolutionary process and, therefore, is not a viable candidate model of human psychology; and (3) a psychology of this kind cannot explain how people solve a whole array of **tasks** they **are** known to routinely perform.⁴⁸

Não coincidentemente, Fodor está atualmente no centro de uma celeuma que envolve o evolucionismo, em particular o adaptacionismo. Seus argumentos contra a teoria de Charles Darwin residem na aleatoriedade da mutação genética e na centralidade que o meio exerce na teoria darwinista. Segundo Fodor, estes conceitos aproximam Darwin de uma abordagem behaviorista, restando aos organismos serem meramente responsivos ao meio. Com o intuito de promover seu livro 'What Darwin got wrong' (2010a), escrito em parceria com Piattelli-Palmarini, em entrevista a Julian Baggini publicada na revista eletrônica 'The Philosophers Magazine', Fodor (2010b) afirma:

⁴⁷ "Parece haver pouca dúvida de que a arquitetura evoluída da mente contém alguns sistemas de inferência que são (relativamente) livres de conteúdo e de domínio geral, embora, mesmo nesses casos, os processos inferenciais envolvidos parecem especializados em resolver determinados problemas adaptativos."

⁴⁸ "(1) a análise do Modelo Padrão Ciências Sociais de desenvolvimento ou as questões de "natureza-treinamento" estão erradas; (2) o propósito geral do SSSM, psicologia de conteúdo central livre, não poderia ter sido produzido através do processo evolutivo e, portanto, não é um modelo de candidato viável da psicologia humana, e (3) a psicologia deste tipo não pode explicar como as pessoas resolvem toda uma série de **tarefas** que **se sabe** que eles realizam rotineiramente."

Cabe salientar que foi mantida a sigla SSSM, proveniente do termo em inglês: *Social Sciences Standard Model's*. Os grifos são dos autores.

[...] why don't pigs have wings? You might think at first blush that the reason they don't is that there used to be pigs with wings, roughly speaking, very small ones maybe, and the environment selected against them for some reason or other and now they're all dead. Of course that's not what's happened. What's happened is that certain sorts of structures aren't possible for the organism. You just can't put a wing on a pig and have it work. And that's got nothing to do with environmental selection. You don't have to select against the organisms: the structures of the organisms involved simply prohibit them. [...] In the Darwinian story, all the structures come from the environment essentially. The organism is just a random generator of traits. Well, everybody knows now that that story isn't true. [...] So my guess is that much the same kind of worry that you have with Skinner, that is, that the structure of the creature is being underestimated, is also possibly true in the case of Darwin.⁴⁹

Os argumentos expostos pelo autor demonstram que ele se esforça bastante para imaginar maneiras errôneas de interpretar a teoria da evolução das espécies. Nenhum dos evolucionistas que conhecemos suporia que porcos não têm asas porque os que nasceram com asas não foram selecionados pelo ambiente. A ideia de que o adaptacionismo é um mecanismo que somente opera do meio em direção aos indivíduos é uma falácia, visto que o caráter randômico da seleção opera sobre características endógenas, ou seja, porcos não possuem asas porque o DNA dos porcos não apresenta as combinações possíveis ao surgimento de um gene para asas suínas. O caráter errôneo dos argumentos expostos se dá tanto pela compreensão de que a seleção natural só originou características que tornaram os indivíduos mais adaptados, quanto pelo fato de que órgãos complexos não surgem repentinamente como adaptações, mas sim, gradualmente (PINKER, 1994; DAWKINS, 1996, 2006a, 2007). O argumento se assemelha muito a outro, o que diz que seres vivos fazem sexo para propagar genes. Seres vivos fazem sexo com o objetivo de fazerem sexo, a reprodução é uma

⁴⁹ [...] “Por que não os porcos têm asas? Você poderia pensar à primeira vista que a razão de não possuírem é que costumava haver porcos com asas, talvez muito pequenas, de forma geral, e que o ambiente selecionou contra eles por uma razão ou outra, e agora eles estão todos mortos. Claro que não é o que aconteceu. O que aconteceu é que certos tipos de estruturas não são possíveis para o organismo. Você não pode colocar uma asa em um porco e isso dar certo. E isso não tem nada a ver com a seleção do ambiente. Você não tem que selecionar contra os organismos: as estruturas dos organismos envolvidos simplesmente as proíbi. [...] Na história darwiniana, todas as estruturas são provenientes do ambiente, essencialmente. O organismo é apenas um gerador aleatório de caracteres. Bem, agora todo mundo sabe que a história não é verdadeira. [...] Portanto, meu palpite é que muito do mesmo tipo de preocupação que você tem com Skinner, ou seja, que a estrutura da criatura está sendo subestimada, é também possivelmente verdadeira no caso de Darwin.”

eventualidade. Nós inclusive podemos escolher se queremos ter filhos ou não, e nós não estamos contrariando a evolução quando optamos por métodos contraceptivos, pois é a vontade de fazer sexo (e não a disseminação genética) a maneira pela qual o gene se expressa nos indivíduos. Inclusive, é curioso notar que em relação ao sexo, mesmo que tomemos medidas para não ter filhos, a população de humanos aumenta a cada ano, ao passo que a falta de apetite sexual se mostra um dos grandes problemas da preservação de ursos panda. O problema dos simpáticos ursos típicos da China não é a falta de compromisso com seus genes, mas sim a falta de libido. Não obstante, ao que parece, Fodor desconfia de Darwin porque, provavelmente, se o naturalista britânico estivesse vivo, a desconfiança seria mútua.

A questão fundamental que se coloca a uma teoria evolutiva da cognição é se mentes são maquinários programados a obter informações válidas do ambiente ou se são meros aparatos de percepção do ambiente. Como já dissemos, acreditamos que mentes, não apenas em seres humanos, são estruturas biológicas que possibilitam que os animais captem sinais externos e realizem as tarefas básicas para se manterem vivos. A questão se outros animais possuem mentes inferentes é mal formulada. A pergunta deve ser sobre quais os tipos de inferências que os outros animais devem produzir. A maneira pela qual seres humanos inferem sobre o mundo é inter-relacionando estímulos, conceitos e crenças. Resta-nos compreender como a mente constrói a cultura e não o contrário.

Pelo que foi exposto até aqui, propomos que a mente humana é uma mente crucialmente adaptada à vida cultural. Como portadores de aparatos cognitivos específicos a atuar culturalmente em um mundo manipulado, somos sentenciados a produzir e consumir cultura. Desde os primeiros instantes de vida somos forçados a interpretar o mundo. Utilizamos as emoções para interpretar as feições (KANWISHER et al., 1997; GAUTHIER & NELSON, 2001; de HAAN et al., 2002; BONATTI, 2002) que nos foram expostas nos primeiros momentos de vida. Quando deixamos (ou aparentamos deixar) de interpretar as coisas do mundo de maneira eficiente, nossa lucidez é posta em questão.

Conceber que relações entre diferentes domínios cognitivos são necessárias à cultura humana é o primeiro passo a compreender aspectos biológicos acerca da cultura humana. A mente cultural tem mecanismos inatos, tais como a linguagem, porém, há evidências de que nem todas as atividades culturais humanas são inatas. Adquirir

linguagem é um instinto em que naturalmente nos engajamos; segundo Pinker (2002), não é possível que um ser humano sem patologias cognitivas não venha a aprender a falar uma língua. Mas isso evidentemente não é verdade para o caso das artes em geral. Não aprendemos a demonstrar nossas representações artísticas intuitivamente. Pintar, fazer música, escrever poesia etc., entre tantas outras manifestações artísticas não são atividades em que naturalmente todos os seres humanos se engajam. Embora vez ou outra apareçam gênios artísticos que se dizem autodidatas, para a maioria dos artistas a execução eficaz de uma forma de arte depende de um laborioso percurso de aprendizado. Salientamos que formas de linguagem que não seguem o padrão normativo sugerido nas gramáticas não são sinônimas de ineficácia comunicativa, e que a competência linguística não se resume à adequação a parâmetros gramaticais normativos.

Isso não se dá apenas em relação à produção artística, o público de artes em geral também se engaja em um ‘aprendizado’ árduo, embora normalmente tido como prazeroso. Além disso, nem todas as pessoas do mundo se engajam em apreciar arte. Do ponto de vista cognitivo, isso sugere que humanos possuem redes neurais capazes de realizar habilidades artísticas, porém, diferentemente da linguagem, as redes neurais inatas ligadas às artes não parecem predispostas a adquirir o conhecimento necessário para que sejamos bons artistas ou bons apreciadores de arte. Ou seja, não parecem ser biologicamente ativadas. Entretanto, não queremos sugerir que as artes não possam ser explicadas do ponto de vista cognitivo e que sejam fenômenos inexplicáveis. Da mesma forma que podemos utilizar uma cadeira para apoiarmos nossos pés, uma nova característica biológica pode evoluir sem que tenha ocorrido um processo autêntico de adaptação. Assim como ossos da mandíbula de mamíferos se tornaram os ossos da audição (ou seja, foram recrutados a exercer outras funções), a mente artística parece ser um subproduto de uma mente cultural.

Em resumo, há fortes evidências que apontam que a arte deve ser uma característica fruto de uma exaptação que se utiliza de redes neurais específicas de nossa mente cultural. Como consequência desta hipótese surge uma questão a ser devidamente estudada: quais capacidades inatas seres humanos se utilizam para desenvolver cada uma das artes? Ou seja, de quais características adaptativas a exaptação se utiliza. Para tanto, não podemos nos desvencilhar do fato de que as artes são intrinsecamente produtos culturais. Cultura é o resultado obtido de atos humanos sobre os quais as

crenças acerca do mundo são requeridas. Ela possui uma história evolutiva, porém, fatos culturais não são seres biológicos, e, portanto, não estão sujeitos a pressões evolutivas.⁵⁰ Então qual deve ser a mola propulsora da evolução cultural?

Temos um palpite de que a relevância não só é uma característica geral da cognição humana, como também é uma das molas propulsoras da evolução cultural. A capacidade de inferir criativamente acerca das coisas do mundo é uma característica intrínseca da evolução cultural. Ao pensarmos em um fato cultural tal como moradias, podemos supor que conhecimentos de engenharia e arquitetura não estavam presentes em nossos ancestrais humanos que se abrigavam em cavernas. Da mesma forma que alguns animais fazem, nossos ancestrais deviam se abrigar intuitivamente em cavernas porque estas eram as únicas moradias que o mundo natural nos oferecia. Porém, em algum momento nossos ancestrais passaram a utilizar coisas do mundo natural para construir moradias. A capacidade de inferência parece determinante para que a nossa espécie possa criar o tipo de coisas que criamos no mundo.⁵¹

Acreditamos que a maximização da relevância é que possibilita o gatilho por trás da evolução de nossas moradias. Até hoje esta história evolutiva está intimamente associada a um processo de inferir novas coisas a respeito do conceito moradia. Empresas criam novos materiais de construção, arquitetos criam novos conceitos sobre a estética dos ambientes, engenheiros sugerem maneiras mais eficientes de concretizar projetos cada vez mais audaciosos etc. Visto desta maneira, seres humanos parecem dotados do poder de impor forças exaptativas ao mundo natural. Esta abordagem prevê que o mundo cultural é parte do mundo natural, e sofre pressões naturais para evoluir. Essas pressões são frutos diretos de nossa cognição, que maximiza a relevância das informações que obtemos das coisas do mundo natural. A correlação entre a força exaptativa da mente humana e relevância está no fato de que não só os estímulos ostensivos produzem expectativas de relevância. Em Sperber & Wilson (2005: 223), temos a seguinte afirmação:

Que tipos de coisas podem ser relevantes? Intuitivamente, relevância é

⁵⁰ O que não quer dizer que não sejam fatos do mundo natural.

⁵¹ Não consideramos que apenas seres humanos sejam capazes de exercer forças exaptativas na natureza, mas é indiscutível que nossa espécie é atualmente totalmente imersa em ambientes que são completamente modificados e exaptados.

uma propriedade potencial não somente de enunciados e outros fenômenos observáveis, mas de pensamentos, memórias e conclusões de inferências. Nos termos da Teoria da Relevância, qualquer estímulo externo ou representação interna que fornece um input para processos cognitivos pode ser relevante para um indivíduo em algum momento.

Tomemos o caso da história evolutiva da música: novos instrumentos e estilos surgem a cada dia. Compositores parecem obcecados pela inovação, estilos musicais surgem de rearranjos tanto musicais quanto conceituais. A ‘gramática musical’ cria novos sotaques e palavras todos os dias. Em “Argumento”, Paulinho da Viola expõe a turbulência que é o mar da inovação no Samba:

Tá legal, eu aceito o argumento
Mas não me altere o samba tanto assim
Olha que a rapaziada está sentindo a falta
De um cavaco, de um pandeiro ou de um tamborim

Inovações estéticas tendem a produzir segmentação do público de arte. Nem todo roqueiro gosta de todos os estilos de Rock, da mesma forma, nem todo fã de Samba gosta de todos os estilos de Samba. Mas qual seria a motivação de compositores sambistas em criar novos estilos de Samba? Isso se deve ao fato de que uma composição é uma representação pública, e assim como uma sentença carrega em si a presunção de sua relevância ótima, um compositor expressa pela composição a representação pública que julga ser potencialmente mais relevante. Portanto, uma música é a exposição pública de uma representação musical particularizada.

Compositores e intérpretes buscam agregar concepções próprias a respeito do mundo musical às suas composições e interpretações. Mas isso não quer dizer que sejam os únicos a sentir emoções geradas por músicas e a conceber peculiaridades sobre fatos musicais. Ouvintes de música não expressam suas intuições musicais por meio de música, mas ao invés disso, eles falam sobre ‘coisas musicais’. Da mesma forma que todo brasileiro se transforma em técnico de futebol durante a Copa do Mundo, ouvintes de música criam convicções próprias a respeito de estilos musicais. A linguagem é a maneira pela qual eles expressam tais concepções. É um tanto óbvio que compositores também são ouvintes e fãs de música. Não à toa, letras de canções que têm o assunto música como principal são frequentes. Falar sobre música parece ser um ingrediente

fundamental para a disseminação de músicas como coisas do mundo cultural. Isso nos indica não só que a linguagem possui um papel crucial nos eventos que tornam a evolução musical possível, mas também que o processo de inferir coisas relevantes acerca dos estímulos do mundo é um instinto que abrange tanto os sistemas neurais que são inatos, quanto os que não são.

Ouvintes de música inferem coisas relevantes a respeito de músicas não porque possuem uma capacidade inata a aprender sobre música, mas sim porque possuem uma capacidade inata de inferir sobre as coisas do mundo. Visto que a mente humana é naturalmente produtora de diversidade cultural, passaremos a nos debruçar sobre os mecanismos de estabilização e de diversificação que estruturam a cultura humana. Para tal, iniciaremos essa discussão expondo um conceito proposto na TR: o de ambiente cognitivo.

2.1.1. Estabilidade, diversidade e o ambiente cultural

Temos argumentado que crenças compartilhadas a respeito de um fato o tornam um fato cultural. Sperber & Wilson (1995; 2005) demonstraram que um *background* cognitivo é sempre necessário à efetivação da comunicação. Uma sentença simples pronunciada à mesa do jantar como – “Por favor, me passe o sal” – requer que o saleiro esteja visível (ou presumivelmente acessível) aos membros da conversação. Não só a percepção compartilhada é um tipo de ambiente cognitivo, como também a suposição de que conceitos e fatos culturais são mutuamente manifestos. Suponha a seguinte sentença – “A França perdeu a cabeça na final contra a Itália” – ela só pode ser interpretada como uma ironia por pessoas que saibam que no final da Copa do Mundo de 2006, o principal jogador da seleção francesa, Zinedine Zidane, foi expulso após dar uma cabeçada no zagueiro da seleção italiana, Marco Materazzi, e que a França perdeu a final contra a Itália. Isso demonstra que as expectativas de relevância de uma manifestação pública necessitam de ambientes cognitivos prósperos para ‘vingar’. Se os membros da conversação forem completamente desprovidos de conhecimentos e de interesse sobre futebol, provavelmente a sentença não produzirá os efeitos cognitivos desejados pelo falante. O caráter ostensivo de falantes faz com que a fala seja portadora de uma manifestação que os falantes julgam ser passíveis de serem representadas por seus ouvintes. Sperber & Wilson (1995: 39) definem um fato manifesto da seguinte

forma:

A fact is **manifest** to an individual at a given time if and only he is capable at that time of representing it mentally and accepting its representation as true or probably true.⁵²

Ou seja, a ironia da sentença sobre o craque franco-argelino só é manifesta a pessoas que podem aceitar tal sentença como irônica. Além disso, ambientes cognitivos são tipicamente únicos e idiossincráticos, pois como os autores definem: “*A cognitive environment of an individual is a set of facts that are manifest to him*” (Ibidem: 39).⁵³ Ou seja, segundo os autores, a relevância de uma manifestação pública varia individualmente, porque a gama de coisas que são manifestas a cada ser variam individualmente. Uma mesma sentença gera expectativas diferentes de relevância nos ouvintes que a percebem porque é uma via de mão dupla; de um lado o falante julga ter manifesto algo da maneira mais relevante e exposto ostensivamente suas expectativas de gerar um estado mental intencionado, por outro, ouvintes julgam que a interpretação que fazem é a mais adequada. Para ilustrar esse fato de maneira extrema, vamos criar uma história contextual, uma série de fatos que são manifestos a um hipotético homem que chamaremos de Carlos:

(5) (a) Carlos é amigo de Pedro.

(b) Carlos sabe que Pedro saiu com uma garota na noite anterior.

Pedro diz a Carlos: “A garota com quem eu saí ontem é uma depravada.” Se o ambiente cognitivo de Carlos for restrito a estas manifestações, a relevância máxima que ele obterá será bem diferente da que resultará se as três manifestações seguintes forem acrescentadas às anteriores:

(6) (a) Carlos é irmão de Maria.

(b) Carlos sabe que Maria saiu na noite anterior com Pedro.

(c) Carlos sabe que Pedro não sabe que Maria é sua irmã.

⁵² “Um fato é manifesto a um indivíduo em um determinado momento se, e somente ele é capaz nesse momento de representá-lo mentalmente e aceitar a representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira.”

O grifo é dos autores.

⁵³ “Um ambiente cognitivo de um indivíduo é um conjunto de fatos que são manifestos a ele.”

Neste exemplo fica fácil de perceber que expectativas de relevância não ocorrem de maneira unilateral, no sentido do falante para o ouvinte. Na situação apresentada, Carlos tem dois ambientes cognitivos diferenciados que o levam a inferir a manifestação de Pedro da maneira mais favorável a ele, ouvinte, e não em relação às expectativas de relevância de Pedro, o falante. Ou seja, Pedro não quis dizer que a irmã de Carlos é pouco recatada, mas Carlos, conhecendo as informações em (6a), (6b) e (6c), possui todas as evidências para inferir que Pedro pensa isso a respeito dela. Mesmo que a sentença não contenha a proposição e não intencione a interpretação do ouvinte, não há como impedir que o fato tenha se tornado manifesto ao ouvinte. Isto acontece porque o termo ‘garota’, muito embora tenha o mesmo sentido para os dois interlocutores envolvidos, não possui uma referência compartilhada por eles. Pela perspectiva de Pedro, o termo se referia a uma garota qualquer, que ele julgava desconhecida de Carlos. Porém, este último não só conhecia a garota, mas também conhecia informações cruciais para inferir que ‘garota’ referia-se a sua irmã. Em resumo, isso quer dizer que o nosso ambiente cognitivo faz com que o efeito mental causado por um estímulo torne variáveis as expectativas de relevância deste estímulo, de acordo com a quantidade e o tipo de atos manifestos que constituem o nosso ambiente cognitivo. Convém lembrar que um fato se tornar manifesto a alguém não significa que esse alguém não possa estar equivocado. Ter evidências de que algo é verdadeiro não equivale ao acesso à verdade factual, pois como bem lembram Sperber & Wilson (eodem loci): “[...] *as we well know, mistaken assumptions are sometimes very well evidenced*”.⁵⁴

Acreditamos que estes conceitos (fato manifesto e ambiente cognitivo) também devem ser considerados propícios a lidar com a cognição musical. Neste ponto de vista, um ouvinte de música infere que está tocando em um bar um determinado estilo, porque seu ambiente cognitivo assim lhe permite. Nosso ambiente cognitivo musical é modificado a cada informação sobre as músicas que nossa mente musical é exposta. Ao longo de nossa vida de ouvintes de música vamos inter-relacionando conhecimentos diversos para elaborarmos nosso ambiente cognitivo musical. Os valores e significados que depositamos em fenômenos culturais são resultados de redes de relações causais idiossincráticas, computadas mentalmente com a finalidade de nos possibilitar as interpretações de tais fatos que nos pareçam mais adequadas.

⁵⁴ “Como todos sabemos, assunções erradas às vezes são muito bem evidenciadas.”

Esta descrição é aparentemente dissonante de um dos princípios básicos da TR, o de que a relevância é uma característica guiada por uma tendência de utilizar o mínimo de esforços para obter o máximo de relevância. Os procedimentos de compreensão à luz da relevância predizem que um ouvinte não utiliza energia desnecessária. Segundo os autores da teoria, para que um ouvinte infira o máximo de coisas com o menor dispêndio energético é necessário que ele, em primeiro lugar: “Siga um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas [...] em ordem de acessibilidade”; e que ele: “Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas.” (Idem, 2005: 232).

Porém, temos que considerar que ‘esforço mínimo’ não necessariamente significa ‘pouco esforço’. Basta lembrar quão dispendiosa é a aquisição de todos os conceitos necessários para compreender uma teoria científica e percebemos facilmente que nem todos os elementos do mundo cultural são facilmente desvendados e interpretados. Quando sentimos necessidade de buscar novos conceitos para compreender uma teoria, ela se torna um enigma insolúvel até que disponhamos do conhecimento que julgamos necessário. O fato de reconhecermos que nos faltam algumas peças para completarmos o quebra-cabeças faz com que paremos de gastar energia de maneira inútil, embora vez ou outra a questão nos volte à mente, deixamos que ela retorne a uma espécie de modo de espera. Ao passo em que tomamos conhecimento de mais peças, vamos tornando o quebra cabeças mais visível.

É o que ocorre muitas vezes com as piadas. Nem sempre possuímos o repertório necessário para concluir satisfatoriamente a relevância ótima de uma piada. De vez em quando podemos nos lembrar da piada, porém, na medida em que perder tempo tentando entender a piada supera em esforço os benefícios que esperamos obter como resultado, nós paramos de nos concentrar nela. Porém, eis que em algum dia tomamos conhecimento de um fato que era necessário para compreensão da piada e se voltarmos a nos lembrar dela, e de fato ela for engraçada, enfim poderemos rir e colher os benefícios das computações mentais realizadas. O caráter mínimo de um processamento deste tipo está no fato de que não ficamos ‘travados’, de maneira obsessiva, tentando responder questões que não serão respondidas. Além disso, nem sempre temos a intenção de resolver uma incongruência quando adquirimos o conhecimento que irá nos propiciar um ambiente cognitivo suficientemente capaz de resolver a incongruência, mas quando a questão volta à tona e as expectativas de relevância são satisfeitas, a

incongruência deixa de existir. Nestes termos, o esforço descrito foi mínimo, embora não tenha sido pouco. A apreciação artística também requer esforços cognitivos razoavelmente complexos. Porém, assim como quando não possuímos todas as informações contextuais para compreender adequadamente um determinado estímulo comunicativo, a apreciação estética se constrói ao longo das vidas dos indivíduos. Além disso, desde o século XX as artes são ‘armazenáveis’. Com o advento das tecnologias de reprodução de mídias podemos nos dar o direito de armazenar arte em nossas casas. Isso acarreta experiências estéticas recursivas e enriquecedoras ao longo da vida de um ser humano.

Devemos salientar que a expressão ‘conhecimento musical’ não deve levar a entender que ouvintes de música tenham conhecimentos de música tal como músicos. Ela leva em consideração o fato de que somos eficientes em etiquetar e rotular estilos musicais. Embora seja possível descrever uma característica sintática em músicas, isso evidencia que processamentos musicais não são gerativos, pois há saberes musicais diferentes: há o saber fazer música e há o saber ser ouvinte de música. Análises semióticas sobre música tendem a considerar este conhecimento do ouvinte como fruto da decodificação de ‘comunicados musicais’. Segundo estes modelos, músicas possuem uma gramática que revela um significado. O linguista Luiz Tatit (1994, 1997) se dedica a aplicar modelo semiótico francês na análise comunicacional de música. O chamado **quadrado semiótico** proposto pelo semioticista Algirdas Julien Greimas (1987; GREIMAS & FONTANILLE, 1993) é o instrumento em que Tatit se embasa. Para ele:

É comum alguém dizer que ouviu um samba de Tom Jobim, um *rock* dos Titãs ou mais uma canção de Roberto Carlos. Todas essas designações de gênero denotam a compreensão global de uma gramática. Significa que o ouvinte conseguiu integrar inúmeras unidades sonoras numa seqüência com outras do mesmo paradigma. Sambas, boleros, *rocks*, marchas... são ordenações rítmicas gerais que servem de ponto de partida para uma investigação da composição popular. (Tatit, 1997: 101).

Porém, a analogia de uma ‘gramática musical’ é errônea dentro da concepção de uma gramática gerativa, pois ela não leva em consideração o caráter gerativo exposto por Chomsky em sua gramática universal da linguagem. Se o conhecimento musical fosse gerativo, seríamos todos programados a aprender a sermos músicos apenas porque ouvimos músicas. Entre outras coisas, essa característica não-gerativa de uma gramática

musical parece indicar a saliência social das manifestações musicais. O que quer dizer que o código não é um caminho plausível para a investigação da comunicação musical. Ao invés da abordagem comunicativa tradicional, pautada no código (assim como a Semiótica) a abordagem da TR nos indica que a comunicação por meio de música ocorre não por decodificação de uma mensagem codificada, mas sim porque somos cognitivamente pré-programados a buscar as melhores e mais eficazes maneiras de interpretar nosso mundo. Segundo Sperber & Wilson (1995: 38):

All humans live in the same physical world. We are all engaged in a lifetime's enterprise of deriving information from this common environment and constructing the best possible mental representation of it. We do not all construct the same representation, because differences in our narrower physical environments on the one hand, and in our cognitive abilities on the other. Perceptual abilities vary in effectiveness from one individual to another. Inferential abilities also vary, and not just in effectiveness. People speak different languages, they have mastered different concepts; as a result, they can construct different representations and make different inferences. [...] Hence, even if they all shared the same narrow physical environment, what we propose to call their 'cognitive environment' would still differ.⁵⁵

Portanto, acreditamos que uma música comunica coisas não porque ouvintes de música sejam capazes de decodificar a 'gramática musical', mas porque são naturalmente inferentes. Mesmo que os conhecimentos musicais não sejam processados de maneira gerativa, nossa habilidade cognitiva de buscar 'construir a melhor representação mental' de um fato é a força motriz do que entendemos ser uma espécie de comunicação musical que fica evidente na capacidade que ouvintes de música possuem em etiquetar e reconhecer estilos musicais, e de inferir coisas a respeito das músicas que ouvem. Como veremos no próximo capítulo, o conhecimento musical do ouvinte (embora não possa se tornar público por meio de uma música) fica evidente em um hábito muito comum entre ouvintes de música: falar sobre música. Como será

⁵⁵ “Todos os seres humanos vivem no mesmo mundo físico. Estamos todos empenhados em um empreendimento de toda uma vida de obtenção de informações a partir deste ambiente comum e construir a melhor representação possível mental dele. Nós todos não construímos a mesma representação, por causa das diferenças em nossos ambientes físicos restritos, de um lado, e por nossas habilidades cognitivas, de outro. Habilidades perceptuais variam em eficácia de um indivíduo para outro. Habilidades inferenciais também variam, e não apenas na eficácia. As pessoas falam diferentes idiomas, possuem conceitos principais diferentes, como resultado, elas podem construir diferentes representações e fazer inferências diferentes. [...] Assim, mesmo que todas elas compartilhassem o mesmo ambiente físico restrito, o que nos propomos a chamar de 'ambiente cognitivo' delas continua a ser diferente.”

demonstrado, falar sobre música não é necessariamente algo que tem como temática a música em si, mas principalmente as crenças que se relacionam a determinados estilos musicais. Desta forma, determinado estilo, de acordo com cada indivíduo, pode ser brega, emotivo, revolucionário, dançante, alegre, triste, motivador etc. O falar sobre música parece ter um papel essencial na disseminação de estilos musicais não porque dissemina um som, mas sim por tornar pública uma crença sobre música.

O fato de características evolutivas, que evoluíram por exaptação, não terem sido moldadas como resposta a pressões exercidas pelo meio não implica que tais características não sejam funcionais. Obviamente, acreditamos que as artes em geral (e a música em específico) cumprem inúmeras funções culturais. Porém, há indícios que nos levam a sugerir que as artes não são pré-programadas mentalmente, mas sim, resultado de uma história cultural comum em relação ao mundo artístico. Uma história em que ouvintes de música retroalimentam as representações musicais, empenhando suas crenças pessoais de maneira inter-relacionada à materialização sonora de músicas. A característica comum que parece estar presente tanto nos conhecimentos musicais de músicos e de ouvintes é a de inferir a respeito de música. Embora não tenhamos aparatos mentais gerativos e inatos para música, temos habilidades que, entre outras coisas, nos permitem criar e ouvir sons musicais. Entre outros, o aparato cultural – que possibilita que façamos inferências sobre todos os tipos de estímulos que nos cercam – também parece ser um aparato geral da mente artística. Já a linguagem é um mecanismo de construção de ambientes cognitivos (indivíduos ouvintes de música) nos quais as músicas se disseminam.⁵⁶

2.2. Modelos Teóricos da Transmissão Cultural

⁵⁶ No próximo capítulo demonstraremos que há inúmeras evidências que apontam para o ritmo como sendo uma característica compartilhada tanto pela sintaxe linguística, quanto pela sintaxe musical. Porém, isso não é suficiente para caracterizarmos o aparato cognitivo da linguagem como capaz de possibilitar processamentos gerativos de música. Afinal, há outros elementos estruturais em uma música, ritmo é apenas um deles. Demonstraremos também que o reconhecimento das funcionalidades dos elementos musicais não rítmicos parece ser diretamente relacionado ao grupo social que os produz. Se as evidências nos apontam a um modelo teórico correto, isso implica em dizer que há tanto conhecimentos musicais inatos (fruto de adaptação) quanto os sociais (fruto das pressões exaptativas de mentes humanas). Dentro desta perspectiva, podemos considerar que a competência de um ouvinte de música deve aliar os conhecimentos inatos a conhecimentos culturais para realizar uma adequada significação, o que indica que, embora não sejam estruturas portadoras *a priori* de conteúdos proposicionais, músicas adquirem conteúdos proposicionais na medida em que são vivenciadas culturalmente por indivíduos socialmente engajados.

Até agora, a mente artística foi descrita como uma tecnologia⁵⁷ que produzimos com os aparatos inatos que possuímos (a nossa mente cultural). Em seguida, nós passaremos a nos concentrar não mais em uma descrição naturalística, mas sim em uma analogia: a de que mentes são como ambientes nos quais ideias obtêm êxito ou não. Esta definição leva em consideração a suposição de que, num mundo hipersaturado de manifestações de ideias, representações concorrem por maior grau de disseminação. Para introduzir o debate que nos interessa com essa analogia, devemos dizer que um (arte)fato cultural ‘morre’ quando ele não existe em mentes de pessoas. O que quer dizer que, em uma abordagem comunicativo/cognitiva, a evidência empírica pouco deixa de relato em relação à existência de algo que foi compartilhado mentalmente por pessoas de um dado grupo social. Compartilhar o fato não significa compartilhar inferências. Culturalmente, o conceito de um Deus existe tanto a ateus quanto a cristãos, as inferências a respeito de um criador é que são divergentes.⁵⁸ Porém, ao propor uma analogia da sobrevivência e evolução de fatos culturais, devemos considerar o seguinte: acontecimentos culturais são exatamente como genes e, portanto, evoluem por meio de seleções naturais ou há limites na analogia e devemos buscar a entender os mecanismos próprios pelos quais ‘a vida cultural’ evolui?

Temos argumentado até agora neste capítulo que não só a mente artística é uma exaptação, mas que também os fatos culturais (frutos de uma mente adaptada) são frutos

⁵⁷ O termo tecnologia utilizado como referência às capacidades mentais artísticas remonta à descrição de Pinker (1998). Embora sob outro viés (o de que a estética artística é parasitária dos circuitos neurais de prazer), esta abordagem corrobora a concepção de exaptação para a evolução de uma mente artística. Sobre esta questão, Cross (2007, 2008, 2009) teoriza que a música deve ser uma exaptação resultante de processos de progressiva altricialização (períodos iniciais da vida em que as mães protegem a prole) das linhagens evolutivas mais recentes entre os homínídeos. Nussbaum (2007) argumenta a favor de uma exaptação cultural para postular sobre estética e representação mental. Consideramos a nossa hipótese consistente com a maioria destas posições, apenas achamos ser necessário distinguir entre uma mente cultural e uma mente artística (estética).

É também importante apontarmos que a própria habilidade mental linguística deve ter surgido de exaptações, porém, ao longo da evolução da linguagem, tal habilidade se tornou tão saliente devido a pressões evolutivas, que acabou se tornando um diferencial entre os nossos antepassados não humanos. O que é diferente no caso da evolução das artes, visto que a competência artística não parece ser universal. O que parece universal em relação às artes é a capacidade de nos engajarmos culturalmente em relação a elas. Assim, supomos plausível a ideia de que este instinto cultural/linguístico saliente de nossa espécie deve ser resultado de uma estratégia de adaptação de sucesso, enquanto as artes são frutos diretos desta característica.

⁵⁸ O que curiosamente parece corroborar o bordão – “Falem mal, mas falem de mim” – como uma estratégia eficaz de disseminação de um conceito. Melhor uma ideia ‘viva’, mesmo que relacionado a representações negativas, do que um conceito ‘extinto’, do qual ninguém pode imaginar as representações que lhe cabiam.

de pressões exaptativas (ou seja, da capacidade de inferir funções novas a partir de estruturas já conhecidas). Dentro desta abordagem, seleção não parece ser o termo mais apropriado a uma compreensão da evolução cultural (e consequentemente, artística). Um termo proposto por Sperber (1996) nos parece muito mais adequado ao caso em questão. Para ele, a pressão exaptativa que mentes humanas exercem sobre fatos culturais parecem muito melhor descritas pelo conceito de **atração**. Entretanto, antes de nos dedicarmos a descrever o conceito, vamos passar a descrever a abordagem genética proposta pelo filósofo Dawkins, chamada de modelo memético. Faremos uma breve descrição de conceitos e analisaremos as implicações diretas que eles ocasionam a um modelo de transmissão e evolução de fatos culturais.

2.2.1. Dawkins e o modelo memético

Dawkins carrega sobre si o peso dos autores seminais. Por um lado, acaba sempre sendo referência no assunto, por outro, é sempre alvo de críticas oriundas de novos modelos. Em “O gene egoísta” (2007) o autor apresentou o seu conceito de evolução e transmissão cultural e cunhou o termo ‘meme’⁵⁹. Para ele:

A maior parte daquilo que o homem tem de pouco usual pode ser resumida em uma palavra: “cultura”. A transmissão cultural é análoga à transmissão genética, no sentido de que, apesar de ser essencialmente conservadora, pode dar origem a uma forma de evolução. (Dawkins, 2007: 325).

Designar a evolução cultural como ‘conservadora’ é bem conveniente para o modelo que Dawkins propõe. A maneira pela qual a teoria memética se articula pressupõe que uma ‘unidade cultural’ possa ser imitada (replicada) em mentes de seres humanos. Argumentaremos posteriormente de forma contrária a essa afirmação. Por ora, vamos apenas indicar que consideramos que replicação é um conceito equivocado quando lidamos com fatos culturais. Como já afirmamos várias vezes, fatos culturais são dependentes de indivíduos que possuam crenças a respeito do fato em si. Ou seja, embora sejam compartilháveis, sobretudo são fenômenos idiossincráticos. Também já

⁵⁹ Dawkins criou o termo meme a partir do termo grego *mímesis* (imitação). Para ele, a analogia MEME = GENE se deve a uma suposta característica replicadora de ideias em disseminação.

demonstramos que o conjunto de fatos manifestos que formam os ambientes cognitivos nos quais fatos culturais ocorrem são eventos individuais. Portanto, não seria razoável se considerássemos que um fato cultural seja replicável. No entanto, para Dawkins, esta característica se mostra fundamental para o modelo memético. Segundo o autor:

The central question for the meme theory is whether there are units of cultural imitation which behave as true replicators, like genes. I am not saying that memes necessarily 'are' close analogues of genes, only that the more like genes they are, the better will meme theory work;⁶⁰ (Idem, 2006: 191).

Para satisfazer a sua analogia evolutiva, Dawkins lança mão do conceito de imitação. Análogo ao de replicação, este processo ocorre, segundo o autor, porque unidades de cultura “se propagam no *pool* de memes saltando de cérebro para cérebro” (Idem, 2007: 330). Paradoxalmente, o próprio autor reconhece problemas em depender de uma característica replicável para unidades de cultura. Segundo ele:

À primeira vista, os memes não são, de forma alguma, replicadores de alta-fidelidade. Cada vez que um cientista ouve uma idéia e a transmite a outra pessoa, provavelmente a modifica em algum grau. (Ibidem: 334).

Além do paradoxo da replicabilidade de unidades culturais, uma questão que fica pendente na visão de Dawkins é sobre a aleatoriedade típica da mutação em evoluções biológicas. Segundo as ideias que expusemos até aqui, seres humanos possuem naturezas modificadoras, e esta característica (que até mesmo Dawkins observa) parece estar intimamente associada a manifestações intencionais. Novas formas e técnicas de construção civil, por exemplo, não são aleatórias. É claro que as descobertas repentinas e surpreendentes fazem parte da vida cultural humana, porém, como nós temos demonstrado, as evoluções culturais não ocorrem impulsionadas pela aleatoriedade (tal como uma mutação genética que acarrete em uma nova característica biológica), mas sim pela aptidão humana de intencionalmente exercer forças exaptativas

⁶⁰ “A questão central para a teoria do meme é se existem unidades de imitação cultural que se comportam como verdadeiros replicadores, como genes. Eu não estou afirmando que necessariamente memes “são” análogos próximos de genes, só que quanto mais parecido com genes eles são, melhor será o trabalho teoria do meme;”

na natureza. Dos primeiros tipos de abrigos de nossos ancestrais aos modernos edifícios de Dubai, a intenção de indivíduos e comunidades está manifesta, faz parte do processo. Do ponto de vista de Dawkins, a novidade cultural é ocasional, ideias nascem por acaso e são reproduzidas nas mentes de pessoas. Para nós, mesmo quando surge como um elemento aleatório, a novidade cultural ocorre e se efetiva em cada nova transmissão de um fato cultural. Portanto, a concepção memética concebe que a imitação de comportamentos é a base da transmissão cultural. A figura a seguir esquematiza esta concepção:

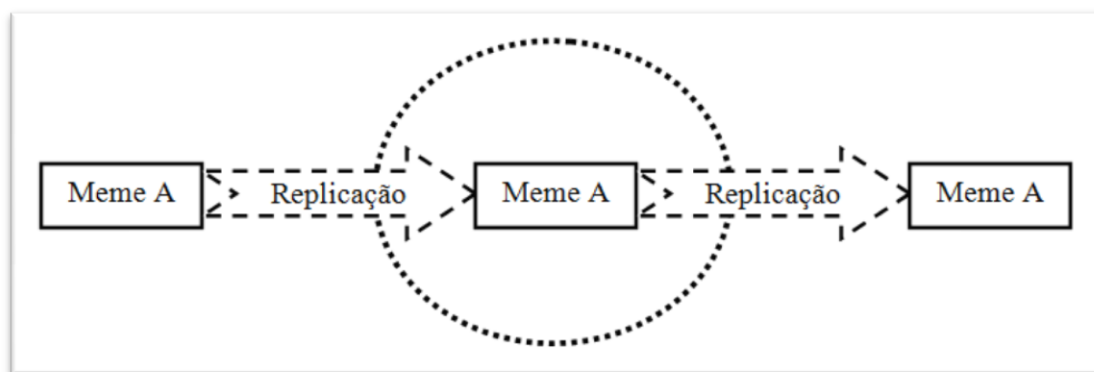


Figura 2 – Disseminação de memes: replicação (imitação de comportamento cultural) determina a distribuição dos memes

Imitação de comportamentos não é um termo adequado para descrever o comportamento determinados comportamentos culturais. Tomemos a linguagem como exemplo. A Pragmática tem demonstrado de maneira empírica e experimental alguns de seus conceitos mais peculiares, e entre eles está o de que ouvintes ‘leem as mentes’ (*mind-reading*) dos falantes. Tanto para a filosofia da Conversação proposta por Grice, quanto na TR, uma sentença é compreendida como uma manifestação de uma intenção comunicativa. Ouvintes inferem a intenção do comunicador utilizando-se de todas as evidências que possuem, entre elas, a sentença. A capacidade de inferir é crucial na capacidade cultural de comunicar e não deve ser deixada de lado. Segundo Origgi & Sperber (2000: 150):

Most current discussions of the evolution of language give little or no place to pragmatics, and explicitly or tacitly accept the code model of linguistic communication. Human languages are seen, precisely, as a rich kind of code that allows for the encoding and decoding of any

communicable thought. [...] A perfect code is one without ambiguity. [...] Simple perfect codes are common in animal communication. [...] Human languages are obviously not perfect codes. Typical sentences contain multiple ambiguities.⁶¹

Dawkins é um estudioso que pouco se preocupou com o tipo de conceitos desenvolvidos pela Pragmática, e com a capacidade humana de inferir coisas. A detecção de uma mentira linguística demonstra perfeitamente que o conteúdo de uma unidade cultural linguística (ou seja, sua manifestação comunicativa) não é uma replicação de conteúdos. Ouvintes têm intenções também e a capacidade de inferir que uma sentença é mentirosa é uma demonstração disso. Isso sugere que ouvintes buscam recriar as intenções comunicativas do falante não porque são benevolentes, mas porque querem se beneficiar com as conclusões que tiram. Cosmides & Tooby (2008; COSMIDES et al., 2005; ERMER, COSMIDES & TOOBY, 2007; ERMER et al., 2006; TOOBY & COSMIDES, 1990) e colaboradores demonstraram que a detecção da trapaça é uma importante característica genética (portanto inata) da cognição humana. Quando um ouvinte detecta uma trapaça linguística ele não está simplesmente recriando um conteúdo expresso pelo falante, mas sim inferindo a melhor conclusão que pode obter do fato, ou seja, está criando uma nova representação para o conteúdo expresso. Da mesma forma que ouvintes intencionam obter interpretações relevantes das sentenças às quais são expostos, também a intenção fará parte do processo de disseminação de um fato cultural quando o ouvinte se tornar falante sobre o fato. Um exemplo comum é o humor: se escutarmos uma piada e a acharmos engraçada é provável que queiramos disseminá-la, contá-la a nossos conhecidos e amigos; em contrapartida, se a acharmos uma piada infame, dificilmente seremos disseminadores da piada (a não ser, claro, se desejarmos propositalmente soar como infames). Em nenhuma das situações, achando a piada engraçada ou infame, estaremos atuando como meros replicadores.

De certa forma, a abordagem de Dawkins, embora proponha a concepção de

⁶¹ “A maioria das discussões atuais sobre a evolução da linguagem dá pouco ou nenhum lugar para pragmática, e explícita ou tacitamente aceita o modelo de código de comunicação linguística, línguas humanas são vistas, justamente, como uma espécie de código rico que permite a codificação e decodificação de qualquer pensamento transmissível. [...] Um código perfeito é aquele sem ambiguidade. [...] Códigos perfeitos simples são comuns na comunicação animal. [...] Línguas humanas são obviamente códigos não perfeitos. Frases típicas contêm ambiguidades várias.”

evolução cultural, parece ignorar também as discussões sobre cognição humana. Para o autor, a cultura é algo que se impõe aos indivíduos, replicadores de fatos culturais. Paradoxalmente, não são dadas explicações causais e naturais para a cultura. Portanto, passaremos a descrever uma alternativa teórica que julgamos mais adequada para a questão. De acordo com a abordagem que nós escolhemos, a relação causal que observamos para a evolução cultural não é biológica, e, portanto, não deve ser mera analogia da evolução biológica. Isso não quer dizer que a cultura não faça parte do mundo natural, visto que é fruto da evolução biológica dos seres humanos. A diferença analógica que propomos é que a vida biológica sofre pressões da natureza para evoluir, enquanto a vida cultural sofre pressões oriundas da psicologia humana, que direciona e impulsiona a velocidade da evolução cultural. Ou seja, consideramos nosso objeto de estudo tanto um fenômeno físico, como psicológico.

2.3. A epidemiologia das representações: criatividade e comunicação

O conceito de que a cultura humana evolui leva-nos a buscar entender os padrões causais que tornam fatos culturais dissemináveis. Como demonstramos, promover uma simples analogia com a disseminação de genes impõe problemas ao modelo. Embora haja semelhanças, há diferenças em questões cruciais. Para desenvolvermos uma abordagem causal à evolução cultural temos que descrever padrões evolutivos em ambientes naturais específicos. As mentes de seres humanos são ambientes cognitivos nos quais representações sobrevivem e evoluem. A mente de seres humanos é obviamente o resultado de evolução biológica, mas, paralelamente a este fato, nossos aparatos cognitivos são capazes de impor padrões evolutivos à natureza. Intencionalidades são intrínsecas ao processo de disseminação de representações porque são componentes básicos da cognição humana. Acreditamos que esta característica básica seja o gatilho principal da evolução cultural, e que uma mente cultural deve ter coevoluído com outras características mentais. A evolução biológica de um órgão mental da linguagem nos possibilita aprender a falar línguas naturais, por sua vez, o fato de compartilharmos linguagem nos permite a comunicação.

Como demonstramos, além de se utilizar da codificação de mensagens, a comunicação humana depende de uma característica específica de atribuir intenções: a leitura da mente parece ser uma característica não específica a um único domínio

cognitivo. Pois bem, para nós, esta característica fica mais bem descrita nos termos de relevância do que sob a alcunha de leitura mental. Isso porque relevância pode ser facilmente descrita como uma característica inferencial a todos os estímulos que uma mente humana percebe, ou seja, não envolve somente a leitura de mentes, mas também a leitura da natureza. Desta forma, consideramos que ler mentes é o nome específico de uma característica mais ampla: a capacidade à inferência inerente a nossa mente cultural. Lemos mentes quando lidamos com algo que foi publicamente manifesto por outro indivíduo.

Músicas, sentenças, sons de buzinas no trânsito, esculturas, choros etc. são apenas alguns exemplos de manifestações públicas a que podemos atribuir intenções mentais. Sperber (1996) chama estes tipos de manifestações como **representações públicas**. Elas têm origem em representações mentais individuais e inacessíveis a outras mentes, ou seja, manifestações culturais são representações públicas originadas de representações mentais; são metarrepresentações. A linguagem verbal está repleta de metarrepresentações. Para nos comunicarmos, construindo cadeias de relações causais atribuímos fatos mentais por meio da linguagem a todo instante.

2.3.1. Metarrepresentações

Segundo os argumentos que temos exposto até aqui, sentenças são manifestações de estímulos comunicativos deliberadamente ostensivos, ou seja, a linguagem é uma demonstração pública da linguagem da mente: o mentalês de Fodor. Dentro desta linha de raciocínio, é óbvio que demonstrações públicas devem conter características que também existem no âmbito privado do pensamento. Por exemplo, afirmamos que a linguagem tem uma característica metarrepresentativa, logo, o mentalês também deve ter uma habilidade metarrepresentativa, senão a publicidade da linguagem não teria tal característica. Neste âmbito, a linguagem deve ter coisas a esclarecer acerca do pensamento, sem que isso signifique reduzir o pensamento à linguagem.

Segundo Origgi & Sperber (2000), nem toda sentença é a manifestação de uma metarrepresentação. Para o autor, esta característica só ocorre em sentenças que tenham a capacidade de manifestar o conteúdo de representações. Não observamos isso em sentenças como:

(7) (a) Paulo estava pensando.⁶²

(b) A informação é sempre repetida.

Nestes casos, muito embora as sentenças sejam representações, elas não manifestam os conteúdos representados por outras mentes. Em (7a), a sentença nada nos diz a respeito do que Paulo pensa, da mesma forma que (7b) não nos informa o que sempre se repete. O que não é o caso das seguintes sentenças:

(8) (a) José é hipocondríaco.

(b) Poliana está sempre se queixando.

(c) Lucas é criacionista.

(d) Esta afirmação é difamadora.

As sentenças de (8a) a (8b) são metarrepresentativas de uma maneira rudimentar, visto que declaram coisas a respeito de seu próprio conteúdo. Para os autores, é razoável supor que algumas espécies de animais consigam expressar metarrepresentações como as discutidas até agora. As habilidades extraordinárias que seres humanos possuem em relação às metarrepresentações começam a ficar evidentes nos próximos exemplos:

(9) (a) O Paulo estava pensando que o Atlético Paranaense tem um bom time.

(b) A afirmação de que $2 + 2 = 4$ é sempre repetida.

(c) Poliana está se queixando que *suas roupas estão velhas*.

(d) Lucas acredita que *Deus criou o mundo*.

(e) A afirmação de que Lucas é criacionista é *caluniosa*.

Nos exemplos de (9a) a (9e) as sentenças não são meras atribuições representativas, mas sim, representações sobre atribuições mentais. Para um ouvinte compreender sentenças como estas, ele terá que atribuir relações mentais causais. Nestas sentenças, as expressões em *itálico* não se referem apenas aos estados das coisas que descrevem, mas sim, a atribuições mentais. Além disso, nós ainda somos capazes de proferir sentenças que descrevem atribuições mentais sobre atribuições mentais, como no seguinte exemplo:

(10) Pedro disse que é difamatório Paulo afirmar que Lucas é criacionista.

⁶² Os exemplos (7), (8) e (9) foram adaptados de Origgi & Sperber (2000: 118-121).

Se uma sentença como (10) é proferida, ela é uma metarrepresentação de algum falante sobre uma metarrepresentação de Pedro sobre uma metarrepresentação de Paulo acerca de Lucas. Ou seja, esta sentença só poderia ser proferida por alguém que atribui estados mentais a Pedro, a atribuição do falante inclui uma atribuição mental de Pedro a uma atribuição mental de Paulo, que por sua vez atribuiu um estado mental a Lucas. Desta forma, a comunicação não depende só da riqueza estrutural proporcionada por um aparato gerativo, há também a dependência de recorrer a relações mentais causais.

Representações são fatos da vida cognitiva e, segundo Sperber (1996), se relacionam ao menos a três termos: o que representa (o fato em si, por exemplo, uma canção X), o que é representado (a canção X é insuportável), e o usuário da representação (o ouvinte de música). Outro termo deve ser adicionado quando há uma representação que não é interna, mas sim, pública, pois aí temos também o produtor (em uma representação mental, o produtor e o usuário da representação são a mesma e única pessoa). No modelo de disseminação cultural proposto pela ER, a cultura evolui e se dissemina por meio de interações entre os ambientes físicos e cognitivos nos quais estamos imersos. Ambientes cognitivos se encarregam de interpretar as representações públicas da maneira mais relevante quanto for possível, enquanto ambientes físicos tornam possíveis as manifestações públicas de representações.

2.3.2. Representações mentais e representações públicas

A TR e a ER compreendem que fatos culturais são dependentes de dois ambientes distintos relacionados às coisas culturais do mundo. O conhecimento que temos do mundo parcialmente se deve aos aparatos biológicos que possuímos, e parcialmente se deve ao fato de que estes aparatos são destinados a nos fazer conhecer coisas do mundo. A interação entre mentes e as coisas do mundo é que cria fatos culturais. Mentes são programadas para nos fazer adquirir conhecimentos que estão no mundo e fazem isso inferindo significados para as coisas do mundo, ou seja, o mundo físico possui características semânticas. Porém, as representações públicas dependem dos seus usuários para significar algo, portanto, o traço semântico é inexistente e atribuído mentalmente. Segundo Sperber (1996: 80-81):

The materialist alternative is to assume that both mental and public representations are strictly material objects, and to take the implications of this assumption seriously. Cognitive systems such as the brain construct internal representations of their environment partly on the basis of physical interaction with that environment. Because of these interactions, mental representations are, to some extent, regularly connected to what they represent; as a result, they have semantic properties, or ‘meaning’, of their own. [...] Public representations, on the other hand, are connected to what they represent only through the meaning attributed to them by their producers or their users; they have no semantic properties of their own. In other words, public representations have meaning only through being associated with mental representations.⁶³

Para o autor, este fato não inviabiliza o que chamamos de disseminação cultural, que requer que grupos humanos compartilhem representações acerca das coisas do mundo. Voltamos a salientar que uma representação necessariamente é um **fato**, que é **representado** por **alguém**. Portanto, o fato cultural representado pela sentença: (11) ‘Paulinho da Viola é um sambista’; somente é uma representação para aqueles que sabem que Paulinho da Viola é compositor e intérprete de um determinado estilo de samba. Embora aparentemente redundante, essa informação trata de incluir os ouvintes de música na formação do significado musical. Como já mencionamos, não temos interesse em promover discussões sobre o significado que estruturas musicais possam vir a ter. Porém, como advogamos a favor de algo que chamamos de ‘representação musical’, temos que justificar o fato de considerarmos que mesmo que manifestações musicais sejam desprovidas de informações semânticas, elas promovem representações porque promovem redes de relações mentais causais. Nem todos os brasileiros ouvintes de música possuem a representação mental sobre Paulinho da Viola: muitos destes, inclusive, já escutaram músicas de Paulinho da Viola executadas em novelas ou rádios e ainda assim não têm a menor ideia de quem venha a ser Paulinho da Viola. Uma representação mental do tipo: (12) ‘Os sambas de Paulinho da Viola são, ao mesmo

⁶³ “A alternativa materialista é assumir que ambas as representações mentais e públicas são estritamente objetos materiais e tomar as implicações dessa hipótese a sério. Sistemas cognitivos, tais como o cérebro, constroem representações internas de seu ambiente, em parte, com base na interação física com o meio ambiente. Como essas interações, as representações mentais são, em certa medida, regularmente ligadas ao que elas representam; como resultado, elas possuem propriedades semânticas, ou “significado”, próprias. [...] Representações públicas, por outro lado, estão ligadas ao que elas representam apenas através do significado atribuído a elas por seus produtores e seus usuários, pois elas não têm propriedades semânticas próprias. Em outras palavras, as representações públicas possuem significado apenas por serem associadas com as representações mentais.”

Os grifos são do autor.

tempo, tradicionais e inovadores’; intrinsecamente requer uma série de conhecimentos oriundos do meio: algumas destas representações mentais são musicais, outras não.

Conforme nosso argumento, ouvintes de música possuem e constroem conhecimentos musicais, mesmo que sejam incapazes de produzir música com eficácia. Acreditamos que mesmo com recursos técnicos limitados, ouvintes de música, porque são seres humanos, devem possuir mecanismos cognitivos responsáveis por sensações de prazer relacionadas ao reconhecimento aguçado de sons. Pinker (1998) argumenta muito convincentemente a favor desta hipótese, julgando que o reconhecimento de sons deve naturalmente produzir sensações prazerosas porque, para os nossos primeiros ancestrais, esta característica devia ser uma tremenda vantagem. Predadores são animais que produzem sons; a locomoção produz sons ritmados; urros de grandes predadores produzem sons harmônicos; animais que cantam produzem sons melodiosos. Diferentes estímulos sonoros devem promover diferentes recompensas a fim de poupar energia do indivíduo. Desta forma, ouvir pássaros cantando deve produzir uma sensação bem diferente do que um caminhar sorrateiramente ritmado ou um urro harmonicamente gutural. Porém, devemos salientar que do ponto de vista de uma máquina programada a adquirir saberes, esta descrição não deve ser tomada como a descrição de um conhecimento musical geral, visto que não produz, de maneira processual, informações necessárias a uma execução musical plena e tampouco à compreensão comunicativa satisfatória. Estes instintos de ouvintes fazem parte da cognição em geral. No próximo capítulo desenvolveremos melhor estas ideias, bem como solicitaremos ajuda da Neurociência para corroborar a suposição de que músicos e ouvintes possuem processamentos musicais diferentes.

A hipótese apontada por Pinker (1998) permite-nos argumentar que somos capazes de distinguir, conceituar e interpretar sons por conta das sensações que nos provocam. Porém, ainda é pouco, é preciso explicar como a capacidade de reconhecer uma música pode ser capaz de conceber uma representação como a que vimos sobre Paulinho da Viola. Para que aquela representação seja possível, é necessário que o reconhecimento sonoro esteja intimamente relacionado a outros conhecimentos. A música, a despeito de sua vagueza semântica, é constantemente descrita como uma experiência cheia de significados por seus ouvintes. Estes significados seriam mágicos e oriundos do além, do qual ouvintes de música tomam conhecimento como em um arrebatamento romântico? Acreditamos que não, pois o reconhecimento de uma música

do Paulinho da Viola, cognitivamente, pode ser descrito como resultado de uma relação causal. Podemos descrever esta relação nos termos da sentença a seguir:

(13) Esta música é do Paulinho da Viola.

Temos em (13) os predicados necessários a uma metarrepresentação, ou seja, um enunciado que declara representação acerca de uma representação. O fato de alguém poder tornar pública uma representação como (13) mediante a exposição a uma música, significa que alguém supõe que uma determinada música é de um determinado intérprete/compositor. Não queremos dizer que é possível reduzir o mentalês à linguagem, mas consideramos plausível afirmar que (13) é um resíduo fonológico do mentalês envolvido no reconhecimento de uma determinada música de Paulinho da Viola. Porém, devemos acrescentar que apesar do fato de que necessariamente houve uma inter-relação entre conhecimentos musicais e conhecimentos culturais, nós ainda não obtivemos uma descrição de uma representação, mas sim a de um fato cultural. O que este fato cultural pode vir a representar é incalculável, visto que os indivíduos que compartilham o fato cultural descrito em (13) tendem, cada um, a fazer uma representação própria acerca do fato. O que garante que um fato cultural seja compartilhado é termos mecanismos cognitivos muito semelhantes, que vivenciam tanto a observação de que, por exemplo, sapos têm determinada cor, quanto a disseminação cultural de que sapos normalmente são verdes.

Para alguns, a coloração de anfíbios pode representar algo que provoca asco, porém, como os contos de fadas costumam insistir, deve haver algumas donzelas que se sentem tentadas a beijá-los. Sabidamente há populações humanas que têm o apetite despertado ao pensar em uma tenra e suculenta carne de rã, escondida por trás da carapuça verde e gosmenta. Para alguns, uma música é sensacional, para outros, é apenas uma música, e há aqueles que sintam repugnância por determinadas melodias. Representações mentais e públicas acerca de música são constantes tanto em conversas de bar entre amigos, quanto no recato individual de um lar. Mas mesmo sendo carentes em mecanismos formais de compreensão dos códigos musicais, nós, os reles ouvintes de músicas, seguimos tendo a nítida impressão de que músicas são eventos comunicativos e representativos. Será que somos condenados a uma espécie de ilusão sonora? Será que cada um de nós simplesmente constrói uma ilusão de representação musical? Temos indícios para acreditar que assim como as relações contidas em (13)

são inferíveis a partir do meio cognitivo parcialmente compartilhado por determinados grupos sociais, a simples enunciação de (12) demonstra que a representação mental de da música está relacionada a fatos não musicais, tais como tradição e inovação estética.

Uma crença não é algo imposto do meio externo para uma mente, mas sim um fato capaz de ser inferido por indivíduos que compartilham ambientes cognitivos semelhantes. Ou seja, em (12) não há apenas uma manifestação verbal acerca de um conteúdo, mas também, uma manifestação sobre outra manifestação. Em outras palavras, um indivíduo que seja capaz de representar (12), com certeza foi exposto a informações linguísticas. Para um mentalês ser capaz de inferir (12) deve haver um aparato cognitivo hábil em atribuir crenças musicais correspondentes a um tipo de samba tradicional, a outro tipo que seja inovador, e a um terceiro que seja capaz de congrega estas duas representações (estritamente relacionadas ao fato musical como fato cultural) em um conceito que agregue tanto tradição e inovação no samba sob uma representação específica, a contida em (13). Portanto, a linguagem deve ter um lugar importante na formulação de representações e crenças, pois nos propicia buscar alternativas menos vagas e mais abrangentes para manifestações aparentemente vagas, porém inseridas em culturas cognitivamente estabelecidas.

Dentro desta perspectiva, a linguagem verbal não é apenas uma ferramenta comunicativa, mas também uma eficaz disseminadora de fatos culturais. É por meio de conversas, de textos e de representações verbais públicas que podemos, de maneira efetiva, compartilhar não apenas artefatos, mas também crenças a respeito deles. Podemos, desta forma, compreender que, para Sperber, a linguística cognitiva da TR integra-se a um programa de estudos mais amplo, no qual a formulação teórica dos mecanismos mentais envolvidos na comunicação humana também se presta a um viés cognitivo à Antropologia. É nessa tríplice concepção da linguagem que a TR e a ER propõem uma abordagem trans-disciplinar para as ciências sociais. Psicologia, Linguística e Antropologia possuem, então, no imenso corpus oriundo da própria comunicação verbal humana, um vasto laboratório para pesquisas teóricas. O elo (aparentemente impossível) a unir estes campos científicos é, para Sperber, a cognição. Relevância é, portanto, uma característica fundamental da cognição humana em um sentido amplo, no qual a comunicação exerce um papel fundamental em outra característica saliente de nossa espécie: a cultural. Ao comentar sobre a importância e interesse central que a cadeia causal entre fatos psicológicos e fatos públicos exerce, o

autor afirma que:

[...] such causal chain is an act of successful communication. Typically, the public productions that are involved in communication are **public representations** such as linguistic utterances. Public representations are artefacts the function of which is to ensure a similarity of content between one of their mental causes in the communicator and one of their mental effects in the audience. (SPERBER, 1996: 99).⁶⁴

Por ser o mecanismo pelo qual artefatos mentais extrapolam a individualidade e se tornam fatos públicos, a comunicação cumpre um papel essencial para que a criatividade individual passe a ser compartilhada por indivíduos exposto ao fato público. Uma crença individual torna-se um fato cultural quando vários indivíduos compartilham significados acerca deste artefato. Como é a ferramenta comunicativa mais saliente de nossa espécie, a linguagem verbal é, portanto, também saliente em nossa capacidade à cultura.

2.3.3. Crenças e Metarrepresentação

Temos utilizado o termo ‘crença’ ao longo deste trabalho. Entretanto, até agora demos pouca atenção ao que queremos dizer quando nos utilizamos dele. Obviamente, as concepções religiosas que o termo acarreta na língua portuguesa estão muito distantes das que pretendemos aqui. Mas como temos argumentado a favor de um modelo mental, empiricamente plausível, fruto de evolução biológica e capaz de exercer forças exaptativas na natureza, temos que prever um mecanismo mental que nos faça capazes de adquirir crenças a respeito do mundo. Crenças são peças básicas e inerentes a metarrepresentações e a partir das coisas que acreditamos (ou aprendemos a acreditar) do mundo, buscamos formar representações relevantes sobre os estímulos que nos cercam. Como temos demonstrado, algumas das crenças que possuímos do mundo são

⁶⁴ “[...] esta cadeia causal é um ato de comunicação bem sucedida. Normalmente, as produções públicas que estão envolvidas na comunicação são *representações públicas*, como expressões linguísticas. Representações públicas são artefatos cuja função é a de garantir uma similaridade de conteúdo entre uma de suas causas mentais no comunicador e um dos seus efeitos mentais na plateia.”

Os grifos são do autor.

mediadas pela. Mas, será que todas as crenças que possuímos do mundo são mediadas por meio de conhecimentos produzidos por outras pessoas?

Este argumento está muito longe do que nos move ao longo deste trabalho. Afirmar tal seria o equivalente a assumir que a cultura possui algo inexplicável que se impõe sobre os que a circundam. Acreditamos que o processo é tanto físico quanto mental. A experiência da dor da queimadura, por exemplo, deve ser algo instintivamente representado a partir de uma chama, quando nos queimamos a primeira vez. O fato que chamamos queimadura promove automaticamente a representação de que queimaduras são ruins e perigosas, quando nos queimamos pela primeira vez. Da mesma forma que a sensação do contato com a água nos permite automaticamente reconhecer um aparente truísmo, o de que a água é molhada. Tais crenças independem de relações sociais: podemos inferi-las em relação direta com o meio ambiente, estas crenças são intuitivas. Mas nem todas as interações que mentes humanas irão estabelecer ao longo de suas vidas são frutos da lenta evolução natural; a maioria dos estímulos que cercam seres humanos é cultural, ou seja, são representações públicas que tendemos a buscar representar internamente da maneira mais relevante possível. Estes fatos não são fruto de truísmos experienciais, pois são fatos que dependem de crenças reflexivas, que por meio da observação de representações públicas acerca do fato, são internamente relacionadas por meio de teias de representações causais.

Causalidade é um fato provável na representação musical que pode ser expressa em (12). Com isso podemos formular uma resposta para a questão da representação musical. Somos capazes de construir representações musicais mesmo sendo incapazes de organizar conhecimentos musicais totalmente eficazes, porque além de sermos hábeis em distinguir sonoridades (e recebermos recompensas por isso), somos capazes de articular crenças causais relacionáveis a um estímulo. Valemo-nos do que as outras pessoas manifestam sobre conhecimentos musicais, para que possamos articular um conhecimento próprio que julgamos relevante. Estas questões também serão aprofundadas no próximo capítulo. Agora trataremos de nos ater aos conceitos diretamente relacionados à TR. Para a TR, crenças são o equivalente à concepção de Dawkins a respeito de um meme. Vale lembrar que ela é uma teoria comunicativa cognitiva, pautada nos conceitos inicialmente por Grice. A Pragmática proposta por Sperber & Wilson trata da linguagem verbal considerando-a como um fato cultural. As manifestações são linguísticas são, para estes autores, manifestações culturais prenhes

de idiossincrasias: intenções, memórias, emoções são levadas em conta como integrantes intrínsecos das relações causais que promovem o comportamento comunicativo humano. É o desenvolvimento dessa abordagem antropológica da linguística cognitiva que torna possível que Sperber proponha uma teoria cognitiva para a cultura humana. A ER é uma versão antropológica para a TR. Ambas são abordagens naturalísticas, que consideram as manifestações públicas como resíduos comunicativos da linguagem da mente.

Portanto, ambas as teorias partem do pressuposto comum de observar o comportamento humano de um viés teórico integrado, sem reduzir a antropologia à psicologia, ou vice-versa. Quando argumentamos a favor de um modelo epidemiológico a respeito de ideias culturais, além de nos atermos aos limites de analogia entre evolução biológica e evolução cultural, temos também que nos concentrar nas características transmissíveis de fatos culturais. Como estes não podem ser replicados, visto que representações são únicas, e quando públicas, dependem de subjetivação no processo de internalização, crenças são como fatos mínimos de uma representação e que podem ser compartilhadas com maior segurança do que uma representação. Algumas crenças são inferidas em contato com o mundo, quanto a outras, precisamos inferir sobre as intenções de produção que as pessoas que articularam o fato cultural tiveram em mente.

2.3.4. Crenças Intuitivas e Crenças Reflexivas

Conforme o argumento que temos empregado desde o primeiro capítulo desta dissertação, supomos que a cognição é uma característica intrínseca do processo cultural humano. Nosso argumento leva em consideração o modelo epidemiológico de representações, que, justamente por se tratar de um modelo cognitivo, pressupõe que fatos culturais possuem uma natureza física e uma natureza cognitiva. O que está em questão é o resgate do papel dos interlocutores para a construção de cultura. A característica cognitiva da cultura diz respeito à maneira pela qual indivíduos compartilham representações. Como demonstramos, uma representação é um fato que representa algo para alguém; o mesmo fato é representado de maneiras diversas pelos indivíduos que compartilham a existência cultural de um fato. Isso porque, de acordo com o repertório científico que escolhemos como escopo para este trabalho, cada

indivíduo se empenha individualmente em maximizar as expectativas de relevância de fatos culturais. Cada um de nós recorre ao nosso *background* cognitivo, que é composto pelas crenças que temos em relação ao mundo, para buscarmos interpretar da melhor maneira possível o fato a que fomos expostos.

Para esclarecer, utilizaremos mais um exemplo futebolístico, a eliminação do Corinthians pelo Flamengo, nas oitavas de final da taça Libertadores da América de 2010. Torcedores brasileiros de futebol normalmente compartilham várias representações em relação ao fato apresentado. O Corinthians nunca ter vencido a competição intercontinental é um destes fatos, outro é o de que 2010 é o ano em que o vulgo Timão completa 100 anos de existência. Para cada um dos corintianos, estes fatos combinados tornam, de uma maneira ou de outra, a eliminação para o rival brasileiro bastante dolorosa. Cada qual com sua relação com futebol teve lá suas razões para se chatear. Já para os torcedores de times rivais, especialmente aqueles que já ganharam a famigerada competição, o Flamengo lhes proporcionou grande alegria, pois eles já podem, cada um a sua maneira, renovar os estoques de piadas com torcedores corintianos como protagonistas.

Cada um de nós possui crenças diferentes acerca dos diferentes fatos culturais que nos cercam. Algumas destas crenças são intuitivas e, por exemplo, basta entrarmos em contato com o fogo, para que saibamos que fogo queima. Porém, outras crenças que habitam nossas mentes não são tão espontâneas. Elas são frutos de processos reflexivos sobre coisas às quais fomos expostos. A maioria das Teorias científicas, por exemplo, requerem certa dose de concentração e esforço individual para que de fato as compreendamos, porém, não é necessário que compreendamos todas as implicações das teorias a que fomos expostos. Podemos acreditar que o tempo à velocidade da luz é mais lento não porque compreendemos as teorias de Albert Einstein, mas porque aceitamos que pessoas que possuem tais conhecimentos devem estar certas quando nos afirmam isso. Grande parte dos conhecimentos aos quais fomos expostos na educação básica se consolidou desta forma em nossas mentes. Da mesma forma, crenças religiosas se utilizam deste tipo de estratégia. Povos de diferentes lugares acreditam em diferentes formas de explicação sobrenatural para a vida, em especial a de humanos. Cada povo reúne diversas crenças diferentes para justificar coisas implausíveis, como: vida após a morte, a criação divina, reencarnação etc. A disseminação religiosa se vale de difusão de crenças reflexivas que se constroem em cima da palavra e não da

experiência, não à toa a metáfora de ‘palavra divina’ parece ser constante nas religiões e envolve a crença de que há alguns seres humanos extraordinários que conseguem captar as mensagens mais profundas do universo.

Não obstante, o conhecimento artístico por vezes é tratado de tal forma, como se artistas fossem seres mais sofisticados e mais capazes de detectar as mensagens do mundo. Não é raro escutar um letrista de canção argumentar dizendo que a letra já estava na melodia, que ele apenas conseguiu traduzi-la em palavras. A concepção tradicionalista também considera a arte desta forma: o artista codifica as coisas do mundo em seu aguçado meio de expressão, que é decodificado por seu público. Não é por acaso que as artes são tomadas de concepções extremamente preconceituosas. Nós brasileiros sabemos bem disso, vivemos sob o complexo de que cultura e arte é coisa de outros países, mais civilizados, e que nós somos atrasados em relação ao mundo sofisticado. A noção de que só há um tipo de tradição artística e cultural relevante é resultado desta concepção terrível de que a civilidade é genética. Do nosso ponto de vista, toda forma de cultura e expressão artística tem valor igual, visto que são realizações humanas que levam em conta as mesmas habilidades mentais, seja na apreciação de música erudita ou nas diversas formas de rituais que evocam a música.

As crenças que habitam nossas mentes podem ser descritas de duas maneiras diferentes em relação às causas que as originam. Crenças intuitivas são formadas a partir de uma relação direta com um fato, já as crenças reflexivas são transmitidas por outras mentes. Ou seja, para a ER, a distinção leva em consideração que há distintas ordens quanto a obtenção de crenças, as de primeira ordem são as intuitivas, as de segunda, as reflexivas. Segundo Sperber (1996: 89):

[...] there are two fundamental kinds of beliefs represented in the mind. There are descriptions of states of affairs directly stored in the belief box; let us call this first kind ‘intuitive beliefs’. Such beliefs are intuitive in the sense that they are typically the product of spontaneous and unconscious perceptual and inferential processes; in order to hold this intuitive beliefs, one needs not to be aware of the fact that one holds them, and even less of reasons for holding them. Then there are interpretations of representations embedded in the validating context of an intuitive belief, [...]; let us call this second kind ‘reflective beliefs’. These beliefs are reflective in the sense that they are believed

in virtue of second-order beliefs about them.⁶⁵

Portanto, a comunicação possui um papel central na existência do que aqui chamamos de crenças reflexivas. Ela nos permite ampliar nossos ambientes cognitivos, que estariam restritos a crenças intuitivas, caso não fôssemos capazes de promover um mecanismo tão rico de troca de informações quanto a linguagem. Obviamente, julgamos haver extrema importância na existência de intuições acerca de arte. A emoção é um típico exemplo de intuição que a arte desperta em seus apreciadores, porém, é a linguagem que permite que ouvintes de música compartilhem informações enriquecedoras a respeito dos padrões estéticos que os artistas desenvolvem. Sobre a importância da comunicação no processo cognitivo de internalizar representações, Sperber (Ibidem: 78–79) afirma:

[...] a child is born into a world full of public representations, and is bombarded with them from the first moments of her life. She does not discover the world unaided, and then make public her privately developed representations of it; rather, a great many of her representations of the world are acquired vicariously, not through experience, but through communication, or through a combination of experience and communication.⁶⁶

Consideramos plausível a ideia de que os conhecimentos musicais de ouvintes de música são exatamente uma combinação entre conhecimentos adquiridos por experiência e por comunicação. À parte experimental cabe o reconhecimento de um fato musical aliado às crenças intuitivas que ele ocasiona; à cultural, a disseminação e internalização de crenças a respeito dos padrões musicais que cada ouvinte de música reconhece como parte de um determinado ‘universo musical’. Sperber (1996) inclusive

⁶⁵ “Existem dois tipos fundamentais de crenças representadas na mente. Há descrições de estados de coisas armazenadas diretamente na caixa de crenças, vamos chamar este primeiro tipo de ‘crenças intuitivas’. Tais crenças são intuitivas no sentido de que são tipicamente o produto de processos espontâneos e inconscientes de percepção e inferenciação; a fim de manter estas crenças intuitivas, alguém não precisa saber do fato de que alguém se dispõe delas, e ainda menos de motivos para mantê-las. Depois, há interpretações de representações inseridas no contexto de validação de uma crença intuitiva, [...]; vamos chamar este segundo tipo de ‘crenças reflexivas’. Essas crenças são reflexivas no sentido de que são críveis em virtude de crenças de segunda ordem sobre elas.”

⁶⁶ [...] “uma criança nasce em um mundo cheio de representações públicas, e é bombardeada com elas desde os primeiros momentos de sua vida. Ela não descobre o mundo sem ajuda, e, em seguida, torna públicas suas representações desenvolvidas confidencialmente por ela, mas sim, um grande número de suas representações do mundo é adquirido indiretamente, não através da experiência, mas através da comunicação, ou através de uma combinação de experiência e comunicação.”

considera plausível que um módulo musical deve ter evoluído tomando para si as habilidades envolvidas em um módulo vocal ancestral. Como este módulo é bombardeado com estímulos muito mais ricos dos que os que nossos ancestrais eram capazes de produzir, ele é capaz de produzir recompensas cognitivas generosas. Esta abordagem, além de corroborar com a ideia de que módulos mentais específicos às artes são frutos de exaptação, pressupõe que o módulo musical seja efetivamente relacionado não só à linguagem, mas também a um módulo cultural, muito mais saliente do que o módulo especificamente musical. Sobre isso, Sperber (Idem: 142) especula:

In the case of music, the cultural domain of the module is much more developed and salient than its proper domain, assuming that it still has a proper domain. So much so that it is the existence of the cultural domain and the domain specificity of the competences it manifestly evokes that justify looking, in the present or in the past, for a proper domain that is not immediately manifest.⁶⁷

Aparentemente, o domínio cultural de módulos artísticos deve ser saliente não só na apreciação estética, mas também na execução artística, afinal, nenhum artista pode ser bom e eficaz em todas as técnicas e estilos relativos ao tipo de arte que executa. A execução eficaz de arte se deve a uma imersão em determinados padrões que se exibem aos futuros artistas. Ou seja, o fator cultural se impõe até mesmo antes de um indivíduo se tornar um artista, visto que depende de uma espécie de escolha dentre um leque de alternativas que se abre via cultura.

⁶⁷ “No caso da música, o domínio cultural do módulo é muito mais desenvolvido e saliente do que o seu domínio próprio, assumindo que ele ainda tem um domínio próprio. Tanto é assim que é a existência do domínio cultural e da especificidade de domínio das competências que manifestamente evoca que justifica procurar, no presente ou no passado, por um domínio próprio que não é imediatamente evidente.”

“The lunatic is in my head
The lunatic is in my head
You raise the blade, you make the change
You re-arrange me 'till I'm sane.”

“O lunático está na minha cabeça
O lunático está na minha cabeça
Você levanta a lâmina, você faz a mudança
Você me reorganiza até que eu esteja são.”

“Brain damage”, por Roger Waters
Canção do álbum “The dark side o the moon”, Pink Floyd

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

Temos descrito artefatos culturais como estruturas públicas codificadas e intrinsecamente vagas de significação. Para as abordagens cognitivas acerca da comunicação humana, ao contrário de signos serem arbitrários, eles são considerados dependentes das intenções comunicativas de quem está envolvido em um comportamento comunicativo em questão. A inclusão do elemento indivíduo ao modelo teórico da comunicação humana proposto pela TR não é um mero acréscimo de elemento à teoria tradicional acerca da comunicação. Ambas as teorias são incongruentes, de tal forma que uma impossibilita a outra. De um lado, as teorias que observam a comunicação humana a partir de um enfoque no signo consideram que os comportamentos humanos são moldados pelo ambiente. Por outro, as teorias cognitivas consideram o oposto e, portanto, é o comportamento humano que molda o ambiente.

A concepção da mente humana como uma tábula rasa tem sido frequente nas ciências sociais. Um dos apelos acadêmico-científicos que tornam esta concepção (que exclui as questões cognitivas do escopo do estudo) atrativa é uma concepção errônea sobre o naturalismo. O principal argumento naturalístico é o de que os fenômenos da natureza são eventos que possuem causalidade e, desta forma, não há fenômenos sobrenaturais. A falácia da negação da mente ocorre ao afirmar que os comportamentos decorrem exclusivamente de causas externas aos indivíduos. Porém, o mínimo de rigor naturalístico em relação à linguagem verbal, por exemplo, permite reconhecer o caráter errôneo desta postura. Isso porque a linguagem verbal é um instrumento exclusivo de nossa espécie. Não existe linguagem verbal na natureza, a não ser que haja um ser humano para produzi-la. A evolução do comportamento linguístico não tem como ser resultado de estímulos oriundos do meio. Ao contrário disso, é provável que seja a evolução de uma capacidade cognitiva específica que tenha proporcionado a nossa espécie o desenvolvimento atual das línguas naturais que falamos.

Mesmo que o Gerativismo venha demonstrando há várias décadas que o comportamento linguístico possui características psicológicas inatas, mesmo áreas próximas da Linguística (tais como a Filosofia Analítica, a Filosofia da Linguagem, a Análise do Discurso) assumem a postura da tábula rasa. Seja assumindo posturas radicalmente relativistas, seja advogando a favor da centralidade da linguagem verbal em relação à vida social de nossa espécie. Pinker (2004: 287) comenta que:

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

[...] uma coisa engraçada aconteceu com a linguagem na vida intelectual atual. Em vez de ser apreciada por sua capacidade de comunicar o pensamento, foi condenada por *restringir* o pensamento. Citações célebres de dois filósofos refletem essa preocupação. “Temos de deixar de pensar se nos recusarmos a fazê-lo na prisão da língua”, escreveu Friedrich Nietzsche. “Os limites de minha língua significam os limites de meu mundo”, escreveu Ludwig Wittgenstein. [...] uma idéia que decorre naturalmente da tábula rasa.

Talvez a própria Psicologia tenha algumas das mais influentes abordagens teóricas que negam a psicologia humana. O idealismo teórico dos behavioristas parece influenciar boa parte das teorias acerca dos comportamentos socioculturais de nossa espécie. O idealismo de Skinner é defendido como uma forma de resistência às suscetibilidades dos instintos humanos, considerados pelo autor como formas de degradação da cultura. Para este autor, engajar-se no “bem da cultura” significa enfrentar as necessidades instintivas inerentes aos seres humanos, que invariavelmente conduziriam a nossa espécie à superpopulação, à poluição, à devastação da natureza e ao holocausto nuclear (SKINNER, 1971). A visão catastrófica a respeito dos instintos humanos é, para Skinner, o principal argumento contra as abordagens relativistas dos pós-modernistas.

Curiosamente, a tábula rasa não é crucial apenas a abordagens deterministas como a de Skinner, também as abordagens radicalmente relativistas a defendem. Nas atividades artísticas, por exemplo, uma postura estética tipicamente relacionada às rupturas pós-modernas é a chamada de desmaterialização das artes. Tema frequente em bienais, desconstruir a arte é um conceito que considera que desmaterializar as estruturas equivale a desconstruir significados. Da mesma forma que o moralismo idealista de Skinner, um dos principais ideais da arte pós-moderna é o de modelar comportamentos. Se para os behavioristas isto se justifica como uma suposta defesa ao bem da cultura, para os reformistas da arte, a justificativa reside na suposta capacidade revolucionária das artes: desmaterializando os códigos (e significados), o caminho para a construção livre de novos significados (e sociedade, portanto) estaria aberto.

Aliás, não é só academicamente que a compreensão dos artefatos que a humanidade produz clama por uma maleabilidade total da cognição. É comum em todos os ambientes, argumentos que consideram que a comunicação é capaz de manipular os

comportamentos individuais. Filmes e jogos eletrônicos violentos são tidos como supostos motivadores de violência. O Funk carioca, com suas letras obscenas, condenaria meninas inocentes à depravação sexual. As cores das roupas que vestimos expressariam nossos sentimentos e emoções, e, por isso, especialistas de moda na televisão nos aconselham como se fossem consultores semióticos. As artes, especificamente, e a cultura, em um aspecto mais amplo, são tidas como ferramentas de manipulação, antes de serem consideradas como meios de comunicação. Por mais que filmes e diversões visuais que sangram, canções que pedem para descer até o chão e roupas verde-limão possam ser indagadas do ponto de vista interpretativo do bom gosto, isso não significa que tais artefatos possam ser condenados como cúmplices de crimes, desejos sexuais precoces ou irritantes surtos de alegria matinal.

Em uma de suas resenhas musicais em um telejornal da Rede Globo, Nelson Mota relacionou as experiências da seleção brasileira nas diversas Copas do Mundo a inúmeras músicas comemorativas ao evento esportivo em questão. Segundo sua curiosa análise, era possível notar que em todas as vezes que os jogadores brasileiros sagraram-se campeões, boas músicas acabaram empurrando a vitória do selecionado canarinho. Em contrapartida, em todas as vezes em que a derrota foi inevitável, apenas músicas inadequadas se candidataram a hino da vitória. O epítome de sua análise aponta para a melodia que foi escolhida pela torcida brasileira durante a decepcionante (para os brasileiros) Copa de 1998. Segundo Mota, a cantiga que declarava: “Eu sou brasileiro, com muito orgulho e muito amor” era um equívoco. A despeito de toda a popularidade dela entre os torcedores, o fato de se tratar de uma melodia decrescente não colaborava com a empolgação necessária a competições deste porte.

Embora seja desnecessário afirmar que resenhas de entretenimento apresentadas por medalhões da cultura não são nem novidade, tampouco fontes de argumentos a serem rebatidos, crucial é debater que, ao que parece, são apresentadores e críticos culturais que parecem se utilizar das visões científicas correntes para justificarem seus salários. As ciências sociais, de muitas formas, corroboram os anseios analíticos acerca das artes. Praticamente todos os grupos de mídia possuem seções exclusivas a cada uma das artes. Viver de falar de música é, por exemplo, um exercício tão antigo quanto ganhar dinheiro fazendo música. Não questionamos o valor da crítica artística, mas consideramos não haver o menor indício científico que satisfaça a essa correspondência

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

entre a decodificação especializada (promovida pelo crítico) e os significados de uma música. A nosso entender, a boa crítica é aquela que se atem a ser o que de fato é: interpretação e opinião enviesada.

Consideramos que não há razões para que concepções interpretativas (que enfocam as histórias das diversidades, em detrimento dos aspectos universais) se mantenham hegemônicas no campo científico. Obviamente, não ignoramos que o belo é aquilo o que se encontra no campo do diverso. Porém, objetamos que estudos sobre comportamentos artísticos devam ser compreendidos causalmente a partir do ponto de vista da diversidade, mas sim do da universalidade. Da mesma forma que as dietas humanas e as linguagens são manifestações tão diversas quanto seja possível. Comer e comunicar-se são fatos inerentes a todas as atividades que envolvem comidas e línguas. Buscar entender as comidas e as línguas sem antes compreender o que nos faz comer ou falar línguas é equivalente a tentar explicar porque existem diferentes tipos de febres, sem querer saber que existem diferentes vírus.

Não raramente, a Pragmática é apontada como um pólo de relativismo radical. Segundo estas opiniões, dizer que a comunicação é dependente dos contextos é o mesmo que dizer que a comunicação constrói tudo, inclusive os contextos. Como já demonstrado anteriormente, para abordagens cognitivas sobre a comunicação em uso, tais como a da TR, a interpretação da realidade não significa o mesmo que criar comunicativamente a realidade. Pinker, de maneira perspicaz, em sua análise da negação contemporânea à mente humana, após descrever as bases filosóficas da tábula rasa, o autor demonstra como a Psicologia buscou negar a psicologia humana tendo em vista a concepção de que a linguagem se impõe do meio ao indivíduo:

Watson tentou explicar o pensamento como movimentos microscópicos da boca e da garganta; Skinner teve esperança de que seu livro *Verbal behaviour* [*O comportamento verbal*, na tradução em português], que explica a linguagem como um repertório de respostas recompensadas, diminuísse a distância entre pombos e pessoas.⁶⁸ (Idem, Ibidem: 287).

Além disso, segundo Pinker, o antropólogo Franz Boas, além de professor, foi

⁶⁸ Os grifos são do autor.

responsável por introduzir Edward Sapir à ideia de que a linguagem verbal modela o pensamento. Sapir, por sua vez, de acordo com Pinker, apresentou estas concepções a Benjamin Whorf. Juntos, Sapir e Whorf são considerados os principais teóricos do chamado determinismo linguístico. Outro antropólogo lembrado por Pinker como defensor da hipótese de que o mundo da linguagem fundamenta o fluxo de informações do pensamento é Clifford, que considera ser o pensamento nada mais do que um fluxo de palavras. Mas, segundo Pinker, ninguém foi páreo para os pós-modernistas e desconstrucionistas em relação a adotar o radicalismo relativista a sério. Jacques Derrida e J. Hillis Miller são apontados pelo psicolinguista como exemplos de tal postura. Ele acrescenta ainda que:

O prêmio para a afirmação mais extrema tem de ser para Roland Barthes, por sua declaração: “O homem não existe anteriormente à linguagem, seja como espécie, seja como indivíduo”.
Afirma-se que a origem destas idéias é a lingüística, embora a maioria dos lingüistas acredite que os desconstrucionistas tenham enlouquecido. (Idem, Ibidem: 288).

Visto que consideramos errôneas tais concepções, amplamente divulgadas e aceitas pelas ciências sociais, devemos também rejeitar o viés analítico como um modelo válido como ciência a respeito das artes. Além dos problemas teóricos apresentados por tais posturas a respeito da comunicação, assim como Sperber supõe, consideramos haver indícios de que o domínio cultural da música contemporânea é muito mais saliente do que seu próprio domínio. Isso nos indica que as relações representativas relacionadas à existência material de músicas estão intimamente ligadas à comunicação. Não porque a linguagem verbal construa os significados e a realidade material de músicas, mas porque é uma ferramenta que proporciona a seres humanos compartilharem sentimentos e sensações idiossincráticas.

3.1. Neurologia e comunicação musical

Por vezes, abordagens neurológicas pressupõem que exames de ressonância magnética podem ser utilizados para demonstrar que linguagens verbais e musicais são processadas da mesma maneira pelo cérebro. Para estas abordagens, o simples fato de

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

áreas cerebrais relacionadas ao processamento de informações semânticas também serem ativadas quando músicas são expostas a ouvintes é indício de que músicas podem possuir conteúdos semânticos. De forma geral, estas abordagens assumem passivamente as expectativas da teoria tradicional da comunicação. A concepção de que a comunicação poética parte do código pode ser atribuída ao linguista e semiótico Roman Jakobson. Segundo ele, a investigação dos significados poéticos se inicia nos padrões estruturais do código. A escolha de padrões estruturais é o eixo pelo qual as intenções do emissor ficam expostas. Os receptores das mensagens poéticas são levados a reconhecer as intenções e emoções do artista porque possuem estes padrões internalizados. O termo artista pode ser aplicado de forma ampla, visto que a abordagem de Jakobson pressupõe que a função da linguagem que pode ser observada na linguagem poética também pode ser observada nas demais formas de exercício estético. Jakobson se ampara em Saussure e afirma que:

O próprio Saussure atenuou seu “princípio fundamental do arbitrário” distinguindo em cada língua aquilo que é “radicalmente” arbitrário daquilo que só é “relativamente”. Ele atribui a esta última categoria os signos que podemos dissociar segundo o eixo sintagmático em constituintes identificáveis segundo o eixo paradigmático (ou “associativo”).⁶⁹ (JAKOBSON, 2005: 109).

A atenuação da arbitrariedade do signo por Saussure é, para Jakobson, o fato teórico que descreve de maneira mais adequada a *função poética* da comunicação humana. Esta função surge quando a linguagem é sobre a linguagem, ou seja, a metalinguagem é tida como a única maneira de um receptor de mensagens investigar as intencionalidades do emissor. A função poética é, portanto, notável em qualquer estrutura de estética metarreferente. Esta postura funcionalista é facilmente associável ao Pragmatismo de Charles Sanders Peirce. Porém, a Pragmática neo-griceana da TR pouco pode ser associada a este funcionalismo, exceto pela crítica que Sperber & Wilson promovem ao modelo funcionalista.

Podemos associar o Pragmatismo e a Semiótica a um tipo específico de perpetuador acadêmico da tábula rasa – a versão que não nega a mente, mas que

⁶⁹ Os grifos são do autor.

considera desnecessário incluí-la aos modelos teóricos sobre as manifestações humanas. A versão de que a mente é uma *caixa preta* inacessível à observação assumiu vários nomes ao longo das décadas. Hoje em dia, há alguns teóricos que se satisfazem animadoramente com a hipótese da *mente social*. Segundo esta hipótese, a cultura é capaz de modelar não só a mente, mas principalmente a evolução dos comportamentos culturais. Parte da animação em relação à hipótese de o ambiente social moldar a mente se deve ao fato de que macacos, quando treinados para usar ferramentas, ativam áreas do cérebro nas quais não eram notadas nenhuma espécie de atividades cerebrais anteriormente à exposição às ferramentas. Um dos pólos de produtividade de pesquisas a esse respeito é o Laboratory for Symbolic Cognitive Development. Em entrevista à revista Época, Atsushi Iriki (2009: edição eletrônica), diretor do laboratório, resume as descobertas:

Eu e minha equipe ensinamos macacos-japoneses a usar um tipo de bastão para pegar frutas que estavam fora de seu alcance. Escolhemos animais dessa espécie porque eles não costumam usar instrumentos na vida selvagem, mas relatos indicavam que eles poderiam aprender. Depois de duas semanas de treinamento, eles conseguiam manejar o bastão para alcançar a comida. Alguns usavam outra ferramenta para pegar o bastão quando ele estava distante, para só então tentar puxar as frutas. Quando os macacos já estavam bem treinados na tarefa, foram submetidos a exames de ressonância magnética para observarmos o cérebro deles. Tivemos uma surpresa. Notamos mudanças no padrão de ativação de circuitos cerebrais que podem ter desencadeado a evolução da inteligência.

Porém, é necessário maior rigor ao considerar que estes experimentos demonstram que a cultura molda a mente. O próprio Iriki afirma que:

É sinal de que houve uma reorganização do cérebro. Alguns circuitos se integraram, o que tornou possível que os macacos fossem capazes de usar as ferramentas. Os neurônios de uma região do cérebro chamada córtex parietal, bem na parte de cima da cabeça, cresceram cerca de 1 milímetro e alcançaram outros neurônios, formando novas conexões. O cérebro dos macacos que não aprenderam a usar ferramentas não é assim.

Ou seja, embora tenha havido rearranjos, as mudanças ocorreram em áreas

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

específicas do cérebro, e não de maneira aleatória. Além disso, a capacidade de se utilizar de bastões de maneira cultural depende da ativação destas áreas específicas. O pesquisador ainda lembra que são as alterações no ambiente que promovem a necessidade de ativar as áreas responsáveis pelo comportamento cultural. Ou seja, nas palavras de Iriki, em vez de ser a cultura que molda o cérebro, são as pressões evolutivas que fazem com que os indivíduos passem a promover o comportamento cultural.

Embora o próprio Iriki saliente que a cultura exige características cognitivas específicas, muitos trabalhos que relacionam significados à neurologia visam corroborar a hipótese da mente social. Stefan Koelsch e colaboradores (KOELSCH et. al., 2004; STEIBEINS & KOELSCH, 2008) têm se dedicado a estudar a neurologia da linguagem musical em comparação à da linguagem verbal. Para eles, as áreas correlatas em ambas as formas de expressão humana evidenciam que, muito embora os linguistas rejeitem a ideia, a música possui propriedades semânticas. Se Iriki aponta para uma premência das capacidades cognitivas necessárias para que haja cultura, outras abordagens pautadas na neurologia do cérebro buscam corroborar aspectos condizentes com as da hipótese da mente social. Assumidamente, estas perspectivas teóricas tendem a compreender que a metalinguagem é a única ferramenta de demonstração de intencionalidades. O que, no caso da música, significa que são os padrões musicais envolvidos na execução que determinam os significados de uma estrutura comunicativa musical. Podemos compreender que estas pesquisas aceitam os conceitos tradicionais acerca da comunicação, pois elas levam em conta que os processamentos mentais relacionados à audição musical equivalem à replicação de conteúdos referenciais.

Um fato serve de argumento para esta hipótese, flagrantemente o cérebro humano é capaz de perceber variações musicais metalinguísticas. Portanto, o que se leva em consideração neste tipo de pesquisa é que as alterações intencionais na execução de um padrão musical promovem os significados musicais. Se para Jakobson, a escolha de termos (eixo paradigmático) aliada à maneira como os termos escolhidos se conectam (eixo sintagmático) gerando o efeito poético da linguagem verbal; para Koelsch e colaboradores, em relação à musicalidade humana, as escolhas melódicas, rítmicas e harmônicas determinam um conteúdo semântico apreensível pelos ouvintes. Não curiosamente, em geral estas propostas advogam por modelos que, de forma paradoxal,

exigem conhecimentos prévios dos ouvintes. A mente é posta para fora de observação com uma manobra tão simples, quanto errônea: os conhecimentos acerca do mundo ficam armazenados em uma caixa preta; quando informações novas são processadas, a caixa preta, de alguma forma, faz sua contribuição. O resumo de Steinbeins & Koelsch (2007:1) assevera os argumentos por uma semântica musical da seguinte forma:

Harmonic tension-resolution patterns have long been hypothesized to be meaningful to listeners familiar with Western music. Even though it has been shown that specifically chosen musical pieces can prime meaningful concepts, the empirical evidence in favor of such a highly specific semantic pathway has been lacking. Here we show that 2 event-related potentials in response to harmonic expectancy violations, the early right anterior negativity (ERAN) and the N500, could be systematically modulated by simultaneously presented language material containing either a syntactic or a semantic violation. Whereas the ERAN was reduced only when presented concurrently with a syntactic language violation and not with a semantic language violation, this pattern was reversed for the N500. This is the first piece of evidence showing that tension- resolution patterns represent a route to meaning in music.⁷⁰

A centralidade da harmonia na hipótese para os significados musicais apresentada por eles é defendida por meio das relações empiricamente observáveis entre sintaxe, semântica e música. Para os autores, a incongruência sintática e a incongruência musical são intimamente relacionadas; já no caso das propriedades semânticas, o mesmo não pode ser verificado:

This, however, suggests that whereas the syntactic interaction (LAN--ERAN) works both ways, the semantic interaction (N400--N5) only

⁷⁰ “Padrões de resolução harmônica de tensão têm sido hipotetizados por muito tempo como sendo significativos para os ouvintes familiarizados com a música ocidental. Mesmo que tenha sido demonstrado que peças musicais especificamente escolhidas podem prover conceitos significativos, a evidência empírica a favor desta via tão especificamente semântica tem faltado. Aqui nós mostramos que dois potenciais relacionados a eventos em resposta a violações de expectativa harmônica, a negatividade direita precoce anterior (ERAN) e do N500, pode ser modulada de forma sistemática e simultânea apresentou material contendo uma linguagem sintática ou uma violação de semântica. Considerando que o ERAN foi reduzido somente quando apresentado simultaneamente com uma violação de linguagem sintática e não com uma violação de linguagem semântica, este padrão foi revertido para a N500. Esta é a primeira prova mostrando que os padrões de resolução de tensões representam uma rota para o significado da música.”

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

works in the direction of music.⁷¹ (STEINBEINS & KOELSCH, 2008: edição eletrônica).

Segundo os autores, as expectativas harmônicas de ouvintes são intimamente associadas a violações sintáticas. Em contrapartida, as violações semânticas pouco afetam as expectativas de harmonia, enquanto as violações harmônicas alteram as expectativas semânticas.

Primeiro vamos tentar compreender o que os autores concebem a respeito do termo semântica. Como já descrevemos no primeiro capítulo, o campo de estudos formal dos semanticistas, a rigor, pouco tem a ver com o estudo comunicativo, visto que o alvo de seus estudos recai sobre deduções acerca das relações referenciais e lógicas observáveis em sentenças. O abismo que existe entre as relações lógicas semanticamente dedutíveis e o significado efetivo de enunciados verbais é o fato que leva a consolidação da área de estudos dos pragmaticistas. Neste sentido, semântica não é uma característica cognitiva da linguagem, mas sim, de sentenças. É na maneira pela qual nos utilizamos de sentenças (e suas relações semânticas inerentes) em ações comunicativas que reside o caráter cognitivo envolvido na comunicação humana. Desta forma, não apenas códigos portadores de características semânticas são potencialmente comunicativos. Mas sim, toda e qualquer manifestação que serve a determinados indivíduos engajados em um propósito comunicativo promoverem interações entre representações acerca das coisas do mundo cultural que nos rodeia. Neste sentido, tanto as linguagens capazes de manifestar relações semânticas, quanto as não capazes de tal, devem promover processamentos pragmáticos. Portanto, nos parece que Steinbeins & Koelsch (2007) descrevem que, a despeito de toda a ausência de conteúdos semânticos, violações de expectativas harmônicas devem produzir expectativas de relevância.

A necessidade de postular uma semântica musical é típica de abordagens empíricas sobre este fenômeno cultural. Além de sempre necessitar do auxílio de uma caixa preta que carrega as idiossincrasias inerentes ao processo, qualquer tentativa de fazer uma descrição empírica de significados de artefatos culturais recorrerá ao erro de excluir os intérpretes destes artefatos de suas postulações acerca do tema. A canção

⁷¹ “Isso, no entanto, sugere que, enquanto a interação sintática (LAN - ERAN) funciona nos dois sentidos, a interação semântica (N400 - N5) só funciona no sentido de músicas.”

popular demonstra a todo o momento que o público não apenas recebe uma informação. Um caso emblemático é o do compositor e intérprete Julinho da Adelaide e sua obra prima: ‘Você não gosta de mim, mas sua filha gosta’. Por mais que Chico Buarque, o criador do fictício músico, insista em dizer em entrevistas e depoimentos que a sua intenção era apenas a de brincar com a censura do período ditatorial brasileiro, a versão de que foi uma canção escrita para tripudiar o general Garrastazu Médici, que supostamente teria uma filha fã de Chico, é tão agradável ao público do compositor, que atualmente é impossível desvencilhar a história da canção. No fim das contas, uma estrutura musical que foi composta para parecer uma ingênua música da Jovem Guarda, passou a ser uma representação de contestação ao regime militar. Este processo dependeu ativamente do papel do público como atratores culturais. Cada indivíduo que conta a sua versão sobre esta canção atua de forma a tornar possível a epidemiologia das representações que possibilita que uma representação musical se torne relacionável a ideologias improváveis.

3.2. Música e atos de fala

Outra hipótese que supõe um ouvinte passivo é a que coloca o ouvinte numa posição de ator em um jogo comunicativo no qual os papéis estão pré-estipulados. A ideia de um ato musical análoga à concepção de atos de fala também exige que o ouvinte aceite passivamente as intenções manifestas pelo código musical. Jack London (1996), ao analisar o efeito cômico de uma composição de Haydn, declara:

I hope to show not only that a speech act analysis of Haydn's quartet can allow us a better understanding of how its joke works, but also that such an analysis is essential if we wish to understand why the ending is funny. Indeed, it is precisely by focusing on a particular level of analysis-the speech act-and by ignoring other potential parallels (real or imagined) between musical and linguistic structure that significant relationships between music and language may become apparent.

But I have a larger purpose here as well. For I want to start by arguing that, as a result of our enculturated belief that music is a kind of language, we can and often do treat music as a linguistic phenomenon. That is, we acquire our mechanisms for dealing with intentional communicative behavior through our acquisition of a linguistic framework. Language becomes the prototypical framework for

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

dealing with all other kinds of meaningful communicative behavior which we encounter.⁷² (LONDON, 1996: 49).

O viés analítico apontado por London fica claro em dois sentidos: primeiro pela característica funcionalista da abordagem (“por que a piada funciona? Por que o final é engraçado?”); e segundo porque considera que este funcionalismo comunicativo só pode ser exposto se o enfoque da análise considerar o fim da composição jocosa de Haydn um análogo a um ato de fala. Além de desconsiderar declaradamente um papel para os mecanismos cognitivos envolvidos no ato em questão, a abordagem também declara que, ao ouvinte de música, apenas cabe o papel de aprender a se comportar diante do código musical assim como se fosse um código linguístico. Ou seja, o comportamento comunicativo corresponde a uma maneira de incorporar os significados do mundo social. À ciência da linguagem caberia, segundo London, cumprir a tarefa de descrever analiticamente, caso a caso, os fatos que envolvem a comunicação humana por meio de linguagem musical.

Rejeitamos esta outra forma de defesa da tábula rasa musical, dado o fato que consideramos extremamente implausível a assunção de que a linguagem verbal e a musical sejam análogas enquanto estruturas. Consideramos que os fatos da comunicação verbal são inerentes a uma característica fundamental que é ausente em códigos musicais: sentenças, além de serem códigos sintaticamente estruturados, também são fontes de informações comunicativas ricas, pois as evidências oriundas dos conteúdos semânticos de enunciados fornecem informações complexas para os membros de um dado ato comunicativo.

Borges Neto (2005: edição eletrônica) ao questionar se música é, de fato, uma linguagem, expõe o seguinte argumento:

⁷² “Eu espero não apenas mostrar que a análise do ato de fala do quarteto de Haydn pode nos permitir uma melhor compreensão do modo como funciona a sua piada, mas também que essa análise é essencial se quisermos compreender por que o final é engraçado. Na verdade, é justamente por concentrar em um determinado nível de análise – o ato de fala – e por ignorar outros paralelos potenciais (reais ou imaginários) entre estrutura musical e linguística que as relações significativas entre música e linguagem podem se tornar aparentes. Mas eu tenho um objetivo maior aqui também. Pois eu quero começar argumentando que, como resultado de nossa crença enculturada de que a música é um tipo de linguagem, nós podemos, e muitas vezes tratamos música como um fenômeno linguístico. Ou seja, nós adquirimos nossos mecanismos para lidar com o comportamento comunicativo intencional por meio da aquisição de um quadro linguístico. Linguagem torna-se o quadro-protótipo para lidar com todos os outros tipos de comportamentos comunicativos que encontramos.”

Não consigo ver, no entanto, o que poderia constituir um léxico (uma morfologia) na linguagem da música. Parece que falta à música a dupla articulação que caracteriza as línguas naturais. Explico. A estrutura das expressões lingüísticas parece prever, inicialmente, uma articulação de elementos não-significativos (sons, por exemplo) em estruturas maiores também não-significativas (sílabas, por exemplo). Paralelamente, a estrutura das expressões lingüísticas pode ser vista como a articulação de elementos significativos mínimos (morfemas ou palavras) em estruturas maiores (sintagmas ou sentenças). Numa analogia, poderíamos dizer que a estrutura das expressões lingüísticas, como uma casa, supõe materiais de construção (os sons, as sílabas, os acentos, o ritmo, etc. que equivaleriam ao tijolo, cimento, madeira, pregos, etc.) e supõe uma organização desses materiais em “estruturas funcionais” (os morfemas, palavras, sintagmas e sentenças equivaleriam aos quartos, cozinha, banheiros e salas de uma casa). Assim como podemos dizer que uma casa é feita de tijolos, ferro, cimento, vidro etc, podemos dizer que a casa é feita de sala, quartos, cozinha e banheiro. Assim como podemos dizer que uma língua é constituída de sons, acentos, sílabas, etc, podemos dizer que uma língua é constituída de palavras, sintagmas e sentenças. Claramente essas duas articulações são de naturezas distintas. Claramente a música possui a primeira articulação (a dos “materiais de construção”) mas não parece claro que possua a segunda articulação.

Concordamos com o argumento de Borges Neto em relação às diferenças significativas entre as duas formas de códigos comunicativos. Concordamos também, que a única maneira de considerar que música é linguagem é por meio de uma compreensão pragmática a respeito do tema. Ou seja, considerando que estruturas musicais não significam nada por si só, mas podem adquirir um significado devido à maneira pela qual um tema musical pode vir a ser usado. O texto de Borges Neto é habilmente construído em diálogo com as indagações de Antovic (2004) acerca do prestigiado conceito de um gerativismo das músicas tonais proposto por Lerdahl e Jackendoff (1983). A principal questão levantada por Antovic diz respeito à ausência de uma articulação palpável para o significado musical.

Borges Neto, embora sugira que os pragmaticistas possam abrir caminho para abordar a questão da comunicação musical, considera que uma noção modular da mente impede a concepção de que música seja linguagem. Para ele, Chomsky rejeitaria esta concepção, visto que os módulos envolvidos no processamento de códigos lingüísticos e códigos musicais são diferentes:

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

Talvez, o entendimento de que tanto a música quanto as línguas naturais (a linguagem) são sistemas biológicos que podem ser usados pelas pessoas para veicular seus próprios significados abra perspectivas de análise que permitam o surgimento de alternativas teóricas (e empíricas) viáveis, resolvendo o problema de Jackendoff. Talvez a abordagem pragmática seja essa alternativa. Há ainda um problema a ser enfrentado. Creio que Chomsky concordaria com a conclusão de que a música pode ser entendida como um sistema biológico semelhante à linguagem humana, com fonologia, sintaxe e pragmática. Não creio, porém, que ele concordasse com a afirmação de que música é linguagem (de que o sistema é o mesmo). (BORGES NETO, 2005).

Já descrevemos que a abordagem modular proposta pela TR difere da que é defendida pela concepção tradicional, tal como defendida por Fodor (e Chomsky). Consideramos que a TR resolve satisfatoriamente os problemas expostos por Borges Neto. Pois, tendo em vista os conceitos expostos a partir da noção cognitiva de Sperber & Wilson, relevância é uma característica intrínseca à cognição humana. E não apenas do processamento de enunciados. A maximização das expectativas de relevância, como já abordado nos capítulos anteriores, é uma característica geral do comportamento cultural humano. Senão, teremos também de concluir que inclusive a linguagem verbal falada e a escrita diferem, pois, *a priori*, não compartilham integralmente a atuação modular inerente ao processamento específico de cada tipo de texto verbal. Textos escritos são percebidos do meio ambiente pela visão; já a fala é processada a partir da audição. Como já argumentamos, se um órgão da linguagem deve promover a comunicação (e não apenas os padrões sintáticos de enunciados), então, este órgão deve depender da integração de inúmeras informações provenientes do próprio sistema cognitivo que processará as informações comunicativas. Desta forma, o que acreditamos ser um órgão da linguagem não é, de maneira alguma, um órgão restrito a uma atuação de domínio exclusivamente linguístico. Mas sim, um órgão de atuação de diversos domínios informativos. Informações linguísticas, visuais, musicais, sonoras, táteis, memórias, sentimentos etc. são elementos que compõem o arsenal de informações que nos proporcionam as relações lógico-causais próprias da comunicação efetiva. Parafraseando a dupla sertaneja: quando a gente se comunica, qualquer coisa serve para informar.

Façamos, pois, um exercício reflexivo acerca dos mecanismos necessários à

cognição adequada em relação ao som de uma buzina. Suponhamos de novo o caso do pedestre desatento atravessando uma avenida. Talvez, a saúde do pedestre dependa de uma interpretação comunicativa extremamente rápida (e, portanto, modular). Não basta a este pedestre que sua *audição* tenha um processamento modular. Afinal, o som da buzina deve ser devidamente *conceituado* como um som produzido por um motorista. Além disso, é necessário que este pedestre possa *representar* esta informação sonora como uma informação potencialmente relevante. Audição, conceituação e representação são intrínsecas à comunicação humana. Portanto, não apenas códigos portadores de referência semântica são linguagens, mas sim, toda e qualquer manifestação humana intencionalmente comunicativa.

3.3. A epidemiologia de representações musicais

Propomos que a musicalidade humana é comunicativa (e, portanto, linguagem) porque é um tipo de comportamento humano capaz de promover códigos que servem de ferramentas de interação acerca de representações do mundo. Uma representação musical é compreendida como uma manifestação cultural humana, da qual indivíduos que compartilham informações culturais em comum se utilizam para promover representações idiossincráticas, porém dissemináveis (via linguagem verbal). Consideramos que há uma importante relação entre a criatividade (fato que se origina no âmbito cognitivo, ou seja, individual) e comunicabilidade sobre o fato criativo. Desta forma, não apenas a musicalidade metalinguística é capaz de promover informações potencialmente enriquecedoras de significado. A música popular, por exemplo, é frequentemente associável à imagem que os intérpretes da música assumem para si, quando se colocam na posição de produtores de comunicados musicais. Da mesma forma que os cabelos compridos são quase obrigatórios a guitarristas de Heavy Metal; calças jeans fazem parte do uniforme de roqueiros e sapatos brancos remetem os ouvintes de música brasileiros aos sambistas malandros e suas melodias sincopadas.

Acreditamos, portanto, que a TR e a ER proporcionam uma alternativa para investigar o papel da comunicação verbal acerca de códigos musicais. Segundo nossa proposta, ouvintes de música propõem verbalmente significados acerca de músicas. Desta forma, os ouvintes de música não apenas se comportam passivamente frente aos

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

códigos musicais, pois o código musical é intrinsecamente vago. Porém, como somos condenados a investigar os ambientes culturais nos quais vivemos da maneira mais satisfatória quanto possível, devido a nossa mente modular, naturalmente estamos sempre predispostos a conceituar e interpretar os sons musicais aos quais somos expostos. Especificamente em relação à comunicação verbal, as canções populares são demonstrações que significados musicais são culturalmente construídos e compartilhados pelos membros de um dado grupo social.

Curiosos casos de paródia a estéticas musicais são comuns no cancioneiro popular. Obviamente, o exagero de determinados maneirismos puramente musicais fazem parte da maioria das paródias como as promovidas por grupos como Mamonas Assassinas ou Língua de Trapo. Entretanto, não há como ignorar o papel de versos como: “ser corno ou não ser/eis a minha indagação” da paródia que os Mamonas promoveram sobre a estética das músicas sertanejas da década de 1990, as chamadas músicas de dor-de-cotovelo. Podemos considerar que a metacanção é um exercício comunicativo que extrapola o âmbito puramente musical ou puramente linguístico. Canções sobre canções ao mesmo tempo em que expõem interpretações sobre sons musicais, demonstram também relações lógico-causais que extrapolam o âmbito musical. Cada um de nós tem relações completamente individualizadas com cada uma das músicas que conhecemos. Isso, porém, não quer dizer que impressões sobre nossas músicas prediletas não possam ser compartilhadas. Tanto podem, como de fato, efetivamente muitas pessoas se especializaram em publicar impressões e interpretações sobre as músicas que nos rodeiam. Não só estes fatos comunicativos isolados ajudam a difundir determinadas músicas em detrimento de outras, como também promovem interpretações mais ou menos aceitas sobre o querer dizer inerente a determinadas estéticas musicais.

Quando um estudante universitário divulga a versão de que Chico Buarque compôs uma grande afronta a um presidente militar que passou despercebida pela censura, ele está ajudando a disseminar uma história acerca de uma música. Não há decodificação de significados musicais envolvidas neste processo. Mas sim o reconhecimento de que determinados padrões estético-musicais devem ser compreendidos de forma cultural. Isso leva em consideração não só a música em si, mas também o reconhecimento de que ela é cantada por um intérprete que compõe tendo em

vista seu próprio público. Visto que, tanto a letra cantada pelo pseudônimo de Chico, quanto os padrões musicais da canção soam incoerentes, tendo em vista a suposição de que o compositor/intérprete e seu público não se identificam com as atitudes típicas relacionadas à Jovem Guarda, processamentos pragmáticos ficam expostos a partir da constatação de que se fez necessária a criação de uma história para explicar as incongruências expostas pela canção.

Não há uma caixa preta que incorpora significados ou comportamentos diante de jogos de linguagem. Pelo contrário, há o desnudamento das capacidades cognitivas envolvidas não só na percepção, mas também na conceituação e na interpretação da canção como um artefato culturalmente constituído. A atuação dos ouvintes de Chico Buarque pode ser considerada, com o exemplo exposto, muito mais do que simplesmente a de receber passivamente os significados construídos, mas, literalmente atuaram como atratores culturais ao disseminar representações públicas acerca das representações expostas na voz de Chico Buarque cantando: “você não gosta de mim, mas sua filha gosta”. Embora o compositor tenha manifestado um comportamento tendo expectativas comunicativas diferentes da de seu público, a interpretação que o público propõe parece agradar até mesmo o compositor.

Consideramos, portanto, que não há ingenuidade nos comportamentos de seres humanos, quando estão envolvidos em atos comunicativos. Não estamos propondo esta interpretação tendo-a em vista como um estudo de caso. De fato, não consideramos estar fazendo uma análise, mas sim, expondo fatos pertinentes às representações comumente relacionadas a uma canção conhecida pelo público de música popular brasileira. A nossa abordagem se apoia na descrição de relevância fornecida por Sperber & Wilson, e propomos que ouvintes de música podem vir a representar culturalmente as músicas a que são expostos porque tendem a buscar a melhor interpretação possível acerca do mundo cultural que os rodeia. De certa forma, essa característica fica exposta na premência que a comunicação verbal sobre as artes musicais exercem na relação que o público mantém com mundo musical. Não nos basta, como ouvintes de músicas, apenas sentir a expressividade contida em músicas, é necessário que emitamos opiniões, interpretações e expectativas. As representações musicais que habitam nossas mentes não são impressões escritas em nossos cérebros pelas músicas a que somos expostos. Mas sim, frutos de um instinto cultural. Derivar as melhores representações acerca do

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

mundo cultural é, ao mesmo tempo, uma capacidade complexa (já que demanda a integração de informações oriundas de inúmeros domínios cognitivos); mas também, podemos considerá-la uma atividade cotidiana, que cada ser humano, quando exposto a músicas, promove em graus que variam de acordo com as expectativas de relevância que cada um de nós, indivíduos imersos em ambientes saturados de informações culturais, promovemos de forma a solucionar as dúvidas e curiosidades que nós mesmos geramos em nosso relacionamento com as coisas culturais do mundo.

3.3.1. Uma abordagem probabilística para a cultura humana

O viés anti-analítico que nós adotamos se deve, principalmente, a uma rejeição ao caráter determinístico das abordagens etnocêntricas. Um dos perigos envolvidos no enfoque da diversidade promovido pela negação dos aspectos universais da comunicação e da cultura humana é a conclusão de que os fenômenos culturais são fatos inevitavelmente determinísticos. Os indivíduos são considerados parte integrante do macro-organismo social e, desta forma, os fatos da vida cultural moldam os fatos da psicologia humana. Versos de um antigo samba de Wilson Batista expõem desta forma a tese:

Se o homem nasceu bom
E bom não se conservou
A culpa é da sociedade
Que o transformou

O ingênuo argumento do samba de Batista pode ser encontrado em todas as posturas teóricas que postulam sobre o comportamento humano, desconsiderando a cognição como fato da vida cultural. É o que ocorre, por exemplo, com a abordagem da teoria memética, que satisfatoriamente explica porque povos diferentes possuem memes diferentes acerca de criador divino. Segundo o viés memético, a vida social determina a existência no âmbito individual de memes socialmente compartilhados. Embora esta abordagem seja até mesmo arrojada quando a notamos como uma postura de uma perspectiva naturalística para os fenômenos culturais, ela não considera que os indivíduos interpretem as informações contidas nos memes. Ou seja, os memes

determinam os fatos da vida mental. Isso demonstra uma incoerência da teoria memética, pois ela não explica porque Dawkins é ateu, mesmo morando em um país onde a religiosidade é tida como uma virtude. Da mesma forma que os memes não explicam as idiossincrasias intrínsecas da comunicação humana, as posturas analíticas tendem a considerar que a manifestação empírica de códigos culturais é, em si, explicativa dos fatos da vida comunicativa relacionados ao artefato. Isso também fica explícito em análises que levam somente em consideração as relações de poder contidas no discurso. O discurso é tido como um fato impositivo da vida social.

Expostos os argumentos acima, supomos que seja conveniente expor que a combinação dos conceitos oriundos da TR e da ER fornecem um quadro mais satisfatório para cultura humana do que os determinísticos. A concepção probabilística fornecida por este viés cognitivo nos permite compreender a diversidade cultural, sem que excluamos o papel inerente aos indivíduos que promovem a cultura. Isso nos possibilita conceber não apenas os aspectos estruturais envolvidos na manifestação explícita da cultura humana, mas também, o aspecto gerativo universal da criatividade cultural de nossa espécie. Um gerativismo cultural leva em consideração que os procedimentos computacionais envolvidos na manifestação do comportamento cultural são estruturados de maneira a promover interpretações lógico-causais acerca do mundo. Leva também em consideração que partes incongruentes da cadeia lógico-causal podem ser substituídas por outras informações que venham satisfazer de maneira mais adequada as expectativas de relevância de quem promove (interpretando ou manifestando) a cultura humana.

A concepção probabilística julga que os ouvintes de música devem ser capazes de articular interpretações que lhes satisfaçam às expectativas de relevância. Ou seja, um mérito desta postura é o de conseguir, ao mesmo tempo, descrever por que Dawkins pode ter uma representação não determinada do meme acerca da criação da vida. Embora ele obviamente conheça as mais diversas representações que atendem pelos nomes de Deus, Alá, Buda ou qualquer outro equivalente, ele, pessoalmente prefere acreditar que a vida terrestre não tem origem divina. Pode-se argumentar que a interpretação de Dawkins é apenas uma replicação da versão científica de um meme para a criação divina. Mas para isso, tem de se aceitar que os significados equivalem à verdade palpável das coisas do mundo. Em vez disso, preferimos aceitar o fato de que

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

até mesmo as ciências também são fatos culturais, que só existem no mundo porque seres humanos as promovem. Obviamente as ciências têm a obrigação de se submeter ao escrutínio mais rígido de todos: a própria realidade. Mas isso não significa que, qualquer que seja o estágio que uma determinada ciência alcance em relação à descrição objetiva da realidade, ela deixará de ser um construto conceitual criado pela e para a nossa espécie.

Tendo em vista essa nossa posição de que os fatos da vida social devem ser concebidos como resultados diretos da capacidade criativa de cultura de nossa espécie, devemos esclarecer que não rejeitamos a importância da vida social para o comportamento humano. A diferença é que concebemos um papel humano para a concretização do social. A sociedade não é considerada como um macro-organismo, mas sim, como uma macro-organização resultante de esforços individuais que consistem na promoção de epidemiologias de representações. Sendo a sociedade um construto e não a construtora, podemos não só vislumbrar a força da sociedade para a individuação comportamental, mas também propor um papel para a força contrária, aquela que vem diretamente da personalidade e se propõem ao mundo social.

Representações musicais são frutos da existência de músicas em sociedades humanas. Nós nos sentimos atraídos por determinadas músicas em detrimento de outras, em parte porque temos personalidades musicais distintas, mas também porque construímos representações diferentes dos fatos musicais como artefatos culturais. Nosso papel como ouvintes de música vai muito além do de interpretar os códigos musicais que escutamos. Como ávidos atratores culturais, acabamos agindo de forma a promover relações lógico-causais que extrapolam o âmbito individual quando são comunicadas via linguagem verbal. Isso demonstra que, muito embora tenhamos desde muito cedo preferências musicais, aprendemos os significados musicais nas relações sociais que desempenhamos ao longo de nossas vidas. Longe de sermos passivos, não só aprendemos o que as músicas significam por meio do contato com outras pessoas; mas também que todos os ouvintes promovem os significados musicais quando interpretam o mundo musical de acordo com as nossas expectativas de relevância.

3.4. Aspectos psicológicos da distribuição de representações musicais

Conceber a epidemiologia de representações musicais equivale a compreender os mecanismos psicológicos envolvidos na distribuição de uma representação musical em uma determinada população. Cada caso de música amplamente distribuída em uma mesma população possui, obviamente, explicações diversas que determinam seu sucesso epidemiológico. Porém, há uma diferença entre compreender porque uma música faz sucesso e conceber os motivos que fazem com que uma música se mantenha amplamente disseminada em novas gerações de ouvintes ao longo dos anos. Não descartamos que fatores como a indústria fonográfica, que atua promovendo as músicas de determinados artistas em detrimento de outros, é, certamente, uma parte da explicação da distribuição de músicas em populações. Mas, temos a forte intuição de que a estabilidade de uma representação musical em uma população humana deve estar desvinculada deste tipo de fator.

A indústria de comercialização de música é extremamente eficaz em promover negócios tendo os sons musicais como o principal produto. Justamente por isso, consideramos que a promoção de uma música não implica em aceitação passiva do discurso musical. O fato de uma música como “Brasileirinho”, de Pixinguinha, seguir sendo executada por músicos de novas gerações de chorões é, em certa medida, mais adequadamente nos termos cognitivos de atração. Isso fica evidente no fato de que a indústria musical promove modas que, em geral, são efêmeras. Mesmo se considerarmos que a moda tem uma grande parcela de característica replicadora de conteúdos mentais (parecer como o ator da moda ou com o DJ do verão), devemos estar abertos ao fato de que nem tudo relacionável a uma moda é efêmero. A Jovem Guarda foi uma verdadeira febre. Porém, nada de efêmero há nas consagradas carreiras de Roberto e Erasmo Carlos.

Seria um grande desperdício de esforço acadêmico se buscássemos buscar identificar quais são os motivos que tornam a música de Pixinguinha em presença obrigatória em qualquer apresentação de Choro. Em vez disso, preferimos assumir que intencionalidade e motivação, conceitos que só podem ser originados no âmbito do indivíduo, exerçam um papel definitivo na disseminação de ideias sobre coisas do mundo cultural. Representações que tendem a se manter estáveis devem, portanto, ser

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

consideradas como aquelas que exercem uma maior atratividade aos indivíduos que compõem uma população específica. Isso não significa que determinadas músicas sejam mais ou menos significativas (que possuam informações mais relevantes) do que outras; mas sim que, por inúmeros motivos, determinadas músicas passam a ser mais representativas para pessoas de uma dada população.

Claro que há qualidades puramente musicais que facilitam a atratividade de uma música. A execução musical é, sem dúvida, um dos fatores mais apreciados em relação às artes musicais. Porém, acreditamos que a apreciação estética é uma atividade que, em parte, é uma atividade intrinsecamente social. Isso fica evidente no fato de que não basta apreciar música, a comunicação verbal sobre a atividade estética é uma premência da própria atividade estética. O que significa que concebemos uma dupla natureza complementar entre mecanismos psicológicos que atuam como atratores em relação aos códigos musicais: de um lado, o próprio domínio musical, preenche de expressão emotiva; de outro, o domínio cultural no qual as músicas que nos rodeiam se inserem.

Especificamente no caso da canção popular ocidental, música e letra parecem ser um conjunto extremamente eficaz na produção de artefatos culturais. Talvez esse seja o motivo de canções serem extremamente populares na música ocidental contemporânea. De qualquer forma, a canção é uma ferramenta comunicativa que fornece indícios públicos de intenções comunicativas de maneira dupla. Ao reunir códigos de diferentes naturezas, o intérprete de uma canção fornece a seus ouvintes uma dupla fonte de investigação sobre os significados inerentes a uma mesma manifestação artística. A musicalidade de uma Bossa Nova, por exemplo, pode ser a manifestação de um deboche à turma do banquinho e do violão que só se torna evidente por meio de uma letra incongruente com a tradição bossanovista.

Para que essas relações sejam possíveis, é necessário que algumas informações acerca do mundo musical no qual a Bossa Nova se insira possam ser compartilhadas pelos indivíduos uma população. A maneira mais evidente pela qual ouvintes de música sem treinamento musical efetivam este tipo de compartilhamento é pela comunicação verbal. Em outras palavras, um indivíduo reconhece que uma canção é uma Bossa Nova (ou um deboche a ela) não só porque ele é capaz de reconhecer sonoridades musicais, mas também porque possui a capacidade de representar os padrões musicais típicos de tal estilo como padrões estéticos produzidos por alguém e para alguém. Ou seja, quando

estamos falando de música, não estamos apenas falando sobre o domínio musical em si, mas, principalmente, sobre como as questões do domínio musical se inserem no domínio cultural de uma dada população humana. A representação musical deve, portanto, exercer tanta atratividade quanto a musicalidade em si.

3.4.1. Cadeias causais de cultura

Cultura não é um fato que pode vir a ocorrer de maneira isolada, confinada ao âmbito individual. Uma representação torna-se cultural quando mais de um indivíduo passa a relacionar crenças acerca de um dado artefato. Músicas são representações que, em algum momento, foram apenas representações mentais e eram acessíveis apenas aos compositores delas. Em algum momento, alguém julga necessário tornar pública uma representação musical que outrora esteve confinada ao seu repertório representativo individual. É no momento em que se torna pública, ou seja, acessível a outras pessoas que não o compositor, que uma representação musical gerada individualmente torna-se um fato cultural. A cultura é, portanto, uma maneira de difundir crenças acerca das coisas do mundo. Ninguém gera musicalidades desprovidas de relações representativas. Quando um jovem escolhe estudar um determinado instrumento, sua decisão envolve muito além de preferências puramente musicais. A trajetória de um músico ou de um compositor é em si uma história de escolhas. Afinal, não é possível compor bem todos os estilos de música, tampouco é viável ser bom instrumentista em um sentido amplo. A carreira musical é uma carreira de profissionais altamente especializados. Na música popular isso pode ser observado, por exemplo, na necessidade de rotular não somente as músicas, mas também, os profissionais da música. Nós nos referimos ao sambista Noel Rosa, ao compositor de Tango, Astor Piazzola, ao pandeiro reverso de Marcos Suzano, à psicodelia dos acordes da guitarra de Jimi Hendrix, ao experimentalismo de Hermeto Pascoal, à rebeldia do Hardcore e a tantas classificações e maneiras de rotular a música quantas forem preciso ser criadas. Estas expressões ocupam a linguagem cotidiana de ouvintes das músicas que estão relacionadas a elas. O léxico musical dos ouvintes de música, além de cumprir um papel semântico referencial, exerce, essencialmente, a função de fornecer indícios sobre a inserção cultural destas musicalidades.

Mesmo no caso em que uma referência a um artefato cultural (e aqui nós

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

consideramos compositores, músicos e intérpretes como legítimos artefatos culturais) tem por base uma consideração técnica em relação à execução musical, a marca principal não é referencial, mas sim, pragmática. Um exemplo disso é o caso do termo pandeiro reverso, que é frequentemente utilizado em referência à técnica de execução de pandeiros desenvolvida pelo percussionista Marcos Suzano. O reverso é devido ao fato de que Suzano inverte a sequência de movimentos típica da execução do pandeiro. Isso possibilita que as sincopas sejam executadas com evidência, além do que facilita a execução de ritmos pouco usuais ao pandeiro. De fato, pouca gente (além dos percussionistas interessados no método, é claro) compreende o que isso quer dizer em relação à execução do instrumento. É mais provável que quando algum fã ou crítico entusiasta utilizem do termo, eles estejam de fato fazendo referência à inusitada experiência que Suzano proporciona ao executar Jazz, Blues, Flamenco ou o que precisar com seu pandeiro.

A distribuição de representações sobre um pandeiro reverso é, em parte, compreensível pela própria existência material dos sons relativos a ele; e, em parte, resultado do conjunto de crenças relacionáveis a estes padrões de sons e que, de uma forma ou de outra, tornam estas representações mais atrativas de publicidade. Desta forma, tornar pública uma representação verbal acerca de uma representação musical é uma maneira eficaz de promover a atratividade de uma música. Isso também se deve ao fato de que a referência verbal a um elemento musical sempre será uma atitude vaga, até que haja, de fato, uma relação empírica com a música. Mas também porque nossas próprias palavras são sedutoras e, por meio da sedução verbal, músicas passam a ter uma relação intrínseca não só com as pessoas de uma população. Esta relação torna-se inerente também aos acontecimentos sociais em si. O fato de depositarmos nossos pensamentos nas músicas que ouvimos torna a música em si uma ferramenta comunicativa que, muito embora destituída de relações semânticas, é integralmente reconhecível como código expressivo pelos indivíduos que compartilham os códigos musicais. Da mesma forma que não compartilhamos apenas informações lexicais e gramaticais, mas também pensamentos, compartilhamos também a expressividade que as pessoas depositam na musicalidade que nos rodeia.

Ou seja, dizer que uma música é compartilhada por pessoas de uma população equivale a dizer que há, nas mentes destas pessoas, uma representação musical

duplamente articulada. Para conceber tal, faremos uma analogia com a distribuição de histórias acerca de uma narrativa. Um conto, por exemplo. Afirmar que a narrativa de Chapeuzinho Vermelho é amplamente disseminada não é a mesma coisa que afirmar que uma determinada versão da narrativa (história) está replicada na mente de pessoas. Além de cada uma das pessoas que conhece a narrativa em questão ter entrado em contato com ela por meio de diferentes versões dela, a representação mental que possuem para a narrativa é uma reconstrução própria para ela. Quando uma pessoa afirma conhecer uma determinada narrativa, ela está, a priori, dizendo que possui uma versão própria para uma história a que ela foi exposta. Uma representação mental acerca de um dado artefato cultural é, então, fruto de uma cadeia causal lógica individualizada a respeito de um fato que é público. De maneira análoga, quando um ouvinte reconhece uma música como um artefato cultural, ele está, de fato, reconhecendo que possui uma versão mental própria de uma determinada música. Nossa mente de ouvintes de música não precisa de uma cópia fiel de uma música para que tenhamos uma representação mental dela.

De acordo com a nossa hipótese de que um módulo musical cultural é muito mais saliente do que os conhecimentos provenientes de um módulo puramente musical, uma representação musical é, portanto, não apenas o reconhecimento dos elementos musicais, mas principalmente, o reconhecimento de que determinados padrões musicais se inserem de determinadas formas nas sociedades nas quais estes padrões podem ser observados publicamente. Determinados padrões musicais são mais restritos do que outros em relação às populações nas quais circulam. E mesmo dentro de uma população, determinadas histórias geram narrativas que tendem a ser mais disseminadas do que outras. Pode ser que haja, por exemplo, versões sobre Chapeuzinho Vermelho que não incluam um Lobo Mau, mas sim, um inocente cachorro vira-latas. Mas, não excluir esta possibilidade não significa considerá-la uma versão mais atrativa da narrativa. O que quer dizer que aceitamos que as versões contendo um lobo violento e sanguinário são mais predispostas a serem disseminadas em detrimento de versões que não metam medo. Podemos visualizar esta concepção na figura a seguir:

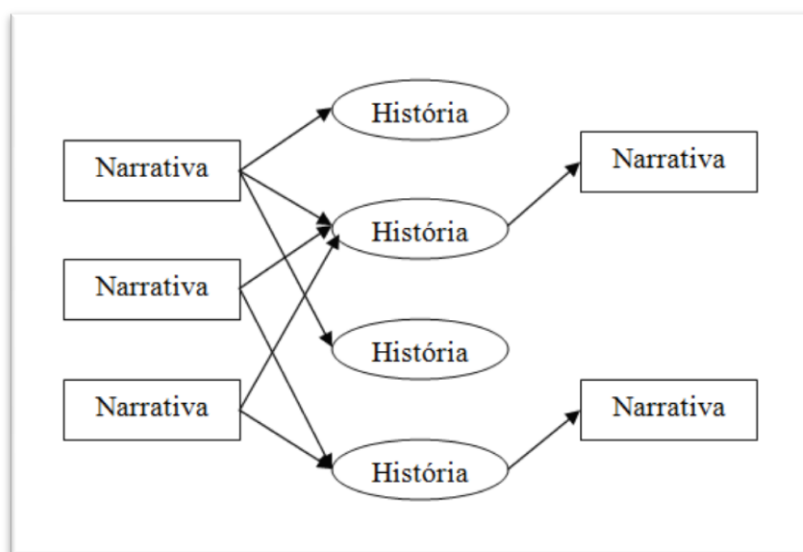


Figura 3 – Fragmento de cadeia causal de cultura

Na figura 1, podemos conceber a cadeia causal responsável pela ampla distribuição de uma representação hipotética. As narrativas são representações públicas de uma determinada música. Algumas destas narrativas são musicais; enquanto outras, verbais. Já as histórias correspondem às representações mentais acerca do artefato cultural musical. Todos os indivíduos concebidos nesta figura possuem ao menos uma versão vaga sobre o mesmo artefato. Alguns tiveram acesso a representações verbais; outros, a representações musicais; e ainda há os que tiveram acesso a ambas as formas representativas. Nem todos julgaram pertinente promover, eles mesmos, narrativas sobre a versão da história que possuem. Entre os que se sentiram motivados a tornar públicas suas versões da representação, há os que fizeram versões musicais e os que falaram ou escreveram sobre a representação musical.

Tanto os que só conhecem o código musical, quanto os que somente possuem representações verbais acerca da representação musical, possuem representações vagas acerca do artefato. Tal vagueza fica explícita em um enunciado como:

(14) A sofisticação jazzística da Bossa Nova é tão chata quanto a classe média.

A formulação de um enunciado como (14) só é possível se informações acerca de como os padrões estéticos da Bossa Nova se inserem nas diferentes populações brasileiras estiverem disponíveis a quem a formulou. Se o ouvinte desta fala não reconhecer os padrões estéticos da Bossa nova ou tampouco puder associar estes

padrões a informações culturais adequadas, a interpretação a este enunciado recrutará novos conhecimentos.

3.4.2. Articulação causal de uma cadeia causal de cultura

Para a abordagem que nós propomos, o comportamento cultural (tanto verbal, quanto musical) deve ser considerado como fruto de causas fisicamente materiais (sons musicais) e cognitivamente materiais (representações musicais mentais). As representações públicas e mentais são, portanto, ocasionadas por articulações causais. É nesta descrição que a atratividade assume centralidade em uma epidemiologia de representações. A experiência cultural e as idiossincrasias pertinentes a intenções, memórias e desejos relacionadas à experiência são ambas tidas como causas articuláveis geradoras de cultura. Isso simplesmente quer dizer que uma narrativa que contenha (14) tem motivos físicos (a existência material de músicas de Bossa Nova) e motivos psicológicos (a existência de determinadas posições diante de uma representação mental da Bossa Nova) associados.

O próprio termo “chato”, em uma perspectiva de comparação (se Bossa Nova = classe média e classe média = chata; então, a Bossa Nova também é chata), é demonstrativo de uma interpretação de um fato que algum falante julgou pertinente declarar. Se a estética bossanovista não existisse e se nenhum falante tiver a intenção de tornar (14) uma representação pública, este enunciado nunca existiria. Os âmbitos públicos e privados de uma sentença como essa, que declara algo acerca de um artefato cultural, ficam evidentemente entrelaçados e inter-relacionados. Ou seja, nem o ambiente escreve em cima de uma tábula rasa, nem a mente possui poderes sobrenaturais de criar uma realidade particularizada. A mente humana é dotada de um mecanismo de gerar cultura a partir da percepção das coisas (culturais ou não) do mundo. Neste sentido, estamos argumentando a favor de uma ampliação da noção de competência do Gerativismo. O aparato biológico que consideramos, prevê uma característica gerativa para a cultura, sendo que a linguagem verbal não é só uma ferramenta cultural, mas também uma ferramenta para as outras formas de cultura se tornarem dissemináveis representativamente.

Um Gerativismo cultural leva em conta, portanto, que a cultura em si é uma

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

característica processual e computacional. Utilizamos todas as informações relevantes e que temos acesso para que interpretemos o mundo da maneira mais adequada aos nossos próprios interesses. Ao buscarmos interpretar as coisas do mundo como eventos culturais, fazemos relações metarrepresentativas (dado artefato cultural tem determinado significado para determinadas pessoas). E ao fazermos isso, nós mesmos geramos versões próprias acerca das coisas culturais do mundo. Além disso, cada pedaço de evidência que utilizamos para interpretar o mundo pode ser descartado ou enriquecido mediante o processamento de novas informações relevantes e que se tornam disponíveis às nossas mentes. Desta forma, se há a probabilidade de que alguém considere (14) relevante o suficiente para torná-la pública, há também a probabilidade de que este mesmo indivíduo mude sua interpretação sobre a Bossa Nova. Afinal, a nossa vida cultural não é estanque.

O aspecto gerativo da cultura apontado pelo viés da TR e da ER é, portanto, uma alternativa real ao modelo da mente social e um aspecto central de tais teorias. O que, de certa forma, evidencia a importância da Linguística para as humanidades, mas, por outro lado, evidencia também a necessidade de uma maior aproximação dos linguistas das teorias de outras áreas que lidam com o homem e seus comportamentos culturais.

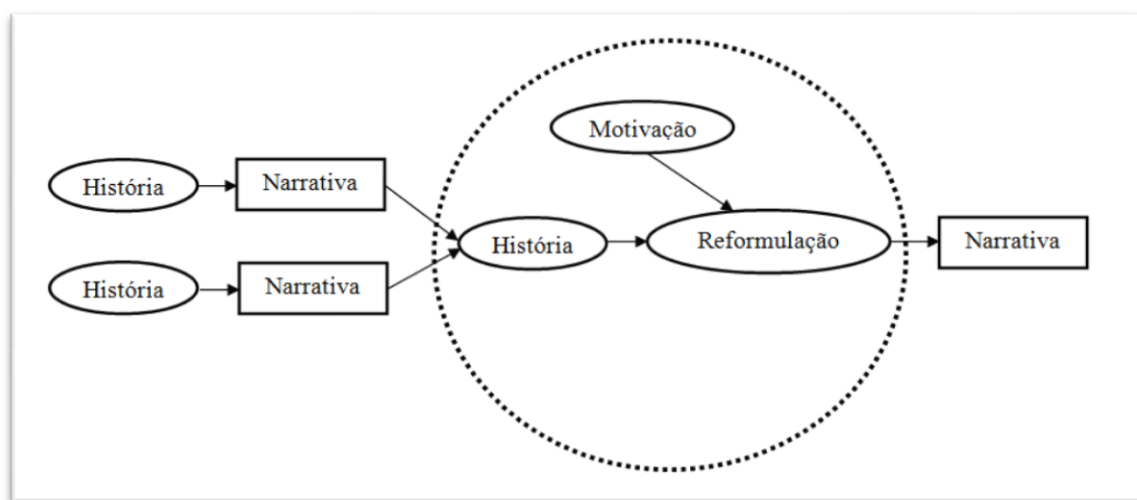


Figura 4 – Articulação causal de uma cadeia causal de cultura

Na figura 4, são apresentadas diferentes versões de um mesmo artefato musical. Os elementos causais que estão circulados são fatos mentais que são parcialmente

responsáveis pela versão que o indivíduo possui deste artefato. Duas versões de uma mesma música são apresentadas a um indivíduo. Podemos considerar que uma das narrativas que se articulam é uma música; já a outra, nós podemos concebê-la como uma narrativa sobre esta determinada música. Estas duas narrativas, ao serem interpretadas pelo indivíduo, resultam na história (representação mental) que este indivíduo possui sobre a música. As intencionalidades e motivações individuais são informações mentais que ocasionam a reformulação mental da música. Finalmente, se o indivíduo julgar pertinente, ele pode produzir uma narrativa própria sobre a música. Esta nova narrativa pode ser uma nova versão da música ou apenas uma representação verbalizada (opinião, resenha etc.). O que buscamos evidenciar com a figura 4, apesar da evidente simplificação, é o fato de que ter conhecimento acerca de um fato cultural é equivalente a reestruturá-lo com o seu próprio mentalês. Quando conseguimos reconhecer que uma determinada música pode ser rotulada sob determinado estilo, não estamos fazendo isso porque temos todos os sons musicais do mundo internalizados anteriormente à experiência. Mas sim, porque somos capazes de reorganizar as informações culturais que possuímos quando somos apresentados a uma nova representação cultural.

A memória musical de um ouvinte de música tampouco necessita ser tão saliente quanto à de um músico profissional. Neste sentido, podemos apontar uma semelhança entre os comportamentos cognitivos relacionados a fatos culturais musicais e verbais. Da mesma forma que conhecer uma história não equivale a replicar mentalmente os elementos linguísticos que nos expuseram a ela, conhecer uma música não é, necessariamente, uma capacidade de replicar os conteúdos musicais a que somos expostos. Talvez, essa seja uma característica fundamental ao caráter criativo da cultura humana, pois possibilita utilizarmos de conhecimentos culturais para gerarmos novos artefatos culturais. Quando falamos para alguém sobre um dado fato cultural, estamos, de fato, criando um novo fato cultural. Em outras palavras, a habilidade de articular mentalmente os conteúdos culturais a que somos expostos parece ser intrínseca à cultura humana. Tanto para que interpretemos o mundo cultural ao nosso redor, mas também para que possamos modelar culturalmente o mundo ao nosso redor.

3.4.3. Imitação e comunicação

Mesmo um comportamento cultural de imitação possui características psicológicas prementes. A execução musical é um tipo de comportamento cultural que é propício a ser replicado. Um intérprete que apresenta suas músicas está, a priori, replicando as músicas que fazem parte de seu repertório. Além disso, as tecnologias de reprodução sonora nos possibilitam o transporte e o armazenamento das músicas que mais somos apreciadores. Dado o fato de que temos considerado que os comportamentos culturais são processos de reformulação de conteúdos, resta-nos a questão: a imitação pode ser considerada como uma forma de comportamento cultural comunicativo? Ou seja, imitar um comportamento cultural é uma ação que quer dizer alguma coisa para alguém ou é mera resposta orgânica ao meio?

Para que busquemos compreender a relevância destas questões, é necessário afirmar que consideramos não haver imitação perfeita em relação a comportamentos culturais. Aliás, tanto a imitação quanto a comunicação devem ser considerados como processos imperfeitos. De um lado, o processamento de informações comunicativas exige manipulação dos conteúdos comunicados; de outro, uma imitação pode ser considerada como um processo comunicativo no qual o imitador empenha suas próprias intenções e motivações comunicativas no processo de tornar público um comportamento. Paródias humorísticas são exemplos disso. Quando um humorista promove uma imitação, de fato, ele não quer ser confundido com o indivíduo que foi alvo de imitação (o que determinaria um processo perfeito de imitação). A intenção de um ato imitativo como este é o de promover um comunicado acerca do mundo. É o que podemos observar esquematicamente na figura 5:

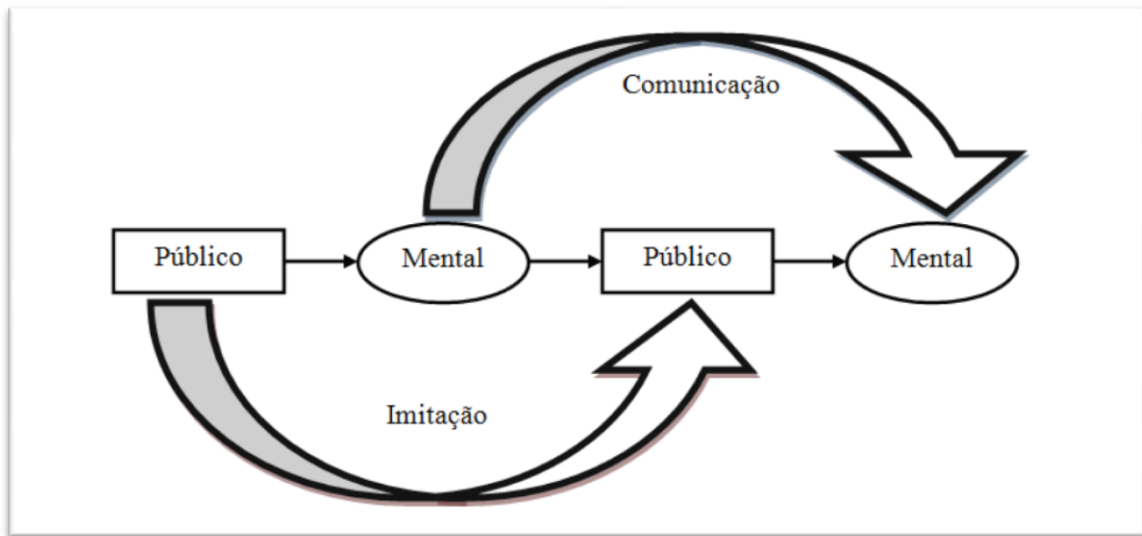


Figura 5 – Imitação e comunicação

Mesmo que assumamos que os processos públicos de imitação sejam réplicas perfeitas, não podemos desconsiderar os elementos intencionais relacionados ao comportamento comunicativo envolvido no comportamento de imitação. A musicalidade humana é um claro exemplo de que embora necessária, a imitação não é, de forma alguma, uma anulação da personalidade musical. Há imitação em tudo o que se refere às culturas musicais humanas. Muito do esforço que empenhamos em aprender a tocar um instrumento pode ser chamado de imitação. Se por um lado a imitação garante a estabilidade de determinados padrões estéticos, por outro, mesmo as intencionalidades individuais devem ser devidamente levadas em conta na manutenção de alguns padrões em detrimento de outros.

Não podemos excluir o fato de que a música é um produto extremamente lucrativo. Obviamente, isto influi na distribuição de padrões estéticos específicos. Porém, em longo prazo esta influência se dissipa e não pode explicar por si mesma porque algumas músicas se mantêm cativando novos ouvintes durante décadas a fio, enquanto outras, não. Também não explica o fato de que, algumas vezes, músicas que foram lançadas sem muito alarde e divulgação se tornam significativas a uma geração inteira de ouvintes de música. Talvez, a maior demonstração disso seja o fato de que enquanto as tecnologias de compartilhamento de arquivos dificultam a vida das gravadoras, a indústria musical, de forma ampla, parece nunca ter estado tão bem. Mesmo que não se vendam tantos discos hoje em dia como em décadas atrás, a música

ainda ocupa grande protagonismo na vida cultural contemporânea.

A imitação, então, pode ser vista como uma rede de articulações causais intencionais. Buscar executar de maneira específica a um determinado instrumento, ou se comportar de maneira adequada de acordo com a situação em que músicas são consumidas são exemplos de manifestação da mentalidade humana e não uma modelagem da psicologia alheia. Neste sentido, quem teme por invasões culturais, teme, de fato, gostar de padrões culturais que diferem dos que conhece. Por este aspecto, a aceitabilidade é um termo que deveria estar inerentemente inserido aos estudos a respeito da distribuição de comportamentos culturais. Porém, apenas uma epidemiologia de representações pautada na cognição é capaz de estabelecer um papel para os indivíduos que interpretam a cultura. Um aspecto crucial deste viés é o de rejeitar o assujeitamento como algo plausível em relação à cultura humana. Salientamos que esta posição não deve, de forma alguma, ser tomada como uma posição relativista, tampouco determinista. Deixar de subjugar os ouvintes de música (assim como os ouvintes de uma fala) como meros decodificadores de informações não equivale a dizer que o ouvinte é quem vai criar integralmente os significados do mundo cultural ao seu redor. Significa apenas considerar que o aspecto criativo tão típico à nossa espécie também é inerente ao processo da significar as linguagens humanas.

3.5. Elvis não morreu: subjetividade e comportamento cultural – a cultura como sistema emergente

Um caso típico de imitação cultural são os inúmeros Elvis Presleys que habitam o mundo. Pessoas em diversos lugares se dedicam a se tornarem os mais semelhantes (no palco) ao controverso astro quanto for possível. Excentricidades à parte, este grau de imitação, que às vezes chega a ser profissional, deve ser encarado como um caso extremo de convergências subjetivas. Das contas a pagar ao extremado apego pelas canções do rei da pélvis, passando pela capacidade de timbres; a subjetividade é intrínseca a um comportamento de imitação desta natureza.

Segundo o nosso principal argumento, a materialidade de um artefato cultural reside em uma cadeia causal entre processos físicos e psicológicos. Isso porque a evidência física fornecida por artefatos culturais é completamente vaga quanto às

referências e significados comunicativamente pretendidos em suas manifestações. Levamos em consideração na formulação deste argumento a concepção de que códigos não possuem significados comunicativos em si, mas sim, as concebemos como ferramentas que indivíduos adquirem (por meio de observação a outros indivíduos) com a finalidade de expressar o próprio pensamento e de interpretar os pensamentos alheios. Consideramos, pois, que tanto a existência física quanto psicológica de fatos culturais deve ser compreendida como manifestação de comportamentos psicológicos. Porém, consideramos haver significativas diferenças na existência manifesta de um ato cultural e a existência a que este fato corresponde na mente de indivíduos. A manifestação e a interpretação de fatos culturais são processos que, de maneira complementar, proporcionam a vida cultural inerente à nossa espécie.

Podemos considerar, portanto, que as manifestações culturais são macroprocessos culturais. Os microprocessos culturais são os relativos à vida mental de artefatos culturais. Eles são os responsáveis por gerar (falantes, intérpretes, compositores etc.) e por interpretar (ouvintes de falas, ouvintes de músicas etc.) os macroprocessos de disseminação cultural. Ou seja, embora a evidência empírica da cultura humana recaia integralmente sobre os macroprocessos, são os microprocessos que estão na origem e no fim dos ciclos de disseminação cultural. Uma representação musical pública é, desta forma, concebida como uma complexa rede causal entre macro e microprocessos culturais. Embora a existência física seja, obviamente, determinante na distribuição de uma representação musical, os microprocessos causais de cultura são responsáveis por criar um ambiente contextual para que as representações se disseminem. Desta forma, a passividade do ouvinte não ocorre, visto que ele é elemento crucial para que determinadas musicalidades, em situações específicas, sejam mais relevantes que outras.

3.5.1. Macroprocessos culturais de representações musicais

A execução de uma música, seja ela gravada ou ao vivo, é um macroprocesso cultural. Para que aconteça a execução de uma música como meio de comunicação, devemos levar em consideração pelo menos dois microprocessos intrínsecos: I – deve haver alguém com a intenção de tornar pública uma representação musical; e II – deve

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

haver alguém disposto a interpretá-la. Da mesma forma que um disco só executa uma música, se alguém programar a execução, um show só ocorre porque há plateia. É comum na música popular, tanto em uma gravação quanto em uma apresentação, o envolvimento coletivo de compositores, músicos, intérpretes, produtores, arranjadores e uma série de profissionais. Assim, normalmente, a música popular é um macroprocesso resultante de inúmeros (e indescritíveis em uma análise) microprocessos culturais que visam, de maneira conjunta, tornar determinadas representações musicais tão relevantes quanto o possível.

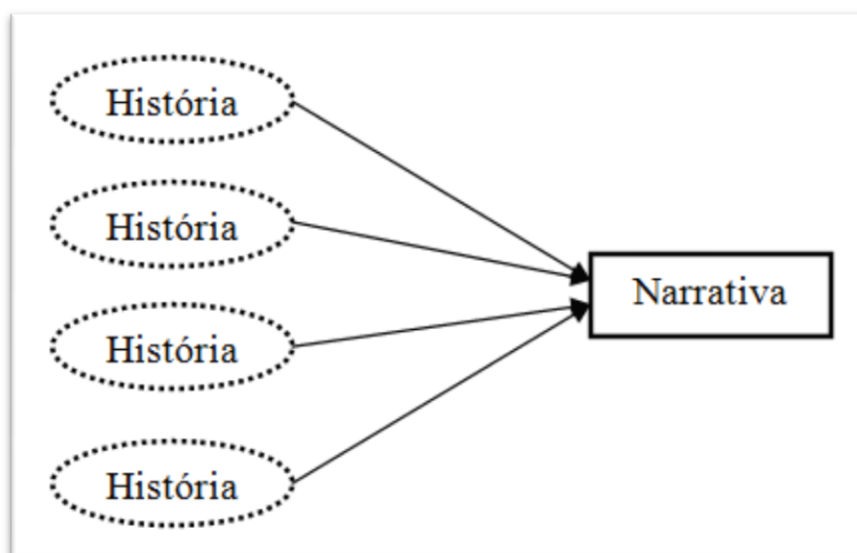


Figura 6 – Macroprocesso cultural resultante de microprocessos individuais com expectativas de relevância colaborativas

Obviamente, quando consideramos que um macroprocesso seja resultado de expectativas de relevância colaborativas, implicamos entender que haja algum grau de compartilhamento de intenções comunicativas. Isso não quer dizer, todavia, que deve haver consenso, entre os colaboradores, a respeito da forma final que a representação musical assumirá. Porém, isso implica que diversas pessoas, que possuem conhecimentos específicos a respeito de aspectos de um macroprocesso musical, insiram seus conhecimentos em prol de uma representação musical única. A maneira pela qual estes conhecimentos são postos em prática, dizem respeito, em parte, a processos de imitação; e, em parte, a processos de comunicação. Quando diversos

profissionais ligados à execução musical se reúnem com a finalidade de produzir músicas, cada um deles tem por trás do comportamento colaborativo, um aspecto intencional individual. Estes aspectos são cruciais tanto para a aquisição dos conhecimentos técnicos quanto à predisposição a participar de um projeto coletivo.

A criatividade coletiva é, dentro desta perspectiva, uma característica que emerge da convergência de intenções individuais. O que torna a execução musical contemporânea um típico exemplo de fato que nem se reduz à estrutura, tampouco à cognição. Este processo coletivo de criação pode ser entendido como um processo que possui um fluxo causal de comportamentos que vai do micro ao macroprocesso cultural. Esta causação emergente pode ser evolutivamente compreendida na medida em que o comportamento colaborativo acarreta em benefícios a todos os envolvidos no processo de execução musical.

3.5.2. Microprocessos culturais

Os microprocessos culturais são processos intencionais de duas formas: tanto há intencionalidade envolvida na execução dos macroprocessos; como a intencionalidade é inerente ao ato interpretativo. Como já argumentado anteriormente, a noção evolutiva de comunicação humana proposta pela TR e pela ER é compreendida como uma ferramenta de obtenção de interpretações vantajosas a respeito das coisas do mundo. Neste sentido, as intencionalidades envolvidas na emergência de um artefato cultural são também fruto de interpretações das coisas culturais do mundo. Ou seja, os indivíduos envolvidos na execução musical possuem representações musicais originadas de processos interpretativos das coisas musicais do mundo.

Embora os microprocessos de causação cultural figurem no início e fim de uma cadeia causal de cultura, isso não significa que a organização das distribuições de representações culturais se centralize na organização mental. Afinal, a materialidade de estruturas comunicativas é a principal ferramenta de acesso ao pensamento alheio. Cada processo físico de transmissão cultural é, dentro desta perspectiva, resultado de microprocessos intencionais, que reformulam a forma estrutural na qual um pensamento se torna público. Então, podemos conceber que a intencionalidade comunicativa não é nem centralizada na ação do comunicador (como a abordagem griceana propõe);

tampouco deve recair principalmente sobre o ouvinte (como as abordagens teóricas sobre relevância geralmente o fazem). Os microprocessos que investem estruturas culturais de relevância são fluxos de informações integradores de expectativas de relevância. Este fluxo é intimamente dependente de comportamentos responsivos. Comunicadores adéquam as estruturas que produzem de acordo com o *feedback* comunicativo de suas proposições. A plateia, por sua vez, adéqua suas respostas mediante as manifestações públicas a que são expostas e aos significados que são capazes de atribuir.

Neste sentido, o comportamento cultural é compreendido como uma manifestação que se retroalimenta. Mentes culturais produzem e se ‘alimentam’ de cultura. Ao passo em que a cultura torna-se o adubo cognitivo de si mesma. Gerar cultura visa gerar interpretações ricas acerca das coisas culturais do mundo. Interpretar cultura torna enriquecidos os significados inerentes a estruturas intencionais. Desta forma, fatos culturais se tornam tanto relevantes para serem efetuados, quanto para serem interpretados. No caso específico da música, não é mero acaso que, paralelamente à indústria musical, gravitem inúmeras formas de cultura. O próprio fato de sermos capazes de produzir música acarreta em interpretações musicais que, por sua vez, geram novos fatos culturais, que geram novas interpretações, e desta forma o fluxo de enriquecimento representativo das informações musicais que produzimos segue infinitamente. Desta forma, a compreensão dos microprocessos culturais corresponde à descrição teórica de mecanismos atratores de representações musicais.

3.5.3. Relevância, dedução e a criatividade cultural

A capacidade à cultura é uma habilidade inferencial computacional e não específica a um domínio cognitivo. Essas características conjuntas permitem que busquemos enriquecer os significados do mundo, mas possamos eliminar da articulação causal de uma representação as evidências que se provem errôneas. Desta forma, relevância é um conceito importante não só para a comunicação humana, mas sim, ao próprio processo de representação das coisas do mundo. A abordagem teórico-relevante leva em consideração o fato de que mesmo sendo bombardeados por representações

potencialmente relevantes, buscamos nos concentrar naquelas que nos darão mais respostas aos nossos objetivos, quer sejam eles especificamente biológicos (como satisfazer a fome) ou culturais (como o intuito de satisfazer a fome comendo um determinado prato). Então, o próprio viver cultural é uma forma de interpretar os inúmeros estímulos ao nosso redor. Comportamentos aparentemente desvinculados da comunicação humana podem ser concebidos como tal. Pessoas andando no centro de uma cidade; indivíduos esperando um trem em alguma estação; as ações que cada um dos motoristas toma no trânsito etc. são comportamentos culturais que dependem de um cálculo acerca das expectativas de relevância dos estímulos ao redor. As atitudes que seres humanos tomam, as evidências empíricas de nossos pensamentos, são intimamente relacionados a estes cálculos e às representações que originam. Da mesma forma, o comportamento de cada indivíduo frente a uma musicalidade é o resultado de um cálculo mental que nos leva, individualmente, às representações mentais que nos motivam nossas atitudes.

Como temos que lidar com centenas de informações potencialmente relevantes em pouco tempo, temos de ser eficientes inclusive para que detectemos as informações que foram interpretadas de maneira errônea. Visto desta forma, os comportamentos individuais frente a uma representação musical pública podem ser compreendidos como uma emergência que é resultada de micro e macroprocessos culturais. Sendo assim, o comportamento musical possui as deduções que mentes fazem acerca de uma manifestação musical. Por exemplo, quando alguém dança, os passos resultantes levam em conta inúmeras informações que integram os cálculos. Assim, os passos de um dançarino não são uma representação musical, mas possuem, de maneira intrínseca, uma representação mental acerca da música que ele ouve. Assim, um indivíduo que dança deduz tantas informações relevantes acerca de uma manifestação musical que culminam em manifestação corpórea.

Para a abordagem teórico-relevante, dedução é um cálculo mental que acarreta nas manifestações individuais. Dos Santos (2009: 91) afirma o seguinte sobre este aspecto:

O processo dedutivo de informações tem muito a ver com a qualidade inconsciente, automática e reflexiva da decodificação linguística, além dos outros processos de entrada de dados. O que diferencia o sistema

dedutivo dos sistemas de entrada de dados é o fato dele se aplicar às RCs (representações conceituais com forma lógica ou proposicional) e não às perceptuais. O que o distingue dos outros processos centrais é o tipo de computação que desempenha. Uma regra de dedução é uma computação que se aplica às suposições em virtude de sua forma lógica, tanto a uma relação sintática de computação quanto a uma relação semântica.

O que é importante notar sobre esta descrição é o fato de que a computação de informações dedutíveis é tida como um microprocesso cultural sujeito a mecanismos computacionais. Comunicação, portanto, é, ao mesmo tempo, processual e comportamental. Da mesma forma, cultura é uma capacidade expressivo-interpretativa que possui uma natureza ontológica dupla. Podemos considerar que as linguagens humanas são manifestações estruturais culturalmente desenvolvidas. Em outras palavras, a expressividade humana por meio de linguagens é um sistema comunicativo emergente. Uma manifestação por meio de uma estrutura é funcional quando esforços cognitivos convergem a ela. O *querer dizer* de Grice e o *querer interpretar* de Sperber & Wilson são diferentes lados da mesma moeda cognitiva que convergem em acontecimentos estruturados por meio de linguagens (estruturas).

3.5.4. A cultura musical como sistema emergente

Se considerarmos que imitar Elvis é um fato cultural, implicamos em conceber esta atitude comunicativamente. O próprio cantor passa a ser concebido como um artefato cultural. Dentro deste contexto, a tão célebre afirmação de que “Elvis não morreu” ganha contornos representativos, ao invés de teoria conspiratória acerca da morte do cantor. Não importa a verdade factual, a presença cultural de Elvis é tão material, que chega a ser atrativa, pelo menos para alguns, a ideia de imitá-lo. Ou seja, os significados musicais não são concebidos de maneira determinística. Pelo contrário, a pura existência de um artefato cultural prenhe de intenções comunicativas é apenas parte da descrição das inúmeras e prováveis interpretações deste fato. Por mais que a maioria absoluta dos ouvintes de Elvis não se sentirem atraídos pela ideia de adotar um topete e cantar as músicas dele rebolando em um palco, não é a existência cultural de Elvis que determina os comportamentos; mas sim as idiossincrasias típicas da

interpretação comunicativa.

Dentro desta perspectiva, a interpretação de uma atitude comunicativa é considerada como uma reformulação criativa vinculada à realidade cultural do artefato. Com essa afirmação, queremos mais uma vez refutar qualquer concepção radicalmente relativista acerca da criatividade humana. Supondo que alguém, por algum motivo qualquer, tenha por referência ao artefato cultural Elvis Presley uma concepção totalmente particularizada, a ponto de tanto as representações mentais, quanto as públicas não se assemelharem em nada com Elvis, e se a capacidade de imitação estiver estipulada como uma ferramenta de comunicação, este aspecto criativo será totalmente rejeitado, visto que criará representações públicas que dificilmente serão interpretadas de maneira adequada.

A descrição da capacidade à cultura, tendo em vista a vida social como um sistema emergente, não é novidade nas humanidades. Já em 1972, o antropólogo Conrad M. Arensberg argumentava por esta concepção em prol de alguma unidade teórica em uma ciência condenada a lidar com a diversidade cultural humana. Em um texto intitulado 'Culture as behavior: structure and emergence', Arensberg considera que uma dupla articulação causal deva ser levada em conta na descrição do comportamento cultural. Segundo o antropólogo:

If social structure is a regularization of behaviors and a system interrelating them, then it is also a process, relating them in some order and at some rates. A minimal, most general but empirical representation – a processual model – will show the repetition of the relationships between elements or factors of the system which occurred most frequently, in which the order of the occurrence is most established and the outcome most constrained. The outcome, the combined or synergetic product, is an emergence, a "new" thing or state. Let us look at familiar kinship systems in this light. Particular cultural forms, even in kinship, may be such new things. Such a structure, or system, rendered as a minimal-sequence model, is a "mechanical model" in the sense of Lévi-Strauss' classical article. Yet it is not a formal or logical model. We need not think it exists only in the heads of the natives or on the drawing-boards of the formalists. There is a real structuration to "cognize," as real as a cloud, a melody, a dance, a hurricane, a harvest, or a winter. All of them are real conjugations of events in time and space among elements we can recognize. Structural arrangements as they are, they have occurred and will recur again, like DNA. If they play out their forms they will bear

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

their fruits.⁷³ (ARENSBERG, 1972: 20-21).

Os argumentos de Arensberg acerca da concepção estruturalista de Lévi-Strauss (1953) da cultura humana expõem uma antiga preocupação da Antropologia: conceber um papel para a cognição em modelos culturais. Para Arensberg, o “conhecer” deve ser considerado um evento material, assim como a estrutura em si. A cultura emerge da articulação entre as causas cognitivas e as causas materiais. Para o antropólogo, a emergência cultural é uma característica sinérgica que converge a uma estrutura fruto de criatividade. Sob a alcunha de “coisa nova”, o aspecto criativo também resulta em um determinado estado. A estruturação do conhecimento é determinante para a estrutura empiricamente palpável e para que a estrutura ocorra novamente. De maneira similar a Sperber & Wilson, Arensberg considera que o signo cultural é determinado pelos usuários da estrutura. A recorrência dela é materialmente concebida como devida à cognição, numa conjugação de elementos (mentais e físicos) reconhecíveis por indivíduos situados no tempo e no espaço.

Assim, podemos considerar que a trajetória acadêmica transdisciplinar que acarreta a TR e a ER é pertinente não só a uma demanda explicativa acerca da cognição oriunda da Linguística. É também fruto de uma premência teórica da Antropologia. A partir da abordagem teórico-relevante de Sperber & Wilson podemos compreender o comportamento cultural relacionado à existência de imitadores de Elvis Presley como resultante de um sistema emergente, no qual a representação cultural do

⁷³ “Se a estrutura social é a regularização de comportamentos e de um sistema inter-relacionando-os, então é também um processo, relacionando-os em alguma ordem e em alguma proporção. Uma representação mínima, mais genérica, porém empírica – um modelo processual – demonstrará a repetição das relações entre os elementos ou fatores do sistema que ocorreram com maior frequência, em que a ordem de ocorrência é mais estabelecida e os resultados mais limitados. O resultado, o produto combinado ou sinérgico, é uma emergência, uma “coisa nova” ou um estado. Olhemos para os sistemas de parentesco familiar neste contexto. Formas culturais particulares, mesmo em parentesco, podem ser tais coisas novas. Tal estrutura, ou sistema, apresentado como um modelo de sequência mínima, é um modelo “mecânico”, no sentido do artigo clássico de Lévi-Strauss. No entanto, não é um modelo formal ou lógico. Não precisamos pensar que só existe nas cabeças dos nativos ou em pranchetas dos formalistas. Existe uma real estruturação do “conhecer”, tão real como uma nuvem, uma melodia, uma dança, um furacão, uma colheita, ou um inverno. Todos eles são conjugações reais dos acontecimentos no tempo e no espaço entre os elementos que podemos reconhecer. Arranjos estruturais, como eles são, eles ocorreram e isso se repetirá mais uma vez, como o DNA. Se eles expuserem suas formas, eles darão os seus frutos.”

Os grifos são do autor.

artista é uma informação compartilhada por indivíduos que, de maneira interativa, promovem o comportamento de imitação. Estes atratores culturais promovem uma convergência de estados psicológicos que tornam os macroprocessos da imitação um fato comunicativo.

Esta convergência cognitiva deve ser compreendida nos termos de contextos comunicativos compartilhados. Desta forma, os desejos individuais em manter viva a representação pública de Elvis Presley são convergentes entre o imitador (que manifesta a representação pública de um Elvis) e sua plateia (que interpreta esta manifestação). Sem esta convergência de estados psicológicos, não há estrutura, tampouco imitação. Assim, quanto melhor for a imitação, mais atrativa ela será ao público. Neste sentido, o fator cognitivo de atratividade é fundamental para que as imitações sejam cada vez mais convincentes. Em breves palavras, antes de sofrerem seleção, representações sofrem atração.

O modelo proposto aqui, além de fornecer uma explicação enxuta para os fenômenos comunicativos pertinentes à cultura humana, propõe uma instigante jornada rumo a uma naturalização teórica da investigação acerca do comportamento cultural humano. Esta abordagem, inicialmente proposta por Sperber & Wilson, considera plausível uma unificação teórica transdisciplinar para as humanidades. Porém, esta ampliação teórica exige uma redução ontológica do objeto de estudos das humanidades, visto que o viés analítico, tipicamente centrado na diversidade cultural, é considerado ineficaz pela abordagem teórico-relevante. Desta forma, consideramos que uma epidemiologia das representações musicais é uma abordagem necessariamente teórica, na qual a observação puramente empírica pouco nos ajudaria. Compreendemos que para conceber os principais mecanismos cognitivos envolvidos na distribuição mental e física de representações musicais, é necessário postular um papel para as manifestações linguísticas acerca de musicalidades humanas. Isto porque julgamos que a comunicação verbal proporciona uma modelagem dos ambientes cognitivos nos quais manifestações musicais são disseminadas. Neste sentido, o aspecto criativo da cognição humana é necessário para que músicas sejam interpretadas como artefatos culturalmente identificáveis. No entanto, é sempre bom que esclareçamos um detalhe: para a nossa concepção, criatividade está longe de ser uma característica ilimitada. Os limites da criatividade se situam no âmbito individual, mas a funcionalidade de um

CAPÍTULO 3 – FALANDO EM MÚSICA

comportamento cultural criativo evolutivamente desenhado é proporcional às vantagens que dele decorrem.

Desta forma, tanto maior será a relevância de uma manifestação sonora quanto maior forem os efeitos cognitivos que ela causar. Se o ouvinte possuir poucas informações relevantes que sejam relacionáveis em uma cadeia lógico-causal a uma música, a obtenção de representações relevantes acerca da sonoridade manifesta será dispendiosa. Por outro lado, à medida que mais informações contextuais acerca de um padrão sonoro são de conhecimento de um indivíduo, maiores serão os efeitos cognitivos que uma música contendo estes padrões acarretará a este indivíduo. A comunicação verbal sobre músicas é um fenômeno praticamente adjacente à própria atividade musical contemporânea. Faz parte do nosso DNA de ouvintes de música. A genética da cultura humana está espelhada em nossas mentes. Por sua vez, a nossa cognição está espelhada em nossas manifestações linguísticas. O nosso mentalês musical também é espelhado em nossa fala. O pensamento de ouvintes de música é um fator de seleção cultural essencial para que as musicalidades humanas existam como manifestações naturais. Nossas mentes atraem artefatos culturais e a eles relacionam significados que são manifestos aos nossos interlocutores quando falamos sobre cultura. Esta atuação linguística torna determinados padrões musicais, em detrimento de outros, mais atrativos a determinadas pessoas. Assim, de forma proporcional, obter uma representação adequada de uma determinada música corresponde a reconhecer os contextos culturais em que um dado estímulo musical é reconhecido por alguém como uma atitude intencional e comunicativa.

“Us and them
Us and them
And after all we're only ordinary men
Me, and you
God only knows it's not what we would choose to do.”

“Nós e eles
Nós e eles
E depois de tudo nós somos apenas pessoas comuns
Eu e você
Só Deus sabe que não é o que escolheríamos fazer.”

“Us and them”, por Rick Wright & Roger Waters
Canção do álbum “The dark side o the moon”, Pink Floyd

“A gente já mente no gene, a mente do gene da gente.”
Tom Zé

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito que avançarmos rumo a uma transdisciplinaridade efetiva nas humanidades. Por estudarmos ciências que se debruçam sobre nós mesmos, por vezes, nos vemos estudando assuntos que, além de nos despertar o interesse acadêmico, nos alimentam paixões. Afinal, uma espécie que produz a diversidade de coisas que nós produzimos, facilmente redundando em admiração. Mesmo as atitudes mais obscuras que nossos conspécíficos efetuam nos causam inflamadas opiniões. As artes são um típico exemplo de objeto científico que dificilmente se desvincula dos gostos inerentes do pesquisador. A musicalidade humana, como objeto deste trabalho, situa-se como um dos pólos mais profícuos de manifestação de criatividade das sociedades contemporâneas. Novas formas de produzir sonoridades culturalmente comunicativas surgem a cada dia. Porém, músicas compostas há séculos atrás ainda encontram apreciadores.

Quando escutamos música, não apenas respondemos aos estímulos musicais de forma emotiva. Embora consideremos que emotividade é um elemento essencial para o sucesso da linguagem musical, pensamos haver inúmeros indícios de que a vivência cultural de musicalidades inclui representações acerca das coisas do mundo. Contudo, descartamos que haja no código musical qualquer forma de capacidade referencial. Porém, há várias formas de observar que musicalidades são eventos culturais que envolvem significados. Uma delas é descrevendo que as enunciações acerca de *ideias musicais* são eventos linguísticos que exigem a existência mental de representações musicais culturalmente interpretadas. Quando falamos sobre música, além de expormos nossos pensamentos acerca de uma sonoridade, também promovemos os contextos culturais nos quais determinadas musicalidades se inserem nos grupos de pessoas que têm acesso a elas. Uma das maneiras pelas quais disseminamos ideias sobre músicas é pelos rótulos que passamos a nos referir a um estilo musical. Neste sentido, falar sobre música é uma atividade que dissemina representações acerca de músicas. Isso não é equivalente a dizer que a linguagem verbal cria os significados musicais. Pelo contrário, é indicativo de que, por meio das palavras, pessoas que compartilham o mesmo ambiente comunicativo, conseguem reconhecer significados musicais em virtude das inúmeras informações que podem ser associadas a uma determinada música.

Relevância é um conceito cognitivo que ajuda a compreender os fenômenos

comunicativos ligados à vida musical de nossa espécie. Isso porque, apesar de oriundo da Linguística, é um conceito que pode ser aplicado a qualquer manifestação intencional. Compositores, intérpretes, músicos (profissionais ou amadores), ouvintes de música e toda a sorte de profissionais que atuam para que as músicas que escutamos existam, são pessoas que, cada um a sua maneira, possuem expectativas de relevância diferenciadas, tanto em ouvir quanto em executar música. Porém, idiosincrasias a parte, a existência material de músicas é um fato cognitivamente convergente. Desta forma, não há discos sem compositores, músicos e técnicos de gravação; também não há show sem plateia; tampouco discos em vinil, em MP3 ou em CD, de fato são músicas, mas sim mídias portadoras de músicas para alguém que as ouça. Portanto, a materialidade de uma música é uma convergência de intenções culturalmente comunicativas. Consideramos assim que a comunicação humana é fruto de qualquer ato manifesto que produza comportamentos interpretados por outros indivíduos como intencionais.

Todas essas descrições, trazidas à tona pelo viés contemporâneo sobre a cognição, são demonstrações de que muito já foi alcançado acerca da transdisciplinaridade nas humanidades. Este trabalho, além de proporcionar uma revisão ampla de conceitos oriundos da abordagem teórico-relevante, proporcionou também uma ampla exploração dos *insights* fornecidos por esta jornada. A abordagem teórico-relevante foi por nós descrita como resultado de uma vasta gama de indagações. As próprias indagações iniciais da abordagem pragmática a que nos vinculamos são, de certa forma, frutos de questões oriundas de interfaces entre a Linguística e outras áreas das humanidades. Afinal, haveria Pragmática se a seara semântico/lógico/filosófica não houvesse lançado luz sobre o abismo existente entre a descrição lógica de sentenças e o querer dizer adjacente ao ato de enunciação? Seria possível o desenvolvimento de uma abordagem cognitiva para a comunicação humana caso não houvesse a TR absorvido conceitos evolucionistas acerca da cognição humana? Existiria uma abordagem gerativista para a cultura sem um programa de estudos prévio tal como o do Gerativismo chomskyano?

Além de propiciar reflexões sobre a área de estudos em que insere, o desenvolvimento deste trabalho nos proporcionou a chance de vislumbrar a importância que a Linguística contemporânea pode vir a ter como passo decisivo rumo a uma

CONSIDERAÇÕES FINAIS

unificação teórica ampla nas humanidades. Ao proporcionar o campo de estudos sobre o qual a Pragmática se fundamenta, a Linguística se torna também um viés transdisciplinar de teorização acerca da natureza humana e do comportamento cultural típico da nossa espécie. Parte deste estimulante papel será desempenhado pelos linguistas recém chegados ao campo de estudos. Isso porque os caminhos a uma compreensão mais adequada e abrangente dos aspectos humanos passam (atualmente e definitivamente) pelo rigoroso escrutínio ao qual a ciência das línguas naturais foi exposta ao longo de quase um século de desenvolvimento.

Porém, se por um lado este trabalho colaborou para que nos encantássemos com os desenvolvimentos e possibilidades da jornada teórico-relevante; também tornou evidente a necessidade de abrir caminhos para a compreensão de fenômenos que frequentemente só são estudados pelo viés analítico. Um bom caminho a seguir, portanto, deve buscar uma compreensão mais direcionada a questões que são observáveis na vida cotidiana. Talvez, metodologias provenientes da Psicologia Experimental possam trazer luz às relações socioculturais que tanto intrigam pesquisadores e leigos. Entre os exemplos de tais inquietações intelectuais, destacamos o fato de que questões como poder e ideologias são fenômenos frequentemente associáveis à linguagem verbal e à comunicação humana, porém, as únicas abordagens que tratam do assunto as fazem por meio de estudos de caso, enfatizando o papel crítico do analista. Contudo, consideramos plausível um viés segundo o qual estas relações de força intermediadas pelas estruturas comunicativas possam ser consideradas inerentes não às estruturas comunicativas, mas sim à psicologia intuitiva humana, que coordena a maneira como os códigos comunicativos vêm ao mundo.

Como exemplo destas iniciativas, Mazuroski Jr & Benfatti (no prelo) consideram relevante uma brecha teórica que possibilita a descrição da origem das tensões ideológicas em discursos organizacionais. Os autores partem de um viés cognitivo, e em detrimento das tão frequentes abordagens sócio-analíticas. Para eles, o discursos organizacionais são ferramentas que possibilitam um *trade-off* acerca das concepções de risco envolvidas no comportamento profissional. Desta forma, o poder e a ideologia são questões subjetivas expostas por meio dos discursos. Há uma rejeição, portanto, do conceito de que o discurso é assujeitador; porém, não se rejeita a manipulação de comportamentos por meio da comunicação; fato que, segundo os

autores recai mais na premência que o trabalho assume como maneira de suprir as necessidades básicas, do que num poder inerente à linguagem. Assim, tal como uma reação defensiva é premente para um transeunte desatento que escuta o som de uma buzina, o risco de não ter garantias de manutenção do status relativo também o é no comportamento de funcionários de organizações. Também nesta seara, dos Santos (2009) identifica características cognitivas no comportamento humorístico. O autor considera que relevância não só é a chave dos comportamentos comunicativos, mas também é a base do comportamento prototípico do humor.

Consideramos que nosso trabalho pode oportunizar discussões acerca do grau de desenvolvimento da TR como teoria cognitiva da comunicação humana; e da ER como abordagem gerativista e epidemiológica da cultura humana. Isso porque buscamos levantar aspectos abrangentes da comunicação humana por meio das linguagens verbais e musicais. Além disso, tentamos levantar questões pertinentes à distribuição de representações musicais, tendo em vista as formulações transdisciplinares que foram desenvolvidas pelos principais teóricos envolvidos no desenvolvimento de uma abordagem cognitiva para a comunicação humana.

Se um aspecto – a resistência das diversas áreas das humanidades ao projeto cognitivo – ficou evidente; outro, entretanto, também se demonstrou saliente – a crescente convergência das abordagens atuais e evolutivas da comunicação humana. Para a devida compreensão do amplo escopo teórico intrínseco ao desenvolvimento da Pragmática cognitiva de Sperber & Wilson, tivemos que lidar com uma vasta gama de teóricos oriundos de áreas diversas. Ao longo do período no qual nos dedicamos a este trabalho, psicólogos, psicolinguistas, antropólogos, filósofos da mente e da linguagem, naturalistas, evolucionistas, além, lógico, dos linguistas, nos fizeram companhia por meio de seus estudos e teorias acerca dos mecanismos cognitivos envolvidos na efetivação da comunicação humana. Isso nos demonstra um cenário extremamente favorável ao contínuo desenvolvimento de uma Pragmática teórica e cognitiva. Inclusive, entendemos que esta pluralidade convergente típica dos estudos cognitivos sobre as linguagens deve propiciar novos alentos para o estudo das representações musicais que sequer foram supostos por nós.

Mas antes de nos debruçarmos sobre as ausências deste trabalho, vamos refletir sobre as concepções que ele nos proporcionou. Em primeiro lugar, consideramos que a

CONSIDERAÇÕES FINAIS

TR e a ER se adéquam animadoramente a um estudo cultural das linguagens humanas. Neste sentido, a concepção de uma modularidade mental, especializada em promover e interpretar cultura, é um caminho profícuo e que julgamos uma alternativa viável em relação aos problemas apresentados pelo viés tradicional das ciências cognitivas. Isso por ser uma abordagem que demonstra que um modelo computacional da mente cultural pode explicar a diversidade de comportamentos culturais de nossa espécie, sem abrir mão de uma abordagem universalista. Além disso, a seara relevante/representativa possibilita a concepção teórica de uma transmissão cultural de representações musicais, sem que com isso tenhamos que nos ater às evidências empíricas de uma suposta semântica musical. Neste sentido, consideramos que músicas são capazes de promover comunicação não porque são repletas de conteúdos referenciais, mas sim porque são manifestações intencionais que são culturalmente interpretadas.

No mais, é evidente um crescente grau de interesse em relação à abordagem teórico-relevante no Brasil. A cada ano e em cada congresso de Linguística, o número de apresentações de trabalhos vinculados diretamente à TR se torna mais significativo. Porém, é também notável que a produção teórico-relevante brasileira costuma ser restrita à Linguística. Se, por um lado, o crescente número de publicações sobre a abordagem é animador; por outro, a concepção sobre as teorias revelada na atual produção brasileira transparece uma atuação pouco transdisciplinar. Mais curioso ainda é notar que há certo apego a uma faceta que não condiz com o escopo produtivo tipicamente associável à abordagem: a utilização das teorias (principalmente a TR) como ferramenta para a Linguística Aplicada. Rauen & Rabello (2008) e Rauen (2009) são exemplos atuais de aplicações pedagógicas analíticas da TR. Porém, esta opção não é um fato recente na Pragmática brasileira. Da Silveira & Feltes (1999) já acenavam para esta tendência. Para as autoras, relevância pode e deve ser uma ferramenta para a descrição de textualidade. Assim, coerência e coesão poderiam ser analisadas a partir da cognição. Desta forma, segunda elas, a concepção de textualidade: “[...] fundamentada nas relações de Relevância, foi por nós desenvolvida e aplicada à análise de características diferentes, com o propósito de demonstrar o potencial aplicativo do modelo de Sperber e Wilson.” (da SILVEIRA & FELTES, 1999: 103).

Consideramos que as noções propostas pela TR são, de fato, capazes de instigar determinados anseios acadêmicos. Um dos grandes apelos científicos que a Linguística

parece exercer, ainda mais quando aborda a comunicação, são supostas colaborações e aplicabilidades pedagógicas de suas teorias. Compartilhamos deste otimismo em relação ao poder de descrição dos fatos comunicativos fornecidos pela abordagem teórico-relevante. Contudo, acreditamos que o potencial aplicativo da TR e da ER são tão limitados quanto o de outras abordagens comunicativas. Talvez a melhor colaboração plausível resida em concentrar esforços na expansão do quadro teórico compartilhado pela abordagem teórico-relevante. Mas não consideramos que isso necessariamente acarrete na ampliação do escopo teórico ao aplicado. A opção talvez seja a oposta, a de teorizar o escopo aplicado.

Não descartamos, contudo, que as teorias cognitivas possam redundar em tecnologias e ferramentas às mais diversas finalidades. Apenas questionamos se cabe ao pesquisador o desenvolvimento de tais ferramentas, visto que elas naturalmente decorrem das mentes alheias, sempre tão curiosas e criativas. Neste sentido, podemos considerar que as ferramentas de comunicação humana estão em uma fase de amplo desenvolvimento. Não se fala mais, por exemplo, em *formadores de opinião*, termo que tradicionalmente designa os meios de comunicação que possuem grande poder de disseminação. A circulação de informações nas populações humanas contemporâneas é fruto direto do desenvolvimento de ferramentas de comunicação. Cada vez mais é frequente a ideia de que o usuário da informação também a constrói. Estas ferramentas não são linguísticas, mas correspondem aos nossos anseios e instintos linguísticos. A Linguística é inerente a estas tecnologias não porque nós, linguistas, as desenvolvemos; mas sim porque elas são ferramentas que visam suprir nossas tão íntimas necessidades de manifestação verbal.

Da mesma forma que a aplicação comunicativa (seja desenvolvendo ferramentas, ou simplesmente as utilizando) é um fato que não se deve às ciências da comunicação; a análise artística é um fenômeno inerente à própria existência das diversas manifestações artísticas. Falar em música, por exemplo, é um exercício diário de ouvintes de música. Deixemos, pois, as aplicações e as análises para a vida cotidiana. O desenvolvimento acadêmico dos conhecimentos humanos é uma prática organizacional que é, além de financeiramente dispendiosa, cognitivamente exigente. Não há porque a vida acadêmica se debruçar sobre atividades que já se resolvem bem na cotidianidade de nossos comportamentos culturais. Há um caminho academicamente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

mais profícuo para a comunicação humana como objeto de estudos. As ciências cognitivas contemporâneas têm, de forma aguçada, enfocado um dos mistérios mais intrigantes do conhecimento humano: a mente. As lentes mais potentes dos microscópios mais acurados da mente são nossas manifestações comportamentais. Desta forma, quando buscamos expor uma linguagem vaga de características semânticas às hipóteses relevante-teóricas, tivemos por intenção não só trazer novas luzes e alentos a uma discussão que, embora antiga, está longe de pontos pacíficos. Também foi nossa intenção colocar as formulações da TR e da ER ao crivo de um objeto científico complexo. Neste sentido, consideramos que as hipóteses que surgem a partir do escopo teórico escolhido por nós são empiricamente plausíveis. Plausibilidade decorrente não só das expectativas teóricas, mas também, do potencial descritivo por elas fornecido. Portanto, não fizemos análises, apenas partimos de uma assunção geral – músicas são comunicativas – e outra teórica – músicas são manifestações sonoras vagas de referências. Pudemos assim descrever, a partir desta concepção, que relevância é uma formulação teórica necessária para que a impressão leiga de que musicalidades comunicam seja considerada efetiva e não mero devaneio cognitivamente isolado e desvencilhado da realidade material das manifestações musicais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLPHS, R. The social brain: neural basis of social knowledge. *Annual Review of Psychology*, 60, pp. 693-716, 2009.

ANTOVIC, M. Linguistic semantics as a vehicle for a semantic of music. In: CONFERENCE ON INTERDISCIPLINARY MUSICOLOGY, 4th, 2004, Graz. PARNCUTT, R.; KESSLER, A.; ZIMMER, F. (Eds.). *Proceedings of the Conference on Interdisciplinary Musicology* (CIM04). University of Graz/Austria, 15-18 April, 2004, pp. 01-10.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*, 2nd. Ed. London: Harvard University Press, 1962.

BARKOW, J.; COSMIDES, L. & TOOBY, J. (Eds.) *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press. 1992.

BARON-COHEN, S. *Mindblindness: an essay on autism and theory of mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

BLAKEMORE, D. *Semantic Constraints on Relevance*. Oxford: Blackwell Publishing, 1987.

BONATTI, L. et al. The human first hypothesis: identification of conspecifics and individuation of objects in the young infant. In: *Cognitive Psychology*, 44, PP. 388–426, 2002.

BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORGES NETO, J. Música é linguagem? In: *Revista Eletrônica de Musicologia*, v. 9, 2005. Disponível em: <<http://www.rem.ufpr.br/>> acessado em: 28 de set., 2009.

BORGES NETO, J. História e Filosofia da Linguística: uma entrevista com José Borges Neto. In: *ReVEL*. Vol. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <www.revel.inf.br/> acessado em: 20 de jul., 2010.

BOYD, R.; RICHERSON, F. *Culture and the evolutionary process*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

BOYD, R.; RICHERSON, F. *The origin and evolution of cultures*. New York: Oxford University Press, 2005.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1987.

BUSHNELL, I. W. R. Mother's face recognition in newborn infants: Learning and memory. In: *Infant and Child Development*, vol. 10, pp. 67-74, 2001.

CARRUTHERS, P.; CHAMBERLIN, A. (Eds.). *Evolution and human cognition*,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- language, modularity*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- CHOMSKY, N. *Current Issues in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton, 1964.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. In: JAKOBOVITS L. A.; MIRON, M. S. (Eds.). *Readings in the Psychology of Language*. Prentice-Hall, 1967, pp. 142-143.
- CHOMSKY, N. *Lingüística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CHOMSKY, N. *Reflections on language*. New York: Pantheon Books, 1975.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. A note on the creative aspect of language use. In: *The Philosophical Review*, vol. 91, n°. 3, pp. 423-434, 1982.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its origin, nature and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Language and Nature. In: *Mind*, vol. 104, n°. 413, pp. 1-61, 1995.
- CHOMSKY, N. *Language and mind*. New York: Cambridge University Press, 3rd. ed., 2005a.
- CHOMSKY, N. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente*. São Paulo: UNESP, 2005b.
- CORREIA, J. S. Como comunicamos musicalmente? In: ACTAS DE LA V REUNIÓN DE LA SOCIEDAD ARGENTINA PARA LA CIENCIA COGNITIVA DE LA MÚSICA. *Actas de la V reunión de la Sociedad Argentina para la Ciencia Cognitiva de la Música*, Cd-rom. Buenos Aires: SACCoM, 2006.
- COSMIDES, L. et al. Detecting cheaters. In: *Trends in Cognitive Sciences*, v. 9, n. 11, pp. 505-506, 2005.
- COSMIDES, L.; TOOBY, J. From evolution to behavior: Evolutionary psychology as the missing link. In: DUPRE, J. (Ed.) *The latest on the best: Essays on evolution and optimality*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1987, pp. 277-306.
- COSMIDES, L.; TOOBY, J. Evolutionary psychology and the generation of culture, Part II. Case study: A computational theory of social exchange. In: *Ethology & Sociobiology*, 10, pp. 51-97, 1989.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. Origins of domain-specificity: The evolution of functional organization. In: HIRSCHFELD, L.; GELMAN, S. (Eds.) *Mapping the Mind: Domain-specificity in cognition and culture*. New York: Cambridge University Press, 1994, pp. 85-116.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. The multimodular nature of human intelligence. In: SCHIEBEL, A.; SCHOPF, J. W. (Eds.) *Origin and evolution of intelligence*. Center for the Study of the Evolution and Origin of Life, UCLA, 1997, p. 71-101.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. Consider the source: The evolution of adaptations for decoupling and metarepresentation. In: SPERBER, D. (Ed.) *Metarepresentations: A multidisciplinary perspective*. Vancouver Studies in Cognitive Science, NY: Oxford University Press, 2000, p. 53-115.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. Unraveling the enigma of human intelligence: Evolutionary psychology and the multimodular mind. In: STERNBERG, R. J.; KAUFMAN, J. C. (Eds.) *The evolution of intelligence*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 145-198, 2001.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. Neurocognitive adaptations designed for social exchange. In: BUSS, D. M. (Ed.). *Evolutionary Psychology Handbook*. New York: Wiley, 2005, pp 584-627.

COSMIDES, L.; TOOBY, J. When falsification strikes: A reply to Fodor. In: SINNOTT-ARMSTRONG, W. (Ed.). *Moral psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008, p. 143-164.

COSMIDES, L.; TOOBY, J.; BARKOW, J. Evolutionary psychology and conceptual integration. In: BARKOW, J.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. (Eds.) *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press, 1992, pp. 03-15.

CROSS, I. Music and evolution; In: *Contemporary Music Review*, 22 (3), pp. 79-89, 2003.

CROSS, I. Music and meaning, ambiguity and evolution. In: MIELL, D.; MACDONALD R.; HARGREAVES D. (Eds.). *Musical Communication*. New York: Oxford University Press, 2005, pp27-43.

CROSS, I. Four issues in the study of music in evolution. In: *The World of Music*, 48 (3), pp. 55-63, 2006.

CROSS, I. Music and social being. In: *Musicology Australia*, 28, 114-126, 2006.

CROSS, I. Music and cognitive evolution. In: DUNBAR, R.; BARRETT, L. (Eds.). *Oxford Handbook of Evolutionary Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp649-667.

CROSS, I. Musicality and the human capacity for culture. In: *Musicae Scientiae*, Special Issue: Narrative in music and interaction, pp. 147-167, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CROSS, I. Communicative Development: Neonate Crying Reflects Patterns of Native-Language Speech. In: *Current Biology*, 19(23), pp. R1078-R1079, 2009 (a).
- CROSS, I. The evolutionary nature of musical meaning. In: *Musicae Scientiae*, Special Issue: Music and evolution, pp. 179-200, 2009 (b).
- CROSS, I. The evolutionary basis of meaning in music: some neurological and neuroscientific implications. To appear in: ROSE, F. C. (Ed.). *The Neurology of Music*. London: Imperial College Press, 2010, in press.
- CROSS, I.; MORLEY, I. The evolution of music: theories, definitions and the nature of the evidence. In: MALLOCH, S.; TREVARTHEN, C. (Eds.). *Communicative musicality*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 61-82.
- CROSS, I.; WOODRUFF, G. E. Music as a communicative medium. In: BOTHA, R.; KNIGHT, C. (Eds.). *The prehistory of language*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 113-144.
- DARWIN, C. On the origin of species by means of natural selection. London: Murray, 1859.
- DASCAL, M. Relevância conversacional. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística*: vol. IV – Pragmática. Campinas: UNICAMP, 1975, p. 105-131.
- DAWKINS, R. *The extended phenotype*. San Francisco: W.H. Freeman, 1982.
- DAWKINS, R. *The Blind Watchmaker*. London: Longmans, 1986.
- DAWKINS, R. *Climbing mount improbable*. London: Penguin, 2006a.
- DAWKINS, R. *The God delusion*. London: Bantam Press, 2006b.
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DENNETT, D. *Darwin's dangerous idea*. London: Penguin, 1996.
- DENNETT, D. *Brainchildren: Essays of Designing Minds*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1998.
- DENNETT, D. Making tools for thinking. In: SPERBER, D. (Ed.). *Metarepresentations: A Multidisciplinary Perspective*. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 17-29.
- DENNETT, D. The evolution of culture. In: *Monist*, vol. 84, n°. 3, pp. 305-24, 2001.
- de HAAN, M.; PASCALIS, O.; JOHNSON, M. H. Specialization of neural mechanisms underlying face recognition in human infants. In: *Journal of Cognitive Neuroscience*, 14:2, p. 199-209, 2002.
- EICHLER, M. L.; FAGUNDES, L. Atualizando o Debate entre Piaget e Chomsky em

uma Perspectiva Neurobiológica. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), pp.255-266, 2005.

ERMER, E.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. Cheater detection mechanism. In: BAUMIESTER R. F.; VOHS K. D. (Eds.) *Encyclopedia of Social Psychology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007, pp. 138-140.

ERMER, E.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. Relative status regulates risky decision making about resources in men: evidence for the co-evolution of motivation and cognition. In: *Evolution and Human Behavior*, 29, pp. 106–118, 2008.

ERMER, E. et al. Theory of mind broad and narrow: Reasoning about social exchange engages ToM areas, precautionary reasoning does not. In: *Social Neuroscience*, 1 (3-4), pp. 196-219, 2006.

FIDDICK, L.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. No interpretation without representation: The role of domain-specific representations and inferences in the Wason selection task. In: *Cognition*, 77, pp. 1-79, 2000.

FODOR, J. A. *The modularity of mind: an Essay on Faculty Psychology*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1983.

FODOR, J. A. A reply to Churchland's "Perceptual plasticity and theoretical neutrality." In: *Philosophy of Science*, 55, pp. 188–198, 1988.

FODOR, J. A. *The mind doesn't work that way: the scope and limits of computational psychology*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

FODOR, J. A. Review of 'Evolution and human cognition, language, modularity'. In: *British Society for the Philosophy of Science*, vol. 52, pp. 623-628, 2001.

FODOR, J. A. A reply to Steven Pinker "So how *does* the mind works?". In: *Mind & Language*, vol. 20 n°. 1, pp. 25–32, Feb., 2005.

FODOR, J. A.; PIATELLI-PALMERINI, M. *What Darwin got wrong*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010a.

FODOR, J. A.; Darwin's empty idea (interview). In: BAGGINI, J. (Int.). *The Philosophers' Magazine*, issue 49, 2010b. Disponível em: <<http://www.philosophypress.co.uk/?p=1135>>. Acessado em: 20 de abr., 2010b.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: ALCOFORADO, P. (trad. e sel.) *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREGE, G. On sense and meaning. In: GEACH, P.; BLACK, M. (Eds.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1st. Ed., 1952, pp. 56–78, 1982.

GARDNER, H. A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva São Paulo: Edusp, 3ª Ed., 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GAUTHIER, I.; NELSON, C. A. The development of face expertise. *Current Opinion in Neurobiology* 11, pp. 219–224, 2001.
- GREIMAS, A. J. *De l'imperfection*. Périgueux: Pierre Falanc, 1987.
- GREIMAS, A. J. ; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- GRICE, H. P. Meaning. In: *Philosophical Review*, 67, p. 377-88, 1957.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: MARTINICH, A. P. (Ed.). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, 1975, p. 159-170.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística: Pragmática*. São Paulo: Ed. do autor, 1980.
- GODOI, E. & RIBEIRO, A. Visão da polidez lingüística na comunicação organizacional em situação de crise. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. III, p. 56-65, 2006.
- GOULD, S. J. *The Structure of Evolutionary Theory*. Massachusetts: Harvard University Press, 2002.
- GOULD, S. J.; VRBA, E. S. Exaptation – a missing term in the science of form. In: *Paleobiology*, 8(1), pp. 4-15, 1982.
- INHELDER, B; PIAGET, J. *The Early Growth of Logic in the Child*. London: Routledge, 1999.
- HERRMANN, E. et al. Humans have evolved specialized skills of social cognition: the cultural intelligence hypothesis. In: *Science*, 317:1360–66, 2007.
- KANWISHER, N; MCDERMOTT, J; CHUN, M. M. The Fusiform Face Area: A Module in Human Extrastriate Cortex Specialized for Face Perception. In: *The Journal of Neuroscience*, 17(11), pp. 4302–4311, June 1, 1997.
- KOELSCH, S.; KASPER, E.; SAMMLER, D.; SCHULZE, K.; GUNTER, T.; FRIEDERICI, A. D. Music, language and meaning: brain signatures of semantic processing. In: *Nature Neuroscience*, vol. 7(3), pp. 302-307, 2004.
- LERDAHL, E.; JACKENDOFF, R. *A generative theory of tonal music*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1983.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. NIDDITCH, P. (Ed.). Oxford: Clarendon Press, 1975.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MAZUROSKI Jr, A.; BENFATTI, M. F. N. Epidemiologia do assujeitamento nos discursos organizacionais. In: *Anais do IX Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – CELSUL*, no prelo.

MOURA, H. M. M. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUSSBAUM, C. O. *The musical representation: meaning, ontology, and emotion*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

OLIVEIRA, A. L. G.; OLIVEIRA, L. F. Por uma abordagem ecológica do timbre. In: ACTAS DE LA II REUNIÓN DE LA SOCIEDAD ARGENTINA PARA LA CIENCIA COGNITIVA DE LA MÚSICA. *Actas de la II reunión de la Sociedad Argentina para la Ciencia Cognitiva de la Música*, Cd-rom. Buenos Aires: SACCoM, 2002.

OLIVEIRA, A. L. G.; OLIVEIRA, L. F. Toward an ecological aesthetics: music as emergence. In: ANIDO, R. O.; MASIERO, P. C. (Eds.). *Proceedings of the IX Brazilian Symposium on Computer Music*. Campinas: SBC 2003, 2003.

ORIGGI, G.; SPERBER, D. Evolution, communication and the proper function of language. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. (Eds.). *Evolution and the Human Mind: Language, Modularity and Social Cognition*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000, pp. 140–169.

PEIRCE, John R. *An introduction to information theory: symbols, signals and noise*. New York: Dover Publications, 1980.

PIAGET, J. *The psychology of intelligence*. New York: Routledge, 2001.

PIATELLI-PALMERINI, M. *Language and Learning: The Debate between Jean Piaget and Noam Chomsky*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

PIATELLI-PALMERINI, M. Ever since language and learning: afterthoughts on the Piaget-Chomsky debate. In: *Cognition*, 50, pp. 315-346, 1994.

PINKER, S. *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, S. *Tábula Rasa. A negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PINKER, S. So How Does the Mind Work? In: *Mind & Language*, vol. 20, n.º. 1, pp. 1–24, Feb., 2005.

PINKER, S. *The Stuff of Thought: Language as a Window into Human Nature*. New York: Viking – Penguin Group, 2007.

PINKER, S. Toward a Consilient Study of Literature (Review). In: *Philosophy and Literature*, v. 31, n. 1, pp. 162-178, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINKER, S. & JACKENDOFF, R. The Faculty of Language. What's Special about it? In: *Cognition*, v. 95, 2, p. 201-236, 2005.

POPPER, K. R. *Conjectures and Refutation*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.

PREMACK, D. & WOODRUFF, G. E. Does the chimpanzee have a 'theory of mind'? In: *Behavior and Brain Science*, 4, pp. 515-526, 1978.

RAUEN, F. J. Processos interacionais discente/docente em espaço virtual de aprendizagem: análise com base na teoria da relevância. In: *Scripta* (PUCMG), v. 12, p. 190-217, 2009.

RAUEN, F. J. & RABELLO, B. A. Estratégias de relevância em compreensão textual: estudo de caso com leitor disléxico fonológico moderado. *Revista Signo*, v. 33, p. 19-41, 2008.

RICHERSON, P. J. & BOYD, R. *Not By Genes Alone: How Culture Transformed Human Evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

ROBINSON, J. Introduction: New ways of thinking about musical meaning. In: ROBINSON, J. *Music and Meaning*. New York: Cornwell University Press, 1997, pp. 1-20.

RUSSELL, B. *Introduction to Mathematical Philosophy*. London: George Allen and Unwin, 1919.

RUSSELL, B. 1905. On Denoting. In: *Mind* 14, pp. 479-493, 1998.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 5ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SEARLE, John. *Os Actos de Fala*. Trad. de Carlos Vogt et alii. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

SKINNER, B. F. *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SKINNER, B. F. *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf, 1971.

SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2003.

SLATER, A.; QUINN, P. C. Face recognition in the newborn infant. In: *Infant and Child Development*, vol. 10, pp. 21-24, 2001.

SLATER, A.; Visual perception in the newborn infant: issues and debates. In: *Intellectica*, vol. 34, pp. 57-76, 2002.

SPERBER, D. *Explaining Culture: A naturalistic approach*. Oxford: Blackwell, 1996.

SPERBER, D. *Metarepresentations: a multidisciplinary perspective*. New York: Oxford University Press, 2000.

SPERBER, D. A naturalistic ontology for mechanistic explanations in the social

sciences. To appear in: DEMEULENAERE, P. (ed.) *Analytical sociology and social mechanisms*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, forthcoming.

SPERBER, D.; GIROTTO, V. Does the selection task detect cheater-detection? In: STERELNY, K.; FITNESS, J. (eds.) *From Mating to Mentality: Evaluating Evolutionary Psychology: Macquarie Monographs in Cognitive Science*, 2003, pp. 197-226.

SPERBER, D.; MERCIER, H. Intuitive and reflective inferences. In EVANS, J. St. B. T. and FRANKISH, K. (Ed.). In: *Two minds: Dual processes and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 149-170.

SPERBER, D.; MERCIER, H. Reasoning as a Social Competence. To appear in: LANDEMORE, H. and ELSTER, J. (Eds.). *Collective Wisdom*, forthcoming.

SPERBER, D.; WILSON, D. Remarks on relevance theory and the social sciences. In: *Multilingua*, 16, pp. 145-51, 1997.

SPERBER, D.; WILSON, D. Linguistic form and relevance. In: *Lingua* 90, pp. 1-25, 1993.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 2nd Ed., 1995.

SPERBER, D.; WILSON, D. Pragmatics, modularity and mind-reading. In: *Mind and Language*, 17, pp. 3-23, 2002.

SPERBER, D.; WILSON, D. Teoria da relevância. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., pp. 221-269, 2005.

STEINBEINS, N.; KOELSCH, S. Shared Neural Resources between Music and Language Indicate Semantic Processing of Musical Tension-Resolution Patterns. In: *Cerebral Cortex*, vol. 18(5), pp. 1169-18, 2008. Disponível em: <<http://cercor.oxfordjournals.org/content/18/5/1169.full>> Acessado em: 24 de ago., 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. Social structure. In: *Anthropology Today*, ed. A. L. Kroeber. Univ. Chicago Press, 1953.

TATIT, L. *Semiótica da canção: melodia e letra*. São Paulo: Escuta, 1994.

TATIT, L. *Musicando a semiótica*. São Paulo: Annablume, 1997.

TOOBY, J.; COSMIDES, L. Evolutionary psychology and the generation of culture, Part I. Theoretical considerations. In: *Ethology & Sociobiology*, 10, pp. 29-49, 1989.

TOOBY, J.; COSMIDES, L. On the universality of human nature and the uniqueness of the individual: The role of genetics and adaptation. In: *Journal of Personality*, 58, 17-67, 1990.

TOOBY, J.; COSMIDES, L. The psychological foundations of culture. In: BARKOW,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- J.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. (Eds.). *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press, 1992, pp. 19-136.
- TOOBY, J.; COSMIDES, L. Start with Darwin... In: GAZZANIGA M. S.; ALTMAN, J. (Eds.). *Brain and Mind: Evolutionary Perspectives*, Vol. 5. Strasbourg, France: Human Frontier Science Program, pp.10-15, 1998a.
- TOOBY, J.; COSMIDES, L. Evolutionizing the cognitive sciences: A reply to Shapiro and Epstein. In: *Mind & Language*, vol. 13, n. 2, 195-204, 1998b.
- TOOBY, J.; COSMIDES, L. Does beauty build adapted minds? Toward an evolutionary theory of aesthetics, fiction and the arts. In: *SubStance*, Issue 94/95, vol. 30, n.1, 6-27, 2001.
- TOOBY, J.; COSMIDES, L. Conceptual foundations of evolutionary psychology. In: BUSS, D. M. (Ed.). *The Handbook of Evolutionary Psychology*. Hoboken, NJ: Wiley, 2005, pp. 5-67.
- TREITLER, L. (1997). Language and the Interpretation of Music. In: ROBINSON, J. *Music and Meaning*. New York: Cornwell University Press, 1997, pp. 23-56.
- WALTON, K. Listening to Music with Imagination: Is music metarepresentational? In: ROBINSON, J. *Music and Meaning*. New York: Cornwell University Press, 1997, pp. 57-82.
- WALTON, K. *Mimesis as Make-believe: On the Foundations of the Representational Arts*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.
- WILSON, D. Relevance and understanding. In: BROWN, G.; MALMKJAER, K.; POLLITT, A.; WILLIAMS, J. (Ed.). *Language and Understanding*. Oxford: Oxford University Press, 1994, pp. 35-58.
- WILSON, D. Metarepresentation in linguistic communication. In: SPERBER, D. (Ed.). *Metarepresentation: A Multidisciplinary Perspective*. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 411-448.
- WILSON, D. Relevance theory: A tutorial. In: OTSU, Y. (Ed.) *Proceedings of the Third Tokyo Conference on Psycholinguistics*. Tokyo: Hituzi Shobo, 2002, pp. 45-70.
- WILSON, D. New directions for research on pragmatics and modularity. In: *Lingua*, 115, pp. 1129-1146, 2005.
- WILSON, D. & CARSTON, R. A unitary approach to lexical pragmatics: Relevance, inference and ad hoc concepts. In: Burton-Roberts, N. (Ed.). *Pragmatics*. London: Palgrave, 2007, pp. 230-259.
- WILSON, D.; CARSTON, R. Metaphor, relevance and the 'emergent property' issue. In: *Mind & Language*, 21, pp. 404-433, 2006.
- WILSON, D.; WHARTON, T. Relevance and prosody. In: *Journal of Pragmatics*, 38, pp. 1559-1579, 2006.

WILSON, D; SPERBER, D. On Grice's theory of conversation. In: WERTH, P. (Ed.). *Conversation and Discourse*. London: Croom Helm, 1981, pp. 155–178.

WILSON, D; SPERBER, D. Inference and implicature. In: TRAVIS, C. (Ed.). *Meaning and Interpretation*. Oxford: Blackwell, 1986, pp. 45–75.

WILSON, D; SPERBER, D. Truthfulness and relevance. In: *Mind*, 111, 583, 2002.

WILSON, D; SPERBER, D. Reply to Rajagopalan. In: *Intercultural Pragmatics*, 1, pp. 99-103, 2005.

WISNIK, J. M. *O Som e o Sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.